

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Elane Cristina Lima da Silva

COTIDIANO E CULTURA: A DINÂMICA DA
ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA VILA DE PARICATUBA NO
AMAZONAS

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO
2018

Elane Cristina Lima da Silva

COTIDIANO E CULTURA: A DINÂMICA DA
ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA VILA DE PARICATUBA NO
AMAZONAS

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção
do título de Doutora em SERVIÇO
SOCIAL sob a orientação da Profa. Dra.
Maria Lúcia Rodrigues.

SÃO PAULO
2018

Errata

Tese: Cotidiano e cultura: a dinâmica da organização social na Vila de Paricatuba, no Amazonas

Autora: Elane Cristina Lima da Silva

[illegible]

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

e-mail: elanecristina@yahoo.com

FICHA CATALOGRÁFICA

361 Silva, Elane Cristina Lima da
S586c Cotidiano e cultura: a dinâmica da organização social na Vila de Paricatuba, no Amazonas / Elane Cristina Lima da Silva. -- São Paulo, 2018.
197p ; cm

Orientador: Maria Lucia Rodrigues.

Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 2018.

1. Amazônia. 2. Populações rurais. 3. Cotidiano. 4. Educação. 5. Saúde I. Rodrigues, Maria Lucia. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD São Paulo

Silva, Elane Cristina Lima da. Aprovado em ____/____/____. Orientadora:
Rodrigues, Maria Lúcia.

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a). _____ Assinatura _____

Instituição: _____

Prof.(a) Dr.(a). _____ Assinatura _____

Instituição: _____

Prof.(a) Dr.(a). _____ Assinatura _____

Instituição: _____

Prof.(a) Dr.(a). _____ Assinatura _____

Instituição: _____

Prof.(a) Dr.(a). _____ Assinatura _____

Instituição: _____

Aos meus pais e aos comunitários
da Vila de Paricatuba,
protagonistas e sujeitos sociais que
compartilharam comigo seu
cotidiano e a história do local para
realização de mais uma obra sobre
a Amazônia.

AMAZONAS MORENO

(Raízes Caboclas)

Amazonas moreno, tuas águas sagradas
são lindas estradas, são contos de fadas
ó meu doce rio

A canoa que passa
O voo da garça, as gaivotas cantando
em ti vão deixando, o gosto de amar

É o caboclo sonhando que entoa remando
o seu triste penar.
Neste poema de bolhas que ressoa nas folhas
da linda floresta, do meu rio mar

Neste poema de bolhas, que ressoa nas folhas
da linda floresta do meu rio mar

É o caboclo sonhando, que entoa remando
o seu triste penar.
Neste caudal tão bonito que é o desejo infinito
de plantar meu grito nas ondas do mar

Agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa.

Agradecimentos

Por entender que não há vitória sem luta e, apesar da trajetória da tese parecer solitária, na verdade é cercada de anjos que nos auxiliam no decorrer do processo, daí tantos motivos para agradecimentos.

À luz divina, que me guia em todos os caminhos na minha vida.

Aos meus pais, Raimundo e Neide, meus amores, exemplos, inspiração e segurança. A vocês dedico mais essa conquista, com toda a força do meu coração.

Aos meus irmãos, Clésio e Gilmara, que fazem parte dessa história comigo e estão sempre ao meu lado nas maiores e menores ocasiões. E a Geovanna Kethelen, a mascote da casa, que nos desafia cotidianamente na arte de lidar com sua intensa e inquietante vontade de viver sua adolescência.

À minha querida orientadora, Maria Lucia Rodrigues, pela calorosa acolhida, sempre me recebendo com carinho, sensibilidade e atenção, apesar dos imprevistos inevitáveis que aconteceram no decorrer do doutorado, aceitou e concluiu o desafio de orientar um tema amazônico. Meu respeito e gratidão eternos.

Ao CNPq pela concessão de bolsa de estudo para a realização da tese; sem o financiamento, não conseguiria jamais percorrer essa trajetória.

Ao inesquecível corpo docente, Andréia e coordenação da Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), por todos os conhecimentos transmitidos e o convívio fraterno.

À Joselene Gomes, mulher guerreira, que facilitou minha chegada à PUC-SP, e dividiu comigo as dificuldades e alegrias na terra da garoa. Pelo incentivo e acolhida, muito obrigada. Foi ótimo e faria tudo outra vez!

Às minhas “couves orgânicas”, Liane Bittencourt, Melina Miranda e Priscila Silva, meninas, a PUC me trouxe vocês de presente! Pela nossa afinidade gratuita, eterno prazer nos encontros, confidências, Henrique, Raul, humor impagável, *boulangerie*, almoços na igreja, cervejas artesanais, etc., sempre direi SIM. Sem vocês, Sampa seria impossível.

Ao Erick, parceria paulista que se estende até hoje, pelo auxílio nas horas necessárias. Tão bom tê-lo conhecido.

À minha amiga irmã, Célia Carvalho, pela simples existência que já basta, e me presenteia sempre com incentivo, preocupação, cuidado, apoio, tantos adjetivos, minha querida, que só encontro em você. Muito obrigada por tudo, o doutorado foi apenas mais um capítulo de uma amizade da vida toda.

À sempre companheira, Francenilda Gualberto, pela ajuda no campo de pesquisa, lembrando nossa parceria do mestrado.

À querida amiga, Ana Beatriz, pelo auxílio na escolha do campo de pesquisa, sempre tão agradável companhia.

Aos discentes da Uninorte-Laureate, grupo especial que abraçou nosso projeto e a pesquisa com o entusiasmo da busca pelo conhecimento e da experiência de campo. Vocês foram parceiras(os) incríveis.

Ao corpo docente do Serviço Social da Uninorte-Laureate, em especial, a Ana Paula Angioli, Adilsimar Maciel e Silvia Silva, gratidão pela amizade, decisiva viabilização da pesquisa e a torcida constante.

Ao meu companheiro de campo, Armando Junior, pelo auxílio nas entrevistas de campo. A leveza de sua companhia tornou o momento, apesar de árduo, bastante prazeroso.

Às amigas queridas, Mônica Pereira, Mirtes Helena e Eudna Pereira, que, mesmo de longe, me apoiaram e incentivaram em mais essa etapa. Valeu pela eterna participação e amizade.

As colegas do Serviço Social da Policlínica Governador Gilberto Mestrinho (PGGM), pelo acolhimento. Meu respeito e afeto.

A todos(as) amigos(as) que Deus colocou em meu caminho, em Manaus, e outros(as) que conheci em São Paulo.

Aos moradores da Vila de Paricatuba, página importante da história do Amazonas, lugar pacato, de gente simples, que sabe acolher como ninguém o “de fora”, e que merece um olhar mais atento do poder público para os problemas sociais que envolvem aquele lindo recanto amazônico.

RESUMO

SILVA, Elane Cristina Lima da. Cotidiano e cultura: a dinâmica da organização social na Vila de Paricatuba no Amazonas. 2018. 197p. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

A presente tese tem como objetivo analisar as relações comunitárias instituída no cotidiano dos grupos sociais rurais da Vila de Paricatuba, no Amazonas, a partir da organização social para acesso a serviços sociais. Com este propósito realizamos o mapeamento dos bens e serviços sociais existentes na Vila, identificamos as principais estratégias de organização social para alcance de saúde e educação em Paricatuba, demos visibilidade ao cotidiano dos grupos sociais rurais e estudamos os traços socioculturais que resistem e permeiam a organização social dos moradores de Paricatuba. Pensar a grandiosidade da Amazônia brasileira, mais especificamente do Norte do País, no estado do Amazonas, requer considerar as populações rurais que estão distribuídas ao longo das margens dos rios e seus tributários, que padecem situação de empobrecimento, negação de direitos e dependência das benesses do governo; porém, vivem a partir de uma organização social que permite sua produção e reprodução social aliada à natureza, geradores de códigos culturais que permeiam esse modo de vida. Assim, desenvolver a investigação no município de Iranduba, mais precisamente na Vila de Paricatuba, pressupôs dar vistas a uma dinâmica comunitária singular, que se destaca pela elaboração de práticas socioculturais que permite o ordenamento da vida cotidiana e dos bens e serviços sociais existentes no local. Constatamos que essa população enfrenta contextos econômico e político hostis e adversos, especialmente no que tange ao difícil acesso às políticas sociais e no repasse de verbas públicas destinadas aos serviços essenciais para funcionamento do vilarejo, somado ao avanço da sociedade do consumo que se materializa, sobretudo, com a construção da ponte Jornalista Phelippe Daou. Enquanto perspectiva metodológica, o estudo teve caráter crítico-analítico, de abordagem qualitativa; realizamos pesquisa bibliográfica e documental para fundamentação de um arcabouço teórico, e utilizamos um conjunto de técnicas e instrumentais no estudo de campo, como a obtenção de depoimentos narrativos, observação participante, utilização de caderno de campo e registros fotográficos, para constatar um micro mundo amazônico em processo de mudança, que se articula por meio de uma organização social única, expresso em um cotidiano permeado por uma cultura que reflete a resistência/preservação de seu modo de vida, mais que, inevitavelmente, vem absorvendo referências do contexto oriundo do sistema econômico em vigor.

Palavras-chaves: Amazônia. Comunidade rural. Cotidiano. Educação. Saúde.

ABSTRACT

SILVA, Elane Cristina Lima da. Daily life and culture: the dynamics of social organization in Paricatuba Village, in Amazonia, 2018. 197p. Thesis (Doctorate in Social Service). Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2018.

This thesis aims to analyze the community relations occurred in daily lives of rural social groups from Paricatuba village, located in the Amazon. It was analyzed its social organization in order to access social services. For this purpose, a survey was conducted in order to map the social assets and services existing in the village. It was identified the key strategies on social organization to reach health and education services, with focus on the daily lives of rural social groups. It was studied the socio-cultural aspects that resist and compose the local resident's social organization. Thinking on the greatness of Brazilian Amazon, specifically the state of Amazon in the north of the country, requires considering rural population that live along the bank of rivers and their tributaries, people who suffer of impoverishment, denial of rights and reliance on the government's handouts. Despite this, such people live in a social organization that allow their social production which is combined with nature and cultural codes generators that permeate their way of life. Thus, in order to develop such research in the city of Iranduba, more precisely at Paricatuba village, included analysing a natural and singular community dynamics, which stands out for socio-cultural practices that give them and ordering along their everyday life and the existing goods and social services on site. We have found out that the population face hostile and adverse economic and political context, especially in regard to difficult access to social policies, and poor transfer of public funds allocated for essential services of the village. Moreover due to the advancement of the consumer society which has materialized especially with construction of the bridge journalist Phelippe Daou. According to the methodological perspective, the study has critical-analytical character and qualitative approach. We made bibliographic and documentary research to base the theoretical framework, and used a set of techniques and instruments in the field of study, such as: obtaining narrative testimonials, observation of participants, use of photographic records and notes on the field. It has been discovered a micro Amazon world in changing process, which is linked through a singular social organization, expressed in an everyday life permeated by culture that reflects the strength and preservation of its way of life. Despite this, it has inevitably absorbed the references originated from the economic system in force.

Keywords: Amazon. Rural community. Daily life. Education. Health.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Amazônia	30
Figura 2 - Diversidade amazônica	33
Figura 3 - Mapa da pobreza no Brasil, 2016	58
Figura 4 - Etapas da pesquisa de campo	64
Figura 5 - Critérios para identificação do público-alvo	65
Figura 6 - Mapa do Brasil e a localização do Estado do Amazonas	71
Figura 7 - Localização do município de Iranduba	72
Figura 8 - Localização das áreas de influência do Gasoduto Coari-Manaus	75
Figura 9 - Construção do Gasoduto Coari-Manaus	76
Figura 10 - Maquete de divulgação da Cidade Universitária	78
Figura 11 - Imagem de divulgação da Cidade Universitária	79
Figura 12 - A ponte estaiada sobre o rio Negro	80
Figura 13 - A ponte estaiada sobre o rio Negro que liga Manaus a Iranduba	82
Figura 14 - Ruínas do casarão em Paricatuba	85
Figura 15 - Leprosário Belisário Penna	90
Figura 16 - Leprosário Belisário Penna	91
Figura 17 - Mapa da Vila de Paricatuba	94
Figura 18 - O turismo na Vila de Paricatuba	95
Figura 19 - Sessão fotográfica em Paricatuba	96
Figura 20 - Visitação às ruínas de Paricatuba	96
Figura 21 - Posto da ECT	101
Figura 22 - Serviços oferecidos na Vila de Paricatuba	107
Figura 23 - Serviços oferecidos na Vila de Paricatuba	107
Figura 24 - Serviços oferecidos na Vila de Paricatuba	107
Figura 25 - Serviços oferecidos na Vila de Paricatuba	107
Figura 26 - Igreja Assembléia de Deus	109
Figura 27 - Igreja Pentecostal Deus é Amor	109
Figura 28 - Igreja Adventista do Sétimo Dia	109
Figura 29 - Igreja Batista Nacional de Paricatuba	109
Figura 30 - Igreja Católica Santa Terezinha	110
Figura 31 - Ruínas da capela do antigo leprosário	111
Figura 32 - Pequena gruta em Paricatuba	111
Figura 33 - Escola Municipal Prof. Cícero Monteiro	114
Figura 34 - Desenhos do período em que a escola funcionava no casarão	116
Figura 35 - Escola Municipal Prof. Cícero Monteiro	117
Figura 36 - Biblioteca Comunitária Carlos Alberto de Moraes Ramos	Erro! Indicador não definido.125
Figura 37 - Biblioteca Comunitária Carlos Alberto de Moraes Ramos	125
Figura 38 - Conquistas, dificuldades e potencialidades vividas na área da educação	126
Figura 39 - Unidade Básica de Saúde Antônio Alves de Lima	127
Figura 40 - Unidade Básica de Saúde Antonio Alves de Lima	129
Figura 41 - Conquistas, dificuldades e potencialidades vividas na área da saúde	143
Figura 42 - Esquema de gestão das estratégias instituídas na organização social em Paricatuba	148
Figura 43 - Esquema das estratégias de organização social para alcance dos serviços de saúde e educação e serviços sociais	149
Figura 44 - Asfaltamento da estrada que dá acesso à Vila de Paricatuba	159
Figura 45 - Preparação de festividade gospel em Paricatuba	161

QUADRO

Quadro 1 - Universo pesquisado em Vila de Paricatuba

68

TABELAS

Tabela 1 - Bens e serviços sociais existentes na Vila de Paricatuba **100**

Tabela 2 - 31ª Delegacia Interativa de Polícia/Iranduba. Registros e Ocorrências - 2010-2016 **103**

Tabela 3 - Funcionários da Escola Municipal Prof. Cícero Monteiro **119**

Tabela 4 - Funcionários da UBS Antônio Alves de Lima **128**

Lista de Siglas

ASB	Auxiliar de Saúde Bucal
BO	Boletim de Ocorrência
Capsi	Centro de Atenção Psicossocial
Coopatur	Cooperativa de Acolhimento ao turista
Cras	Centro de Referência de Assistência Social
CRFT	Centro Receptivo Fluvial Turístico
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EIA/Rima	Estudo e Relatório de Impacto Ambiental
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FVA	Fundação Vitória Amazônica
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
MS	Ministério da Saúde
MEC	Ministério da Educação
Nasf	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
Plafam	Planejamento Familiar
PNJ	Parque Nacional do Jaú
PSE	Programa Saúde na Escola
RMM	Região Metropolitana de Manaus
SAS	Secretaria de Atenção à Saúde
SDS	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SDPA	Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal
Samu	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SIS	Síntese de Indicadores Sociais

SUS	Sistema Único de Saúde
TAG	Transportadora Associada de Gás
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

Sumário

INTRODUÇÃO.....	15
Capítulo I	26
AMAZÔNIA, A FASCINANTE IMENSIDÃO VERDE	26
1.1 Território Amazônico	29
1.1.1 Ecos da Amazônia	35
1.2 Sociedade Amazônica: As Populações Rurais da Região.	41
1.3 Cotidiano Amazônico, Especificidade e Resistência	49
Capítulo II	56
PERCURSO VIVIDO E O ESTADO DO AMAZONAS	56
2.1 Aproximação ao Lócus da Pesquisa: Vila de Paricatuba	59
2.1.1 Caminhos metodológicos da pesquisa	62
2.2 Campo de Pesquisa	70
2.2.1 Estado do Amazonas: algumas características fundamentais	70
Capítulo III	84
PARICATUBA: NOVA FACE DE UMA VELHA HISTÓRIA DE IMPONÊNCIA E SEGREGAÇÃO SOCIAL.....	84
3.1 O Casarão e o Uso Segregador do Local	84
3.2 De Leprosário a Vila de Paricatuba: Reconstruindo a História compreendendo as particularidades Amazônicas	93
▪ Localização	93
▪ O casarão hoje	94
▪ População	98
▪ Infraestrutura	100
▪ Economia local	104
▪ Religiosidade	109
3.2.1 A educação é apontada como responsável pela transformação social, mas	
<i>“A gente tem que fazer a nossa parte aqui, porque senão para”.</i>	113

3.2.2 A saúde agora é direito, mas o acesso continua restrito	127
<i>[...] tudo começa por aqui</i>	
RESULTADOS DA PESQUISA	144
4.1 Reinvenção do cotidiano: Estratégias de Acesso à Educação e Saúde	144
4.2 Cotidiano e seu Ritmo	150
4.3 O Grande Conflito Investigativo	170
4.4 Resistência dos Traços Culturais	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS	185
Sites consultados	190
ANEXO	193
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	193

INTRODUÇÃO

Eu vejo o futuro repetir o passado,
eu vejo um museu de grandes novidades, o tempo não para ...

Cazuza

Em pleno século XXI, os debates sobre a Amazônia ainda nos desafiam a enfrentar a permanência dos ideários que cercam a região, como a noção de um lugar caracterizado como uma imensidão verde, composta de fauna, flora, terras e rios, e sem grupos sociais no interior de seu território. Imaginário que <https://www.facebook.com/elane.lim.16> resiste no pensamento de grande parcela da população mundial, como pode ser percebido no noticiário exposto a seguir.

A reportagem do jornal *Acrítica*, de Manaus/Am, denominada Gringos “Amazônicos”, noticiou a experiência de visita ao Amazonas de uma dupla de sucesso, no YouTube. Um deles, o norte-americano Timothy Cunningham, 29 anos, relatou que a Amazônia “é um lugar que todos sabem que existe, mas poucos sabem como é, e nas programações de visita à natureza, não focam tanto nas pessoas”. E destaca “uma família de produtores locais de guaraná onde toda a família estava produzindo junta”, e continua revelando sua admiração a respeito do “acolhimento das pessoas da região, a comida, o pó de guaraná, e o lado cultural [...]”. E claro, a natureza, que quando você vê fica sem palavras. É melhor ficar só vendo” (Paulo André Nunes, in: *Jornal Acrítica*, 14 jan. 2018, BV1).

A história da Amazônia relata que constantemente é reforçada a supervalorização da natureza em detrimento dos segmentos sociais da região¹, sobretudo, das zonas rurais. A determinação serve também para justificar a “suposta” invisibilidade dada às sociedades locais.

Essa prerrogativa toma corpo, principalmente, no plano governamental, palco da objetivação e do destino das políticas públicas e garantias sociais

¹ Souza (2009, p. 354) já chamava a atenção para essa tendência de conceber a Amazônia como um território sem tradição cultural ou história, e cita o ambientalista Thomas W. Fatheuer, que avisa “A ecologização total da Amazônia esvazia a região de suas características sociais [...]”.

necessárias para a subsistência das populações amazônicas, e também cenário constante de negação do direito da cidadania plena a esses segmentos.

Com isso, hoje, dentre outros fatores, a negligência do poder público para com as populações amazônicas resulta no agravamento do empobrecimento desses grupos, e no consentindo em fazer perdurar o paradoxo da riqueza territorial *versus* a pobreza de parcela dos habitantes da região.

A partir desse movimento, o estudo busca dar visibilidade ao modo de vida dos grupos rurais regionais, que continuam tendo suas vivências invadidas pelos processos econômicos e as práticas políticas do mundo do capital, e seguindo à mercê das benesses do Estado, em suas diferentes instâncias.

Assim, a discussão desta tese focaliza as relações comunitárias dos grupos sociais rurais da Vila de Paricatuba, no Amazonas, a partir da organização social instituída em seu cotidiano para ter acesso aos serviços sociais de saúde e educação.

Para tanto, foram definidos como objetivos específicos:

- ☞ Realizar o mapeamento dos bens e serviços sociais existentes na Vila;
- ☞ Analisar as principais estratégias de organização social para alcance de saúde e educação em Paricatuba;
- ☞ Examinar e dar visibilidade ao cotidiano dos grupos sociais rurais em Paricatuba;
- ☞ Verificar os mecanismos e traços socioculturais que resistem e permeiam a organização social dos moradores de Paricatuba.

A iniciativa de realizar outra produção de conhecimento sobre o homem amazônico e seu peculiar modo de vida manifesta o anseio de continuar desenvolvendo estudos sobre as populações da região, percurso iniciado há 17 anos, sob minha autoria, na vida acadêmica, em níveis *lato* e *stricto sensu*.

Pensar a Amazônia pelo viés dos povos da floresta requer tentar entender uma população afastada dos grandes centros urbanos, o que contribui para o processo de desproteção social a que são subordinados, a partir dos códigos de vida social, econômico e político, da sociedade urbana industrial.

As autoras Sá e Nascimento (2012), em seu estudo acerca da acumulação de capital e cidades na Amazônia, explicam que é no cotidiano profissional do assistente social, tanto na área urbana, quanto na rural, que chegam as demandas por saúde, educação, trabalho, saneamento, habitação, entre outras áreas, demonstrando o agravamento das expressões da questão social na região.

A problemática da pobreza, no Brasil, pode ser ilustrada pelos índices divulgados na Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgado no ano de 2017, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual aponta que 25,4% da população no País, no ano de 2016, vivia em situação de pobreza².

A partir da realidade de desigual distribuição de renda, no Brasil, também se destaca o empobrecimento na Região Norte. Segundo os dados do SIS/2016, a região encontra-se na segunda colocação no *ranking* da pobreza no País (43,1%), perdendo apenas para o Nordeste, que apresenta o índice de 43,5% de sua população vivendo em estado de pobreza³.

Os indicadores do SIS/2016 mostram, também, os estados brasileiros, que apresentam os maiores níveis de contrastes sociais do País. Assim, em primeiro lugar, está o Maranhão (52,4% da população), seguido do Amazonas (49,2%), e, por último, de Alagoas (47,4%)⁴.

Com isso, o Amazonas desponta como o segundo estado brasileiro em desigualdade e população em situação de pobreza e território que abriga o lócus da pesquisa, a Vila de Paricatuba, como também os grupos sociais rurais, como protagonistas e contribuintes para a totalidade desses índices.

Entretanto, nesse universo de contrastes exposto pelos índices apresentados, precisamos reconhecer o diferenciado modo de vida, a lógica e o

² Destacando que o IBGE (2017) utiliza os critérios do Banco Mundial, e considera pobre “[...] quem ganha menos do que US\$ 5,5 por dia nos países em desenvolvimento. Esse valor equivale a uma renda domiciliar *per capita* de R\$ 387 por mês, ao considerar a conversão pela paridade de poder de compra”.

³ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18825-um-quarto-da-populacao-vive-com-menos-de-r-387-por-mes.html>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

⁴ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2017 [on-line]. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

potencial de organização social que possui as populações rurais na região amazônica.

As sociedades locais promovem suas vivências em pequenos núcleos comunitários, envolvidos com o meio natural, onde desenvolvem sua vivência a partir de um legado de saberes, habilidades, símbolos, costumes e ritos, formando um conjunto de conteúdos geracionais, que orientam a existência coletiva dos sujeitos sociais.

Os povos amazônicos apresentam-se como um solo fértil para a reflexão e as incursões intelectuais, visto que possuem uma multiplicidade de experiências coletivas, e cada qual com seu modelo próprio de gerenciamento dos recursos (sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais) existentes em seu ambiente natural.

Por isso, é imprescindível desvelar e divulgar as ricas teias de relações e construções comunitárias estabelecidas nos territórios socioculturais amazônicos, porque o desconhecimento a respeito das populações auxilia no fortalecimento dos estigmas, estranhamentos e equívocos, absorvidos e reproduzidos pela sociedade capitalista, de modo geral.

Também a produção de conhecimento técnico-científico sobre as comunidades rurais deve, fundamentalmente, ter o compromisso de contribuir para os debates acerca da efetivação dos direitos sociais, em função da melhoria da qualidade de vida das populações e, especialmente, evidenciar as relações que esses agentes estabelecem entre si e com a natureza.

Assim, a legitimação dos saberes e das práticas tradicionais, suas estratégias e referências socioculturais, estabelecidas em núcleos comunitários rurais, deve ocasionar diretamente a sua inclusão social, assegurada pelo Estado, conferindo cidadania aos povos da Amazônia.

O encantamento, compromisso e as experiências desenvolvendo estudos sobre as populações rurais e ribeirinhas motivaram e proporcionaram o aporte teórico essencial para pensar a discussão da tese levantada nesta produção intelectual.

E, assim, o ingresso no doutorado, no ano de 2014, e as conjunturas econômica e política do Brasil e Amazonas, nos últimos anos, trouxeram

diferentes reflexões sobre o modo de viver das comunidades rurais amazônicas, em face do avanço do capitalismo na região.

Assim, nesta tese, parte-se da hipótese de que os grupos rurais amazônicos tem uma organização social própria, instaurada no cotidiano e regido por códigos socioculturais, que permite a superação de ausências e o alcance dos bens e serviços sociais⁵, mesmo com o feroz avanço das relações capitalistas que invadem cada vez mais os espaços amazônicos.

Temos então aí o desafio de mostrar, com a produção científica: Por que a particularidade desse modo de vida. O que há de tão distinto no cotidiano das populações rurais amazônicas? Quais suas carências no acesso a bens e serviços? Como acontece sua organização social em torno da saúde e educação?

As questões expostas nos direcionam a uma dimensão fundamental que deve auxiliar na discussão acerca do modo de vida das populações locais, que é a cultura amazônica, pois, com base nos códigos culturais da região, é que os habitantes dos núcleos comunitários organizam seu viver.

E, portanto, podemos atribuir à matriz cultural amazônica a constituição dos saberes, valores, símbolos, ritos, mitos, etc., que orientam e entrelaçam as diferentes esferas da vida comunal dos povoados rurais na região.

Assim, a partir do recorte necessário para o estudo, o lócus da pesquisa, apresenta-se o modo de vida da Vila de Paricatuba, em Iranduba, no estado do Amazonas, que se institui como um núcleo comunitário, que compõe o imenso mosaico de agrupamentos coletivos, que formam o tecido social amazônico.

E somente com o debruçar-se analítico e detalhado sobre o cotidiano, palco de produção e reprodução da vida comunal em Paricatuba, é possível ilustrar e ratificar a singularidade no modo de vida dessa população rural da região, exaltado neste estudo.

⁵Os serviços sociais, de acordo com Kauchakje (2008, p. 6), se dão por meio da gestão de ações sociais públicas e “[...] são voltados à execução das atividades planejadas em programas, projetos e locais específicos para o atendimento de necessidade e demandas da população”.

No terreno das ilustrações, devemos aqui advertir sobre o principal entrave imposto, a quem desejar desenvolver pesquisa na Amazônia, que é o acesso às comunidades em que habitam as populações locais, lugares distantes, considerando a dimensão territorial da região, fato que eleva os custos financeiros dos projetos. Essa prerrogativa, em conjunto com outros fatores (a disponibilidade de tempo, a logística, etc.), pode também explicar a escassez de literaturas sobre as comunidades rurais da região.

Contudo, não podemos deixar de lado as referências bibliográficas existentes acerca da temática, que nortearam esse estudo, destacando que a maioria dos aportes teóricos utilizados são obras produzidas por autores(as) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o que lhes confere a importante condição da produção de conhecimento sobre grupos sociais regionais, e desenvolvido por pesquisadores também regionais, como: Chaves (2011), Costa (2013), Ranciaro (2004), Silva, H. (2012), Wagley (1988), e outros.

Para materializar os propósitos da tese, optamos por desenvolver a pesquisa de caráter crítico-analítico, com abordagem qualitativa, em que buscamos utilizar a perspectiva de totalidade, por julgar que o entendimento da dinâmica nos núcleos comunitários da Amazônia passa, necessariamente, pelas relações globais que as movimenta.

A investigação do cotidiano já sugere a valorização do qualitativo em vez do quantitativo, apesar do entendimento de que um tipo de pesquisa não nega o outro e, inclusive, podem ser complementares, mas o diálogo, a narrativa, a escuta do interlocutor, tem o poder de mudar os sujeitos da pesquisa, assim como o pesquisador.

Em razão, portanto, dos objetivos da pesquisa, de analisar a organização social da comunidade de Paricatuba, através do cotidiano, centrado no acesso à saúde e educação, escolhemos como interlocutores, especificamente, três categorias de sujeitos, com vivência e articulação no interior da comunidade: representantes dos grupos familiares; lideranças formais e informais (incluindo representantes comunitários; diretores da escola, do posto de saúde; líderes das igrejas; etc.); comerciantes e moradores da comunidade.

Os procedimentos metodológicos foram tomando delineamentos próprios e únicos, no decorrer da pesquisa de campo e, diante disso, os planejamentos iniciais serviram apenas como pontos de referências, porque contamos com vários imprevistos e novidades, pertinentes a uma investigação em terras amazônicas.

A pesquisa foi dividida em três fases e a primeira correspondeu à etapa das revisões bibliográfica e documental; sequenciada pela pesquisa de campo, que decorreu no segundo semestre dos anos de 2016 e 2017; e, por fim, a análise de conteúdo das informações coletadas.

Na etapa de coleta dos depoimentos narrativos, fizemos inúmeras visitas a campo, e concluímos 18 entrevistas, algumas com até quatro participantes, gerando um quantitativo de 29 interlocutores, considerado efetivamente, o universo da pesquisa.

Diante disso, conferimos, no cotidiano de Paricatuba, uma comunidade rural, com nuances de urbanidade, mas que ainda preserva em sua essencialidade, a diferença basilar que distingue a vida do campo e da cidade, e que foi muito bem explicado por Aldaíza Sposati, no prefácio do livro de Dirce Koga (2011, p. 15), ao mencionar que “o campo tem sons e a cidade ruídos”.

A partir desse direcionamento, a investigação, nessa comunidade amazônica, teve como principal marca a identificação de um núcleo comunitário rural em processo de intensa mudança, e ainda absorvendo os efeitos da construção do empreendimento de infraestrutura realizado pelo governo do Amazonas, a ponte sobre o Rio Negro, corredor de passagem e que dá acesso ao município de Iranduba, e a Paricatuba.

A organização social estabelecida no cotidiano pelos moradores do vilarejo tem como função promover o desenvolvimento e pleno convívio do grupo social, a partir do ordenamento dos equipamentos sociais existentes no local, e da produção e reprodução das relações sociais junto ao ambiente natural.

A vila, o território em que os sujeitos desenvolvem seus ordenamentos coletivos, tem características de comunidades rurais da região. Possui escola, posto de saúde, água encanada e energia elétrica nas residências, natureza em

abundância e o rio no entorno, que forma as praias no período do verão amazônico.

A organização social do vilarejo tem sua dinâmica correndo em torno dos serviços da Escola Municipal Prof. Cícero Monteiro, da Unidade Básica de Saúde (UBS) Antônio Alves de Lima, e das cinco igrejas evangélicas de diferentes denominações e uma igreja católica. As instituições religiosas protestantes têm enorme peso na condução dos valores e princípios que permeiam o modo de vida dos moradores na vila.

Na atualidade, o núcleo comunitário experimenta a intensificação das expressões da questão social, tendo como um dos principais fatores o acesso facilitado ao povoado, por causa da ponte, construída há 6 anos. Destacamos, aí, o surgimento da violência, antes nunca vista, em forma de assaltos e uso de drogas, e a deficiência na prestação dos serviços de saúde e educação.

Os anos de pesquisa e de convivência na comunidade nos permitiu verificar que o povoado passa por um momento particular, instituído pelos movimentos econômico, político e social, em níveis nacional e regional, sob o comando do sistema capitalista, que se entrelaçam e repercutem no cotidiano dos moradores do vilarejo.

Em Paricatuba, vive-se uma ocasião de conflito, relacionado à legitimidade das lideranças formais na comunidade, que reproduz o cenário global de instabilidades política e econômica, e isso coíbe o processo de participação dos moradores, para garantir avanço de conquistas coletivas, junto a administração pública.

Em contrapartida, a comunidade manifesta alto potencial de superação, por meio dos mecanismos socioculturais, desenvolvidos e alavancados pelos moradores/lideranças informais, no interior das instituições públicas e igrejas protestantes do local.

O potencial de elaboração das estratégias e a mobilização dos moradores para realizar e alcançar os objetivos cotidianamente permitem o desenvolvimento e funcionamento dos equipamentos sociais necessários para a vida em coletividade, assim como promovem a rede de interação, a reprodução das relações sociais, e ainda fortalecem os laços de solidariedade, cooperação,

alicerçados por traços culturais, que coordenam o ambiente de vivência entre os habitantes.

Assim, verifica-se que, quando existe o projeto coletivo, e os moradores aprovam a proposta, todos atendem de imediato quando são solicitados. E tais potencialidades e procedimentos auxiliam na condução das instituições e proporcionam a organização da comunidade.

Isso expressa o atual embate político existente na vila, visto que os comunitários respondem aos chamados das demandas existentes no interior das instituições, mas estão passivos e desanimados quanto aos interesses comuns e ao encaminhamento de reivindicações à associação de moradores.

Na organização social instaurada pelos comunitários, em Paricatuba, por meio da investigação do seu cotidiano, centrado no acesso à saúde e educação, além da capacidade organizativa da população, observamos um povoado em movimento de mudanças no plano dos conteúdos culturais amazônicos.

A população amazônica conserva em seu cerne um conjunto de hábitos, costumes, valores e saberes que alicerçam a cultural local, e direciona o modo de vida dos grupos sociais regionais. Percebe-se, também, um mecanismo de resistência em relação aos avanços da cultura impressa pelo sistema econômico hegemônico.

Assim, conferimos, no ordenamento social de Paricatuba, no que pese aos processos culturais, como acredita Sousa Santos (2013), uma “identificação em curso”, o movimento de tensão e conexão de seus conteúdos culturais, o que repercute em aquisições e retrocessos de hábitos e costumes da cultura local. Processo que se intensificou, dentre outro aspectos, em razão da construção da ponte e de outros empreendimentos que avançaram sobre os caminhos de acesso à comunidade.

Na vila, a existência de diferentes denominações de igreja com doutrina protestante também contribui para o redimensionamento dos referenciais culturais regionais na comunidade, uma vez que os evangélicos têm seus princípios e valores baseados nos preceitos da bíblia.

Com isso, podemos definir que a comunidade, apesar de estar em constante movimento em suas bases culturais, veem em seu cotidiano, por meio

dos procedimentos da natureza (seca e cheia dos rios), as estratégias aplicadas no cotidiano dos moradores (como as festas, a cota para internet, a venda de produtos e outros), que originalmente conduzem o modo de vida no vilarejo, mostrando resistência e preservação de costumes e hábitos que permeiam a vida da população regional, impregnados de ruralidades.

E, assim, verificamos em Paricatuba um grande potencial para reivindicar sua cidadania ao estado, alcançar direitos e conquistar a melhora na qualidade dos serviços existentes de saúde e educação. Mas está vivendo um momento de desmobilização e estagnação, em razão de diferentes conflitos políticos existentes.

No anseio de analisar o cotidiano na Vila de Paricatuba e sua organização social para alcance de saúde e educação, e ainda identificar os traços culturais amazônicos que permanecem nesse modo de vida, o estudo foi dividido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo é destinado à apresentação do arcabouço teórico de sustentação para a análise da organização social impresso no cotidiano da Vila de Paricatuba. Assim, inicialmente, discorreremos sobre a diversidade amazônica, na busca de expor a grandiosidade e riqueza desse território. Em seguida, levantamos a discussão acerca das sociedades rurais da região, para identificar as principais características das populações locais. E, no último tópico, realizamos a reflexão sobre o cotidiano e as redes de relações culturais, no intuito de mostrar que o cotidiano é o terreno em que se situa a dinâmica da organização social dos grupos rurais, e nele instauram-se e reproduzem-se os códigos culturais.

No segundo capítulo, desenvolvemos a discussão sobre o percurso vivido até o doutorado, que justifica o estudo com populações rurais amazônicas; em seguida, expomos os caminhos metodológicos da pesquisa; e, por último, apresentamos o campo da investigação com algumas características do Estado do Amazonas, do município do Iranduba, e os três empreendimentos que estão mudando a vida cotidiana dos moradores das zonas urbana e rural da cidade.

No terceiro capítulo, realizamos a exposição do lócus da pesquisa, a Vila de Paricatuba, sua infraestrutura e configuração atual. Nos últimos tópicos,

centramos a discussão na análise do acesso e funcionamento da saúde e educação existentes no vilarejo.

E, por fim, mostramos a análise dos resultados da pesquisa, com as nuances no cotidiano da vila de Paricatuba, que expressaram a dinâmica da organização e as alterações advindas dos grandes empreendimentos capitalistas; Em seguida, exibimos os conflitos vivenciados no processo investigativo; e, por último, reservamos ao exame dos conteúdos socioculturais que existem, em face dos processos econômicos capitalistas a que estão expostas as comunidades rurais, no cenário amazônico contemporâneo.

Vivessem hoje os antropólogos Charles Wagley (1955) e Eduardo Galvão (1955) e retornassem à velha e ribeirinha Itá (Gurupá, no Baixo Amazonas), por certo que encontrariam um novo cenário, não só com as modificações acarretadas pelo tempo e pertinentes a toda comunidade humana que passa por um processo de mudanças, mas com traços de transformação maior que têm caracterizado todas, ou quase todas, as comunidades caboclas da região. [...] não encontrariam mais as ruas antigas onde moravam hierarquicamente as “gente de primeira” e “gente de segunda”, não encontrariam mais a abundância da partilha pelos distintos segmentos sociais, nem uma economia tão dependente da exploração de produtos naturais, principalmente da coleta da borracha, da castanha, da piaçaba, do timbó, do corte de madeiras, da pesca e da salga do peixe. Com certeza, santos, visagens e encantados teriam sumido com as queimadas e extrativismos.

Lourdes Furtado

Capítulo I

AMAZÔNIA, A FASCINANTE IMENSIDÃO VERDE

Historicamente, a região amazônica chama a atenção do mundo pelo espaço abundante em biodiversidade, mas também como território imerso em contradições, a partir de sua colonização ou “descobrimento” até a contemporaneidade. Tais compreensões trazem consigo uma diversidade de interpretações e versões sobre esse imenso território verde.

A Amazônia atual reconfigura-se sob os balaústres do tempo e da herança histórica dos inúmeros entendimentos, das contradições e intervenções sobre a região. Com isso, para direcionar o olhar a um pequeno recanto amazônico hoje e identificar suas transformações, é necessário evocar algumas concepções sobre a identidade local.

As literaturas direcionadas à região apontam para a dificuldade em remontar a história da Amazônia pré-colombiana, isto é, antes da colonização, e isso contribui com os incontáveis dilemas e imprecisões de significados atribuídos ao local, visto que as histórias geológica, geográfica e humana da

Amazônia iniciam-se bem antes da chegada dos europeus; assim, as descrições desse período somente podem ser montadas e contadas por meio de induções e deduções (FONSECA, 2011).

As obscuridades e os equívocos históricos cooperam com a amplitude de constatações que cercam a Amazônia, assim é inevitável identificar alguns caminhos teóricos que buscam dar sentido e tentam explicar o desafio de compreender o mosaico amazônico.

A visão paradisíaca e infernal da Amazônia fazia parte do imaginário do europeu colonizador. O homem amazônico chamou a atenção dos primeiros cronistas mais como objeto de análise investigativa do que como seres humanos que eram, visto que nos relatos são constantes as adjetivações, como selvagens, exóticos, insolentes, etc. Conforme Costa (2013, p. 32),

A primeira produção de discursos sobre a Amazônia pode ser datada do século 16, com a expedição de Francisco Orellana. É importante trazer à tona e fazer um paralelo com o primeiro relato reconhecido como científico sobre a região: o de La Condamine. Neste, mesclam-se temas tidos como não científicos (as Amazonas), atualizando discursos sobre o exótico mundo dos amazônidas.

O árduo e complexo exercício de entender a Amazônia foi descrito por diversos autores clássicos e contemporâneos, que se propuseram ao desafio e à ousadia de discutir sobre a região, e buscaram revelar a biodiversidade e a sociedade existente no território amazônico.

O escritor clássico Djalma Batista (2006, p. 11), em seus textos sobre a cultura e sociedade amazônicas, alertava para a complexidade da região, e já advertia que “falar da Amazônia, em qualquer aspecto – fisiográfico, social, intelectual – é aventurar-se alguém a enfrentar senão o infinito, pelo menos o indefinido”, na tentativa de avisar que não conseguiria decifrar a totalidade e imensidão amazônica.

O mesmo julgamento pairava nos pensamentos do estudioso contemporâneo Fonseca (2011), no livro *Pensando a Amazônia*, quando nega a unilateralidade e a maneira determinante de explicar o espaço amazônico. Para o autor, pensar a Amazônia, em sua magnitude, demanda uma reflexão mais

abrangente e aprofundada, colocando em pauta, especialmente, as suas diversidades, visto que esse território compreende, sobretudo, distintas diversidades que constituem o ecossistema amazônico.

Fonseca (2011, p. 17) acredita que se deve construir um debate sobre a realidade regional que se associa e até mesmo se confronta “[...] entre o que é e o que deveria ser” a Amazônia, e isso exige reflexão constante e continuada sobre a região, com estudos atuais, sem deixar de lado os escritores que apresentaram valiosas contribuições e leituras sobre o local.

Na obra *O Livro de Ouro da Amazônia*, Meirelles Filho (2006, p. 20) adverte sobre o que ele denomina de questão amazônica, esclarecendo:

não há um único *caboclo*, pajé, pensador, empresário, ambientalista ou sindicalista que tenha a resposta completa para a questão amazônica. Com a contribuição de cada um constrói-se a floresta de ideias, tão ou mais complexa e intrincada do que a própria natureza.

Com isso, o estudioso assinala que o melhor caminho para enfrentar os desafios que a região apresenta é tornar públicas as contradições amazônicas, e isso pressupõe transparência e debates abertos sobre essa natureza e as diversidades que nela habitam.

A composição amazônica que envolve as diversidades físico/natural, biológica, econômica, de povoamento/cultura e social, coloca em questão o que Ignacy Sachs (2008) chamou de “unidade do diverso”, para ilustrar a riqueza da região e decretar a existência de inúmeras Amazônia, nos territórios nacional e internacional.

Diversidade regional, que deve inserir o homem e suas vivências nesse contexto, e grupos que, por meio de intervenções com fundamentos e memórias culturais, auxiliam e entendem o processo de preservação/ conservação da biodiversidade local, mesmo antes da chegada dos conquistadores.

Os numerosos significados conferidos à região, em momentos históricos distintos, como: pulmão do mundo, celeiro do mundo, inferno verde, reservatório de recursos naturais, vazio demográfico, e outros, expressam as múltiplas versões dos ocupantes do território e fora dele, assim como caracteriza o uso

que fizeram e/ou fazem do espaço amazônico até a atualidade, formulando mitos e ritos que permeiam a região, em níveis local e mundial.

Percebe-se que as diferentes incursões teóricas feitas sobre a região dão conta de um grandioso mundo verde, tantas vezes dito e relatado, mas que não se permite invadir e nem interpretar em sua totalidade devido à sua imensidão e mistério; às limitações que o ambiente amazônico impõe, desde a colonização/conquista, com suas interpretações, até a atualidade.

No mundo moderno, as leituras sobre a Amazônia, realizadas cada vez mais por estudiosos da região, a delineiam a partir da problematização das condições de vida das populações locais, trazendo abordagens e produzindo conhecimentos sobre as riquezas naturais. Contudo descrevem e narram também as consequências negativas da apropriação desigual da prosperidade regional, direcionada aos povos da floresta.

A importância e amplitude da região podem ser percebidas pelos números gerados por recursos produzidos pela natureza da Amazônia, justificando sua influência e o controle ambiental em escala global. Entretanto, diante da imensidão territorial, muito ainda se tem para ser estudado e descoberto nos espaços amazônicos.

1.1 Território Amazônico

No esforço de apresentarmos, de modo breve, algumas características essenciais desse imenso território, partimos da consideração de que a Amazônia é uma região da América do Sul, que abrange parte do Brasil, Peru, Equador, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa (Fig. 1); possui aproximadamente 6,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais cerca de 5 milhões se constituem de florestas primárias (FREITAS, 2003).

A Amazônia é o maior conjunto contínuo de florestas tropicais do globo terrestre. Meirelles Filho (2006, p. 32), ao citar o jornalista Eugene Linden, exemplifica que a “floresta amazônica é tão densa que um macaco pode pular de galho em galho sobre as árvores desde o sopé dos Andes até a costa atlântica, por mais de 3.500 km”.

Figura 1 - Mapa da Amazônia



Fonte: Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/image/2010/5/mapa_amazonia.jpg>. Acesso em: 12 out. 2015.

A região abriga as maiores sociodiversidade e biodiversidade do planeta, possuindo em seus territórios um terço das reservas mundiais de florestas latifoliadas; um quinto da água doce da Terra; bem como constitui uma entidade física importante nas estabilidades mecânica, termodinâmica e química dos processos atmosféricos em dimensões mundiais (FREITAS, 2003).

Devido à imensidão e densidade da Amazônia, existe sempre a possibilidade da equivalência, em que pese a exatidão dos números gerados pela região, em suas diferentes dimensões de rios, solos, florestas, plantas, aves, etc.

A importância da região, em esfera mundial, fica evidente, quando se observa que qualquer impacto causado na biodiversidade da Amazônia (como desmatamento, degradação dos solos, etc.), tem interferência direta no clima do planeta.

Para Fonseca (2011), o clima da região deve ser compreendido a partir de uma distribuição uniforme por toda a Amazônia, em decorrência de distintos eventos, pelo fato de a região ser cortada pela linha do equador, pela influência da bacia hidrográfica, entre outros fatores.

Mas o autor define o macroclima da Amazônia como quente e úmido, e o tipifica com as características de alta umidade relativa do ar, nebulosidade intensa, chuvas abundantes e temperaturas médias elevadas durante todo o ano.

Na Amazônia, a temperatura média gira em torno de 30°, principalmente nas cidades, assim, as variações entre mínimas e máximas não são altas, o que reitera a afirmativa de Djalma Batista (2007, p. 90) de que na região “a noite é o inverno do trópico”. O mesmo autor, explica que

Na Amazônia, tanto nas capitais e cidades principais, como na imensa hinterlândia, faz sempre calor, especialmente na parte da tarde; à noite e ao amanhecer esse calor abranda, mercê da umidade que se acumula e dos ventos que sopram. A direção e o predomínio dos ventos, associados à altura e distribuição das chuvas e à intensidade e número de horas de ensolaramento, são responsáveis pela manutenção da floresta ou dela decorrentes, - floresta diretamente ligada à ação da luz (fotossíntese), da umidade (circulação de água) e espalhamento das sementes (reprodução), criando, ao mesmo tempo, condições climáticas que permitem a vida humana, em limites perfeitamente suportáveis (BATISTA, 2007, p. 85).

Em decorrência da complexidade e riqueza na composição do ecossistema amazônico, Freitas (2003, p. 184), citando Cruvinel (2000), enfatiza os expressivos números que correspondem à ecologia nacional, e que tornam a Amazônia responsável direta por grande parcela do patrimônio do País.

O Brasil é o primeiro país mundial em diversidade de plantas, peixes de água doce e mamíferos, o segundo na de anfíbios, e o terceiro na de répteis. Possui 55 mil espécies vegetais, ou 22% do total conhecido no planeta. E ainda 524 espécies de mamíferos, 517 de anfíbios, 1.622 de pássaros, 486 de répteis, 3.000 espécies de peixes, 10-15 milhões de insetos, além de milhões de espécies de micro-organismos. Ampla maioria desse patrimônio encontra-se localizada na Amazônia, o que corrobora para explicar a sua importância para os megaprocessos econômicos em curso.

Além da expressiva proporção numérica da ecologia, pensar a região pressupõe demarcar o relevante elemento natural, que compõe o complexo da Amazônia; seus recursos hídricos, que conduzem os processos sociais, econômicos, ambientais e culturais do local.

Assim, a abundância hidrográfica da região manifesta a relevância do sistema das águas no ecossistema amazônico. Tal atributo foi relatado desde os primeiros viajantes, no momento da “descoberta” do rio Amazonas, no século XVI. Diferentes narrativas descortinam as características do regime das águas na região, como a enchente e a seca, os rios de água preta e branca, e outros.

A magnitude da hidrografia da região deve-se principalmente ao fato da Amazônia ser cortada pelo rio Amazonas que “drena mais de 7 milhões de km² de terras, e possui uma vazão anual média de aproximadamente 176.000m³/s, o que lhe confere a posição de maior rio em volume de água da Terra” (FREITAS, 2003 apud SIOLI, 1991, p. 185). Reforçando esses argumentos, afirmam, ainda, que

A bacia amazônica constitui uma das regiões habitadas com um dos mais altos índices pluviométricos do planeta, com totais médios da ordem de 2.200 mm/ano. Isto representa um volume total de água na forma líquida a ordem de $12 \times 10^{12} \text{m}^3$ que essa região recebe a cada ano, resultando na maior bacia hidrográfica do mundo (FREITAS, 2003 apud SIOLI, 1991, p. 185).

Em termos de indicadores, Meirelles Filho (2006) corrobora com essa perspectiva, ao acrescentar que o território da região possui mais de mil rios e tributários que, juntos, corresponderiam a mais de duas vezes a circunferência da terra.

As águas, na região, além de ser um elemento de pujança e valor natural, representam também a orientação da vida social amazônica, por meio do fenômeno particular e temporal dos períodos de seca, em que os rios baixam, e das enchentes, em que as águas sobem e produzem o evento chamado de terras caídas, alterando bruscamente os cenários e intervindo no cotidiano da população local. Os recursos hídricos amazônicos representam um verdadeiro sistema de interação simbólica (material e imaterial) (Fig. 2).

Figura 2 - Diversidade amazônica



Fonte: Elane Silva, (2004); <<http://www.menoslixo.com.br/cronica-a-verdade-sobre-a-amazonia-so-leia-se-voce-tiver-coragem/>>. Acesso em: 12 out. 2015.

Apesar do destaque para o sistema de água na região, Freitas (2003) chama a atenção para a participação do ecossistema amazônico nos processos básicos indispensáveis para a estabilidade química da atmosfera terrestre, pelo fato de a Amazônia “estocar cerca de 192 bilhões de toneladas de carbono, 27% do total do carbono armazenado na atmosfera terrestre” (SALATI apud FREITAS, 2003, p.187).

O poder das águas e florestas ganha evidência quando pensada a partir de sua funcionalidade para o equilíbrio ambiental do planeta, mas não se pode deixar de falar desse meio natural, sem fundamentalmente carregarmos de simbolismo, e com isso lembrar os mitos e lendas que habitam o imaginário popular sobre a região. Encantados que povoam e permeiam a vida de suas populações, e assim auxiliam na preservação/conservação do território.

As lendas e mitos sempre foram importantes delimitadores de tempo e espaço na região; demarcam o real e o sobrenatural, a ligação do cosmo com o terreno, e isso povoa o imaginário dos agentes sociais no interior dos núcleos rurais. De acordo com Ranciaro (2004, p. 208-209):

Há sempre uma explicação científica ou utópica acerca dessa realidade que se revela, ao mesmo tempo em que se esconde, ocultando seus segredos. Muitas vezes arrancados e, apesar disso, nem sempre explicitamente eles se permitem revelar. É preciso, entretanto, investigá-la com o devido rigor. Porém, submeter a rigorosidade ao seu descongelamento é também uma tarefa a ser cumprida. Até porque há, sim, um sentimento latente em que mito e realidade, história e utopia se confundem nos parâmetros de um

mundo ideal concretamente significado. Por isso mesmo, que ao se manifestar, esse mundo torna-se rigorosamente real ao que fora idealizado em face da sensibilidade de seu povo, pois é, nesse idear idílico que transitam suas crenças, materializadas no mapinguari, no curupira, no matintaperera, na cobra grande e sem os quais, portanto, essa realidade tenderia certamente a cair num solitário vazio desprovido de significações.

Os seres sobrenaturais que habitam os espaços da região foram relatados também por Wagley (1988, p. 235), em sua expedição na Amazônia, ao ouvir de moradores de uma comunidade os contos que se manifestavam no local:

O mais famoso dos espíritos da selva, entretanto, é o Curupira, pequena criatura cujos pés são voltados para trás. Vive no coração da mata de onde frequentemente se ouve o seu ilvo estridente. Dizem que tem especial predileção pela aguardente e o fumo. Atrai os caçadores para o interior da selva até que se percam sem esperança de regressar. O Curupira imita a voz humana: chama assim o caçador ou seringueiro que, acreditando ouvir o chamado de um companheiro, se desvia de seu caminho. Todos em Itá ouviram falar do Curupira mas ninguém jamais o viu.

As lendas amazônicas que fazem parte da cultura local são entes não humanos que vivem e tomam conta da floresta, suas histórias/estórias são envolvidas pelos diferentes elementos da natureza, e são tão respeitados que cooperam na condução do modo de vida dos povos da região.

Contudo, as afirmativas apresentadas sustentam o potencial e o simbolismo que a Amazônia leva consigo, assim como sua determinação e intervenção nas diferentes instâncias – social, econômica, política, cultural e ambiental –, e em distintos níveis – local, nacional e internacional –, inclusive por exhibir características inexistentes em outros lugares do planeta.

A partir da configuração regional, devemos destacar que o terreno amazônico pesquisado estará limitado ao estado do Amazonas, ao município de Iranduba, em um agrupamento rural denominado Vila de Paricatuba. Território privilegiado, envolvido por muita água, mata, animais e moradores que possuem cotidiano, memória e vivências singulares fundamentadas na cultura local.

1.1.1 Ecos da Amazônia

As literaturas mais críticas sobre a Amazônia salientam que as abordagens sobre a região, desde a colonização até o ingresso do capitalismo aos moldes industriais, serviram para justificar o processo de expropriação e exploração de seus volumosos e importantes recursos da natureza, bem como dos recursos humanos.

Na contemporaneidade, a Amazônia retoma seu lugar de visibilidade no mundo, em virtude do panorama de urgência e crise ambiental gerado pelo modelo de produção capitalista que preconiza o uso demasiado dos recursos naturais para produção e reprodução de mercadorias e bens de consumo para obtenção de lucro e acumulação.

Historicamente, as intervenções sobre o solo amazônico expressam insucessos no que se refere à “conquista” da região, deixando apenas lastros que reforçam a dualidade entre abundância e escassez, no contexto do desenvolvimento local.

Assim, no mundo globalizado, verificamos o avanço no debate sobre a visão da Amazônia como uma das últimas fronteiras da expansão da economia mundial, porque a região passa a ser entendida, também, como um patrimônio natural da sociedade global⁶, com urgente necessidade de preservação. Para Hurtienne (2009, p. 156):

Nesse sentido, a Amazônia é realmente para o mundo todo o símbolo, a síntese mais clara da crise do projeto da modernização. A Amazônia está como um espelho que revela a impossibilidade de combinar uma transformação dos ecossistemas e o desenvolvimento de formas sustentáveis economicamente. E resta aparentemente, só a outra visão, a Amazônia como reserva biológica, isto é até certo ponto, o interesse do governo alemão, dos americanos, das agências internacionais de um modo geral, que depois de muitas tentativas de tomar a Amazônia como a última fronteira, hoje em dia, não a veem mais como última fronteira, mas como uma das últimas reservas biológicas que se tem que cuidar porque é um patrimônio da sociedade

⁶Segundo Hurtienne (2009, p. 154) “globalização” ou “sociedade global”, “implicitamente se está falando sempre sobre uma certa forma de viver, produzir e pensar em sistemas de valores que se podem resumir num certo modelo civilizatório [...] equivale a dizer, a maneira de produzir, de viver, de organizar a infraestrutura, as cidades, os espaços etc. que foi organizado, num primeiro momento, nos Estados Unidos e depois se trasladou para a Europa, Japão e chegou, é claro, para a América Latina e para o resto do mundo [...] esse modelo hegemônico de um certo padrão de desenvolvimento se vai trasladar de uma forma completa para o resto do mundo e também para a Amazônia”.

global, por causas, que todo mundo conhece, como fator estabilizador do clima global, como reserva genética imensa, e também como uma reserva para a absorção da energia solar, que ainda não se sabe o que pode significar para uma revolução energética no futuro.

O significado da Amazônia para o mundo e toda a riqueza que nela habita, só podem ser pensados a partir de suas diversidades e isso nos desafia a discutir suas complexidades política, social, econômica e ecológica na esfera local e na sociedade global.

O cenário da segunda metade do século XX demarca a recente expansão econômica da Amazônia brasileira, que se deu por meio dos megaprojetos desenvolvimentistas dos governos militares, para a região, que intencionou a integração da Amazônia, percebida também como espaço vazio, no território nacional.

Com o ideário de “integrar para não entregar” a Amazônia aos interesses internos e externos, os governos autoritários do Brasil estabeleceram empreendimentos, com a abertura de rodovias, como a Transamazônica, as hidrelétricas de Tucuruí e Balbina, e a Zona de Livre Comércio em Manaus, no Amazonas⁷.

Oliveira (2009, p. 88) acrescenta que:

O conjunto e a magnitude das forças lançadas à nova conquista da Amazônia são de uma imensa desproporcionalidade. De um lado atores e sujeitos locais: grupos e nações indígenas, posseiros, grupos ribeirinhos, castanheiros, pequenos agricultores, e mesmo as porções de uma burguesia que nunca passou do estatuto mercantil. De outro novos atores do porte da Vale do Rio Doce, Eletrobrás, Nippon Steel,

⁷A Lei 3.173, de 6 de junho de 1957, de iniciativa do deputado federal amazonense Francisco Pereira da Silva, que definiu a cidade de Manaus no Amazonas como a sede de uma Zona Franca, estabeleceu em seu Art. 1º que: É criada em Manaus, a capital do Amazonas, uma zona franca para armazenamento ou depósito, guarda, conservação, beneficiamento e retirada de mercadorias, artigos e produtos de qualquer natureza, provenientes do estrangeiro e destinadas tanto ao consumo interno da Amazônia como dos países interessados, limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas (FONSECA, 2011, p. 320). Contudo, o Decreto-Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967, reformulou a lei anterior dando novos aspectos funcionais e legais, definindo em seu Art. 1º que: A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecidas com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores de seus produtos (FONSECA, 2011, p. 321). Vale destacar que ainda existiram diferentes atos normativos voltados para o fortalecimento da estrutura e funcionalidade da Zona Franca de Manaus, modelo econômico que se estende até os dias atuais na cidade de Manaus.

Votorantim, Shell, Alcoa, Alcan, Paranapanema, e mais Hondas, Suzukis, Kawasakis, Agrales, Mondaines, Orient, Seiko, Estrela, Tec Toy, uma lista densa de patronímicos do grande capital estatal, multinacional e nacional. Frente a esses novos “senhores da guerra”, as lendas dos barões da borracha, o Teatro Amazonas, a saga dos nordestinos nas duas grandes vagas de exploração da héves, Plácido de Castro e os cearenses que anexaram o Acre, o fracasso da Fordlândia, Fitzcarraldo de Herzog, o fantástico da literatura de Márcio de Souza, o boitatá e a cobra-norato, são ficções infantis.

Importante abordar que a região ainda é vista como alternativa para o desenvolvimento do mundo. Ignacy Sachs (2008) adverte que a Amazônia, considerada hoje como a última vítima da era do petróleo, pode servir de alternativa efetiva para a primeira matriz das biocivilizações contemporâneas, e que não existe lugar mais adequado para servir de laboratório do que a floresta sul-americana, “onde água, insolação e terra são abundantes”⁸.

Mas o autor chama a atenção para uma intervenção responsável e sustentável, sobre a região, fato que não se percebe, por parte da sociedade urbana industrial, em seu processo de uso dos recursos da natureza para acumulação de capital.

Em contraponto, a violência da lógica da modernização desse tempo, em relação ao modo de vida dos grupos locais, ditos sem capacidades financeiras e técnicas para promover o desenvolvimento local, retratou a diferença radical entre o mundo da mercadoria emergente e o mundo da não mercadoria.

Novo século, novo processo de conquista da região, com propósitos capitalistas, com o intuito de criar atrativos para povoamento; incrementar o processo econômico, depois do fim dos ciclos de exploração da borracha, bem como extrair os recursos da natureza.

A intervenção autoritária do Estado no território amazônico e, conseqüentemente, a população local, reiterou um lastro inerente às invasões, de verticalização e brutalidade, visto o desacordo e o não consentimento a essas interferências por parte dos sujeitos sociais “invadidos”.

⁸ Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/ignacy-sachs-propoe-outra-amazonia>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

O monopólio da violência pelo Estado acoberta toda espécie de violência privada; esta é a forma concreta da proteção de fronteiras e do bloqueio à vulnerabilidade. Apropriação de terras, garimpagem, exploração da madeira, são os lados ‘produtivos’ da perversidade fáustica do genocídio indígena, da devastação florestal, da contaminação dos recursos hídricos, da destruição dos modos de vida dos ribeirinhos, dos indígenas, dos castanheiros, dos seringueiros. Não há que se fazer ilusões: como em todo processo clássico de invasão ou de acumulação primitiva, os contendores de ambos os lados, os que agridem e os que são agredidos, são vítimas. Deles sobrarão os povoadores da Amazônia, como sobraram, nas levas anteriores das sagas da borracha, cearenses que hoje são acreanos (OLIVEIRA, 2009, p. 87).

Como fruto dos grandes projetos empreendidos pelo governo nacional, temos a configuração Amazônica atual, que, de um lado, apresentou intervenções frustradas, como a rodovia Transamazônica⁹ e, de outro, ações perenes, como a Zona Franca, objetivadas no Polo Industrial de Manaus/AM, modelo econômico de desenvolvimento local que sustenta, e é dependente, a cidade até hoje.

Simultaneamente ao momento histórico que o governo brasileiro busca desenvolver e integrar à região amazônica baseado no modelo capitalista de produção, ecoam no mundo os debates e as contestações sobre o uso que o capitalismo faz dos recursos que a natureza oferece, sugerindo, inclusive, uma nova possibilidade de desenvolvimento.

Nasce e cresce daí a compreensão de que a Amazônia extrapola os processos mercadológicos de acumulação capitalista, e deve ser conservada e preservada como uma reserva de recursos naturais renováveis, mas não infinitos, e esses cuidados se dariam visando aos meios de sobrevivência da geração atual e das próximas que virão¹⁰.

⁹ Segundo Souza (2009, p. 336), a rodovia foi um projeto fadado ao insucesso desde o início, visto que nada justificava sua construção: “No dia 1º de setembro de 1970, as obras da Transamazônica foram iniciadas, abrindo um período de perplexidade quanto à sua necessidade. A justificativa principal dos militares era a integração nacional, mas o traçado da Transamazônica, ligando o Nordeste miserável à Amazônia pobre, não ajudava muito a reforçar os argumentos governamentais”.

¹⁰ De modo geral, o conceito foi convencionalmente chamado de desenvolvimento sustentável. Não deixamos de compreender que o conceito de desenvolvimento sustentável é complexo e possui reflexões teóricas aprofundadas no âmbito científico, contudo esse não é o propósito do referido estudo, cujo foco central tem por base a organização social desenvolvidas no cotidiano das populações locais, mas entendemos a temática como um debate transversal, importante e necessário porque envolve diretamente a Amazônia.

O questionamento da sociedade civil e comunidade científica do mundo sobre o modo excessivo como o capitalismo faz uso dos recursos naturais para produção e acumulação de riquezas, suscita a proposta de desenvolvimento sustentável, e suas diferentes vertentes, como alternativa que daria menos prejuízo e auxiliaria na manutenção e conservação do meio natural (DIEGUES, 2001; LEFF, 2011; FREITAS, 2010).

A lógica dos debates que fundamentaram o momento de alerta acerca da crise ecológica, e que auxiliaram no fortalecimento e na visibilidade da questão ambiental, tem sua instituição, de acordo com a perspectiva explicada por Leff (2011, p. 17):

A degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. A questão ambiental problematiza as próprias bases de produção; apontam para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana.

E no bojo das problemáticas ambientais, que emergem fruto das contradições sociais inerentes à lógica do sistema capitalista, vemos, então, o agravamento global das desigualdades, resultado da mundialização da cultura ocidental do consumo, que se reflete nos caminhos de perversidade com a natureza.

Com uma agravante: a ameaça de existência de vida no planeta, antes uma metáfora bíblica, tornou-se uma realidade factível. A natureza do 'conceito de natureza' ganhou significados e sentidos novos, com os cenários sicionaturais planetários exigindo uma nova concepção e regulamentação das ciências. Uma concepção também centrada nos fundamentos da diversidade cultural e nos processos de desigualdade social. Até porque as concepções vigentes e hegemônicas ainda se encontram contaminadas pelas injunções discriminatórias e preconceituosas próprias dos processos de posse e colonização cristalizadas entre os séculos XVIII e XX (FREITAS, 2010, p. 25).

Com a emblemática questão ambiental em voga, fundada a partir da contradição de avanço do capitalismo, e a consequente contestação da lógica

do sistema, a Amazônia destaca-se como um dos principais territórios e núcleo desse contrassenso no plano global, pela magnitude da natureza que possui e o interesse mundial que desperta.

O projeto de desenvolvimento embasado na sustentabilidade é um debate que se estende até o século XXI, e são realizados, ao longo dos anos, diversos encontros, conferências e fóruns para discutir tal problemática, contudo, deve ser levado adiante com seriedade e responsabilidade compartilhada pelos atores sociais envolvidos nos processos econômicos, políticos, a comunidade científica e a sociedade em todo o planeta.

Partindo do preceito de sustentabilidade, os olhos voltam-se para as populações rurais amazônicas que compreendem, em sua vivência cotidiana, as bases de uma relação estreita com a natureza, utilizando os recursos para sua sobrevivência e respeitando os códigos que são impostos pelo meio ambiente.

A Amazônia é terreno onde brota riqueza, e por isso também é região de conflito e confronto em virtude de sua extensão territorial de seu solo e abundância de recursos e preciosidades, que repercute nas constantes investidas do capital financeiro para exploração da fartura de seu território.

Nas margens desses rios de contradições geradas pela opulência regional, é que Souza (2009, p. 373-374) exprime suas críticas às intervenções capitalistas no mundo amazônico, e ao legado de pobreza e miséria deixado às suas populações.

Falar, portanto, que o destino da Amazônia é a regressão ao extrativismo, mesmo a um extrativismo idílico, socializado e místico, é mais uma vez atropelar a própria Amazônia. De qualquer modo, vamos supor que fosse possível fazer da Amazônia uma imensa reserva extrativista, um enorme playground para todos os diversos pirados da terra. Bem, este é o sonho nada pirado da poderosa indústria farmacêutica internacional, dos grupos econômicos que trabalham com a biotecnologia, com a engenharia genética e a etnobiologia. Assim, mais uma vez deseja-se que a Amazônia ofereça o que tem, mas que fique em seu lugar, como território primitivo, de gente primitiva, que não deve jamais ter acesso a essas tecnologias e ao controle econômico de seus produtos.

E no interior dos alertas e dos movimentos de ressignificação da lógica de desenvolvimento capitalista, identificamos grupos sociais que possuem

experiências cotidianas outras e vivências pautadas em particulares projetos de organização socioculturais e políticos.

Mas a população amazônica contemporânea apresenta uma mistura entre os povos da floresta, que possuem os conhecimentos da mata, dos rios, e vivem em consonância com a natureza, cuja grande parcela está no âmbito rural, e os outros habitantes do local, fruto do processo mercadológico do capital, com outra lógica de trabalho, apropriação de terras, temporalidade, conhecimentos e estilo de vida.

Por isso, proteger a biodiversidade amazônica pressupõe também defender os direitos à cidadania da diversidade humana que vive e compõe esse mosaico ecológico; elas precisam ser levadas em consideração, em qualquer explicação ou intervenção que se estabeleça sobre e na Amazônia.

Isso implica evidenciar o modo de vida dos segmentos humanos locais, ou seja, aos grupos sociais que habitam o interior e os cantos mais longínquos desse gigantesco espaço verde, que tem modo de vida permeado de articulações culturais em todas as dimensões de sua vivência em coletividade, e são sujeitos desta pesquisa.

1.2 Sociedade Amazônica: As Populações Rurais da Região.

Território de Diversidade Cultural, Riquezas Material e Simbólica

Os mitos e ritos que giram em torno da natureza amazônica e que são contados nos relatos dos mais antigos navegadores que passaram e “descobriram/conquistaram” a região, somente têm sentido se povoarmos o local de seres humanos. Isto é, a lenda das Amazonas, uma tribo de mulheres fortes e guerreiras; o boto, homem conquistador que encanta e engravida as mulheres da região, dentre outras. Então, é a simbiose entre homem e natureza que tece o complexo de vida na Amazônia.

Por isso, Octavio Ianni, na apresentação da obra de Silva, M. (2004, p. 7), num tom de poesia, configura a região como parte do mapa do mundo, mais que não deve perder de vista as nuances de sua história, de seus povos, os interesses e as correlações de poder vigente, próprias do local, por isso, profere que

A Amazônia não nasce direta e limpidamente brasileira. Começa por ser principalmente indígena, nativa. Aos poucos, revela-se portuguesa, colonial. Em seguida, afirma-se cabana, revolucionária. Depois, é definida como brasileira, nacional. Situa-se no mapa do Brasil com imensa geografia e surpreendente história. Mas continuará sendo simultaneamente indígena, portuguesa, cabana e brasileira: assim como um momento da sociedade mundial.

Levando em conta as diferentes influências e correlações *sui generis* do cenário amazônico, e resgatando a afirmativa de Octavio Ianni de que a Amazônia é também indígena e nativa, observamos uma espacialidade que comporta tantos capitais, dentre eles, o capital humano, ou seja, os sujeitos sociais que interagem diretamente com a natureza.

A visão amazônica, pelo viés da interação homem e ambiente na conjuntura atual, demanda trazer à tona os povos nativos do lugar, isto é, os povos indígenas, que, ao serem lançados aos processos selvagens do capitalismo contemporâneo, reagem com a seguinte constatação:

A Amazônia é uma confusão total, de raça, de língua, de dinheiro. A sociedade nunca estudou o índio e ensina mentira para seus filhos. Não sabe como é respeito de um homem para o outro. O dinheiro destrói a Amazônia. Fica difícil, para nós índios, entendermos o que é educação (PAJÉ MANOEL MOURA, TUKANO, DO ALTO RIO NEGRO/AM apud MEIRELLES FILHO, 2006, p.89).

A humanização da natureza local deu-se primeiramente pelo reconhecimento das populações indígenas. Os estudos etnográficos acerca da Amazônia indicam que os primeiros povos habitantes da região remontam de muitos séculos antes da chegada da primeira expedição portuguesa neste território, em busca do Eldorado perdido.

Um modo de vida pautado na conciliação e no uso da natureza para sobrevivência e todas as especificidades entre as tribos, marcavam a vivência coletiva dos habitantes da região. Os primeiros relatos dos viajantes a terras amazônicas acenam para a linha da forte resistência desse povo.

Sobre a resistência do povo indígena, Batista (2007, p. 53) atesta que historicamente um fato era certo: “a Amazônia, ao tempo da descoberta,

abrigava muitos 'bárbaros', e eles eram tantos que resistiram a mais de quatro séculos de confrontos com o branco".

A chegada dos primeiros navegantes que encontraram a natureza e o homem na Amazônia representa a gênese dos discursos naturalistas de intolerância acerca da população local, porque, as vezes que os viajantes se referiam aos habitantes, foram para acentuar que eram empecilhos e entraves para o seu desenvolvimento da região.

Ao pensar o elemento humano dessa maneira, nos leva a concluir que julgavam a natureza amazônica uma obra pronta e acabada, a não ser pelo homem amazônico, que não era sequer digno de explorá-la. Em outras palavras, a natureza estava pronta, mas o seu habitante não (COSTA, 2013, p. 43).

A cena da perfeição e beleza da natureza, alimentada pelo ideário de acumulação do colonizador europeu, ampara o julgamento de que o homem amazônico não era rico porque não queria, e não tinha o prazer em "possuir", ficando muito claros, nos relatos dos navegadores da época, o confronto e a sobreposição da análise da cultura hegemônica se considerado o modo de vida local.

A partir do olhar do colonizador e do juízo equivocado de que o homem da região não acumulava, surge o posicionamento de que "o povo é pobre no meio da riqueza e merece a pobreza; merece sem nenhuma compaixão, ser pobre, porque não quer trabalhar e nem fazer esforço" (AVÉ-LALLEMANT apud COSTA, 2013, p. 139).

Mas, apesar dessa matriz de rejeição e hostilidade que desenharam em torno das populações originárias, a partir da narrativa dos viajantes naturalistas, o legado da interação entre o homem e a natureza construído e disseminado por centenas de anos, é inegavelmente a primeira referência da cultura que norteia a região na contemporaneidade.

Importante enfatizar que a concepção dos viajantes/conquistadores, do índio como indolente, preguiçoso, exótico e selvagem, carrega consigo um grau discriminatório e depreciativo que repercute na imagem da população local até hoje, mesmo após o processo de "modernização" da região.

Segundo Costa (2013, p. 52), o viajante Alfred Wallace (1979) instituiu outro olhar sobre a população indígena regional; o autor não os considera seres degenerados, por acreditar que a degeneração não estava na raça do índio, mas no contato estabelecido, por algum motivo, com a chamada “civilização”; contudo, também era pessimista quanto ao futuro dos nativos da região.

A resignificação do ceticismo sobre o modo de vida, caráter e futuro dos primeiros habitantes da região, ou a instauração de uma “nova moral”, auxiliou na sua adaptação ao ecossistema amazônico, ou seja, na legitimação e identidade da cultura amazônica.

Ao analisar a adaptabilidade dos povos da Amazônia, Fonseca (2011) expõe que informações diretas e indiretas (oficiais ou não), revelam que as culturas indígenas primordiais foram bastante criativas no processo de adaptação ao meio inóspito da região, deixando como marca os procedimentos de confecção de artefatos para caça e pesca e a introdução de espécies nativas na alimentação das populações locais.

Costa (2013, p. 135-136), fazendo referência ao historiador Bessa Freire (1993/1994), sobre a herança indígena milenar, retrata o convívio do homem com a natureza local:

Os povos que habitavam a calha central do Amazonas eram todos agricultores em maior ou menor escala. Realizaram experiências botânicas, domesticaram uma enorme variedade de plantas como a mandioca, o milho, o algodão e o tabaco, e descobriram as propriedades medicinais e nutritivas de ervas e frutas. Produziram uma cerâmica refinada e instrumentos de trabalho capazes de transformar a mandioca em farinha e o algodão em redes e mantas coloridas. Construíram habitações amplas e arejadas. Promoveram um intenso comércio intertribal. Criaram uma literatura vigorosa, poemas, músicas e danças. Migraram, navegaram, brigaram, fizeram e desfizeram alianças, amaram, **viveram e reproduziram sua existência aqui graças a uma leitura correta da região.**

Com a chegada dos europeus em terras amazônicas, foram dizimadas muitas tribos indígenas, e as ações missionárias e militares também violentaram as identidades culturais desses povos, visto que foi imposto um *modus vivendi* que incentivava o cruzamento do homem colonizador com a mulher colonizada.

Ainda nesse compasso, Fonseca (2011, p. 65), citando Monteiro (2001), assegura que o *caboclo*, que nasce da mistura do homem branco com a mulher índia, foi o principal herdeiro dos “[...] vocábulos, folclore, utensílios domésticos, equipamentos (agrícolas), artefatos (para caça e pesca), comidas, rituais religiosos etc.”.

A colonização europeia impôs o processo de miscigenação na formação social da população regional, junto a isso foram estabelecidos novos costumes e hábitos que configuram a sociedade cabocla contemporânea. Mas, os traços fundantes da cultura indígena resistem na Amazônia, por meio dos saberes e conhecimentos tradicionais¹¹ passados de pais para filhos.

A chegada do processo “civilizatório”, pautado no modelo econômico da acumulação primitiva, chega à Amazônia, via extermínio dos índios, que não se submeteram à escravidão dos colonizadores e exploração dos recursos humanos para extração dos recursos naturais. Isso repercutiu num modo de vida com características dos costumes portugueses, mas baseado na cultura indígena.

Diante desse processo histórico de confronto, mudanças e permanências, advertiam, diferentes autores, que era inevitável o choque entre a cultura que chegava e a tradicional existente; todavia, o homem amazônico teve na natureza sua principal aliada.

[...] apesar do grande espaço físico ter sido conquistado pelo branco, o espírito do índio permanece e sobrevive, nas suas grandes dimensões culturais, o que constitui, a meu juízo, a lição maior da luta racial secular (BATISTA, 2007, p. 56).

O resultado dessa luta entre os descobridores e os índios mostra que a herança dos povos originários permanece viva entre as populações amazônicas,

¹¹ “O conhecimento tradicional associado é conhecimento da natureza, oriundo da contraposição sujeito-objeto sem a mediação de instrumentos de medidas e substâncias isoladas em códigos e fórmulas. É oriundo da vivência e da experiência construída num tempo que não é aceito pela máquina da eficiência e da propriedade privada, mas cujos resultados podem vir a ser traduzidos em mercadoria geradora de grandes lucros quando tomados como recursos de produção mercantil” (DERANI, 2002 apud FONSECA, 2011, p. 240).

sobretudo nos grupos sociais que vivem no âmbito rural e longe dos grandes centros urbanos da região.

O que imprime um modo de vida a partir dos desígnios e interação com a natureza local, fruto da miscigenação amazônica, mas que tem marcas da bravura e resistência dos indígenas. Isso somente reforça que o meio natural e o homem do local não permitem sua total invasão.

Os permanentes e fortes atributos indígenas, com a miscigenação de outros povos, no decorrer da história da região, direcionam a cultura amazônica, que caracteriza um modo de vida repleto de particularidades, nos âmbitos urbano e rural; entretanto, se materializa com maior intensidade nas comunidades rurais da região.

Meirelles Filho (2006) identifica a população rural como a Amazônia tradicional, onde se encontram as populações que habitam as margens dos grandes rios, e que, em grande parcela, vivem da agricultura de subsistência e do extrativismo.

O *modus vivendi* regional pode ser percebido com clareza no estudo antropológico de Charles Wagley (1988), que descreve com minúcia de detalhes a organização social e vivência de uma comunidade amazônica, destacando aspectos como: as relações de parentescos; a cooperação e ajuda mútua que fundamentam a vida social por meio das atividades coletivas; a existência conduzida pelo regime das águas de cheia e seca; as tradições das festas dos santos de devoção; a produção econômica que gira em torno do plantio, da colheita, pesca e caça; a cronologia da natureza; o forte peso dos mitos, lendas e magias; as figuras da parteira, benzedeira, do curandeiro, que tratam as doenças do corpo e da alma; dentre outros.

As diferentes esferas organizativas da vida rural amazônica são gestadas e desenvolvidas nos núcleos socioculturais comunitários, isto é, nas unidades sociais chamadas comunidades, que imprimem um cotidiano de interação entre homem e meio ambiente.

Acerca das discussões sobre comunidade, Agnes Heller (2004, p. 70-71) assegura que são nessas unidades sociais que os sujeitos desenvolvem sua cotidianidade, valorizando a importância da comunidade como

[...] uma unidade estruturada, organizada, de grupos, dispondo de uma hierarquia homogênea de valores e à qual o indivíduo pertence necessariamente; essa necessidade pode decorrer do fato de se “estar lançado” nela ao nascer, caso em que a comunidade promove posteriormente a formação da individualidade, ou deu uma escolha relativamente autônoma do indivíduo já desenvolvido.

Numa perspectiva de complementaridade a essa concepção e a partir de sua experiência amazônica, Wagley (1988, p. 44) ressalta os preceitos culturais como norteador da vida dos grupos sociais humanos e como expressão local das estruturas societais mais amplas, afirmando que:

É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade, a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade. Todas as comunidades de uma área compartilham a herança cultural da região e cada uma delas é uma manifestação local das possíveis interpretações de padrões e instituições regionais.

O modo de vida estabelecido em comunidade pelos grupos sociais da Amazônia causou estranhamento, desde a chegada dos colonizadores, muito relatado em crônicas, por apresentar dinâmica e lógica de funcionamento completamente diferentes das vivenciadas no modelo europeu.

Após a colonização, a população regional absorveu concretamente alguns hábitos da cultura europeia, porém, o curso de vida baseada em tradições, costumes e saberes locais continuaram envolvendo profundamente esse modo de vida, gerando particularidades que só existem na experiência amazônica.

Assim, na contemporaneidade, temos ainda, conforme características expostas por Wagley (1988) e Costa (2013, p. 126-127), populações rurais amazônicas que desenvolvem redes de articulações das diferentes esferas de sua vida (social, política, econômica, cultural e ambiental) e são reproduzidas em pequenos núcleos sociais e em direta consonância com a natureza.

É acerca desse cotidiano em que se desenvolvem relações de trabalho, de tempo, proximidade com a natureza, artesanatos, atividades extrativas e ainda tradição agrícola mesclada com herança indígena milenar, desenvolvida numa produtividade diferenciada do mundo capitalista, enfim, dessa infinidade de experiências diversificadas, de que os viajantes e nacionais fizeram campo de batalha, criticando-as.

Esse ponto de vista acena para a conexão homem (cultura) e natureza como elementos fundantes da vida em comunidade; assim, de comunidade como unidade aberta e núcleo de interação com outras comunidades e sociedades, como enfatizam as manifestações internas entre seus agentes sociais e entre eles e a natureza, sem perder de vista as estruturas globais que incidem nas dinâmicas locais e internas aos núcleos comunitários.

A autora Chaves (2011, p. 123) quando relata a vida em uma comunidade amazônica, explica os sentidos da comunidade, e observa “[...] Espaço esse que se humaniza, ganha contornos, marcações resultantes da ação efetiva de homens que na construção do lugar de viver e trabalhar atualizam as relações entre si e com a natureza”.

Na região, as vivências cotidianas atuais, que movem a vida rural em comunidades, são pautadas numa miscigenação cultural que, em parte, resguarda e preserva traços indígenas e, de outro, absorve elementos e características dos diferentes grupos sociais que passaram pelo local. Na atualidade, vive-se na sociedade do consumo uma permanente tensão entre o tradicional e o moderno.

É inevitável refletir sobre as populações rurais, sem dar ênfase às mudanças substantivas impostas pela lógica do capital e seus efeitos deletérios em alguns territórios e, sobretudo, ao modo de vida dos grupos locais, em especial, aqueles que vivem nas áreas mais distantes dos centros urbanos, a exemplo da comunidade estudada.

Importante abordar também que o estudo não romantiza os grupos sociais locais; apenas defende a perspectiva histórica de proximidade e respeito na relação que estabelece com o meio ambiente, considerada um elemento fundamental para sua vivência (material e imaterial).

O que não implica negar a existência, muitas vezes, de práticas, por parte de parcelas das populações rurais, contrárias à conservação dos recursos naturais pautadas a partir da lógica do mercado capitalista, impactando o ecossistema regional.

Leonel (1998), citando Roué (1997), enfatiza que os discursos sobre os modos socialmente diferenciados de uso dos recursos naturais devem tomar o cuidado necessário para a não idealização do bom selvagem (*beau sauvage*) conferida aos grupos sociais rurais/tradicionais, o que leva ao risco da sacralização desses, sob o ponto de vista da relação de reciprocidade com a natureza no uso de seus recursos e da adequação na utilização de tecnologia apropriada que ocasiona baixo impacto aos ecossistemas.

Desse modo, no trabalho, será adotada a posição dos autores ora citados, que preconizam o argumento de evitar sucumbir à armadilha de recorrer ao erro frequente da sacralização desses grupos sociais.

Contudo, o estudo buscou dar ênfase às potencialidades das populações rurais, em especial, no que diz respeito às capacidades existentes na dinâmica organizativa presentes em seus cotidianos, e que manifestam os dispositivos socioculturais utilizados por estes para alcance de bens e serviços sociais.

1.3 Cotidiano Amazônico, Especificidade e Resistência

Na atualidade, a população amazônica tem grande parcela de suas organizações sociais centralizadas nos centros urbanos. Nas áreas mais distantes desses centros, como nas áreas rurais, as relações em geral são articuladas e arquitetadas no cotidiano da vida em pequenos núcleos comunitários.

Em linhas gerais, o cotidiano dos sujeitos sociais pode ser compreendido com certo grau de clareza, a partir de breve relato que Costa (2013, p. 125-126) apresenta, para explicar o modo de vida rural na região:

São 4 horas da manhã. O sol nem ameaça despontar. Uma família anônima, num interior qualquer da Amazônia, já está de pé para mais um dia de vida-trabalho. O marido prepara-se para a caça, pois no dia

anterior haviam comido tambaqui e matrinxã¹². Após tomar o desjejum, ele adentra na floresta onde seu vizinho havia dito que a caça estava boa.

Os primeiros raios de sol começam a sair prometendo um dia ensolarado. A mulher havia continuado a preparação da comida para os curumins (meninos) e as cunhatãs (meninas). Ao ouvir a mãe conversando com a vizinha, as crianças acordam e todos fazem o desjejum de sempre: tapioca, pé de moleque, beiju, macaxeira cozida¹³ e milho assado (ou ainda uma cuia com peixe cozido ou assado). Mãe, comadre e crianças aram a terra, continuando o trabalho do dia anterior, mas faltava ainda lavar a roupa. As mulheres dirigem-se ao rio para lavá-la e as crianças, como peixes, mergulham e brincam de ver quem demora mais debaixo d'água, como o peixe-boi ou o boto¹⁴. O marido retorna com a caça, tinha que consertar a canoa, fazer o remo, terminar umas tábuas e abrir palhas de buriti¹⁵ para concluir a casa que estava em construção.

O cotidiano expresso na descrição denota os traços mais comuns da *vida-trabalho* de um grupo familiar típico da Amazônia; entretanto, a vida em comunidade extrapola a vivência familiar do lar; é também permeada pelas vivências e relações comunitárias, nas formas coletivas de convivência entre seus membros e no meio ambiente envolvente.

As teias de relações sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas, relatadas na citação acima, formam o cotidiano dos grupos rurais que se fundam na articulação entre os agentes com a natureza no interior dos núcleos comunitários, que acionam e viabilizam suas estratégias e mecanismos de existência coletiva, como a relação demonstrada entre casais, pais, filhos e a vizinhança.

Na obra de Agnes Heller (2004, p. 17) sobre cotidiano, a autora afirma que “a vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*”, por acreditar que é na cotidianidade que o homem coloca em funcionamento todas as suas

¹² Peixes de água doce muito saboreados pelos regionais. Hoje, a população pobre urbana já não consome como nesse período por causa do seu alto preço nas feiras e mercados locais. Mesmo a população mais abastada reclama do seu elevado preço.

¹³ A farinha de tapioca, o pé de moleque e o beiju são alimentos feitos com derivados da mandioca-brava. A macaxeira é a chamada mandioca-mansa, que é assim denominada por não necessitar do processamento de retirada do veneno, o tucupi.

¹⁴ Peixe-boi, mamífero de grande porte quase em extinção nos rios amazônicos. Dele se faziam as mixiras, uma conserva muito apreciada; de sua gordura, produzia-se um combustível para iluminação. O boto é o golfinho da água doce. Dele, duas espécies se destacam: o vermelho e o preto. É também um mamífero que povoa o imaginário mítico amazônico.

¹⁵ Espécie de palmeira usada para cobrir o teto das casas. Da mesma palmeira, ainda hoje, usa-se o tronco para fazer tábuas para o assoalho. Da polpa de seu fruto, preparam-se sucos, sorvetes e doces.

capacidades, sejam elas intelectuais, sentimentais, apaixonadas, ideológicas, entre outras.

O significado da vida cotidiana é dado por meio da heterogeneidade que se constitui nas esferas diversas da vida privada, da organização do trabalho, da atividade social, do lazer, descanso, intercâmbio, da purificação e, assim, cada grupo social estabelece sua rede hierárquica, posicionando, de modo diferenciado e particular, o lugar central da vida cotidiana, dependendo de sua estrutura socioeconômica (HELLER, 2004).

Para Iamamoto (2009), o cotidiano se dá na configuração do modo de vida dos atores sociais, e é então o “solo” da produção e reprodução das relações sociais, compreendendo assim que o cotidiano é o terreno de atuação do profissional do Serviço Social.

Nos povoados amazônicos, de modo geral, as redes de relações ordenadas socialmente em núcleos comunitários giram em torno do processo econômico, mas não se acabam nele, porque o cotidiano dos sujeitos coletivos é regido por códigos e vínculos culturais fortes.

São as estruturas e os movimentos construídos pelos agentes sociais, seres individuais e genéricos¹⁶, no cotidiano em comunidades, que fortalecem seus laços de solidariedade, de vizinhanças e as relações sociais, e, a partir dessas relações, instituem e articulam seu poder de reivindicação na luta para alcance dos equipamentos sociais necessários para a reafirmação de cidadania em relação ao Estado e à superação de sua situação de risco e vulnerabilidade social.

Daí entender a cotidianidade como o chão, espaço e cenário de composições, relações, correlações e interações, construções, destruições e reconstruções do vivido individualmente, no coletivo e associativo.

A partir desse direcionamento, Koga (2011) em sua discussão sobre território, dialoga e concorda com Milton Santos (2000) sobre a relação

¹⁶ Para Heller (2004, p. 21) “Também enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua ‘consciência de nós’”.

inseparável entre território e população, que permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido. Acrescenta, ainda, que é o uso e as interações entre os sujeitos sociais que enchem de significado o termo, identificando, assim, o território em que se vive.

Tomando como referência a perspectiva de território da autora, tem-se nos grupos sociais da região, o movimento de reconstrução da vida cotidiana que transforma o território em espaço de vivência e o humaniza; que dá vazão a conflitos, tensões e tramas individuais e coletivos a partir das carências e necessidades dos sujeitos, assim como permite nascer e florescer o convívio fraterno, a solidariedade, cooperação, simbologia, felicidade, união, ajuda mútua e outros.

Necessário abordar que o cotidiano das populações rurais, articulado por uma rede de relações comunitárias impressas nos agrupamentos coletivos, possui marcas profundas dos vínculos familiares, de parentescos e vizinhanças entre seus agentes sociais. Conforme já observava Wagley (1988, p. 52):

Conquanto os laços de família frequentemente constituam fator importante para determinar a moradia das pessoas de um bairro e para assegurar a assistência recíproca entre os habitantes, tais bairros não são grupos de família, como não são grupos sociais de clã. A residência em comum, a amizade, e o parentesco espiritual entre padrinho e afilhado constituem vínculos tão fortes quanto os de parentesco real entre esses vizinhos.

As relações de famílias vizinhas e parentesco apresentam-se como elementos centrais na produção e reprodução das relações sociais, conduzidas pelos postulados culturais e que permeiam o modo de vida nas unidades sociais rurais na região.

Nesse contexto, devemos enfatizar, também, as relações políticas e de ajuda mútua desenvolvidas comunitariamente, que se materializam em seus diferentes modelos de organizações políticas formais e informais; as associações de diferentes categorias de trabalhadores, como colônia de pescadores; os movimentos religiosos; a representatividade das lideranças comunitárias, e outros (CHAVES, 2011; SILVA, H., 2012; SILVA, E., 2007).

Os grupos rurais apresentam certa recusa à ordem vigente, por intermédio das próprias organizações social, política e cultural vivenciadas cotidianamente, possuindo estratégias próprias e movimentos coletivos de resistências, reivindicação e luta, em relação ao Estado, para acessar bens e serviços sociais essenciais.

Daí somente a investigação do cotidiano das populações locais pode trazer a resposta quanto à organização social para o acesso a bens e serviços sociais vividos pelos sujeitos na Vila de Paricatuba, cidade de Iranduba, no Amazonas.

O destaque dado aos códigos culturais inerentes à vivência coletiva, nos encaminha às orientações antropológicas sobre cultura, que desde a origem dos debates criaram concepções acerca da relação homem e natureza para explicar o papel da cultura, que se manifestaram no decorrer da história, por algumas críticas, discordâncias, e complementaridades teóricas¹⁷.

Os referenciais teóricos que deram base às discussões sobre cultura, na Antropologia, foram expostos por Laraia (2001), que dedicou especial atenção ao determinismo biológico, que compreende que as diferenças genéticas e de “raça” determinam as diferenças culturais. E o determinismo geográfico, que considera que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural. Os dois pressupostos foram questionados, e/ou ampliados por outros estudiosos da área.

Em razão da natureza do estudo, buscamos, como o autor Diegues (2001), destacar os pressupostos da Antropologia Neomarxista, cujos expoentes são Maurice Godelier, Meillassoux e Terray, que incorporam aos seus marcos teóricos os mitos e as representações que os grupos sociais possuem do ambiente que os envolve. Essa corrente enfatiza ainda dois aspectos importantes: a dimensão econômica e o modo de produção e reprodução social.

Godelier (1984 apud DIEGUES, 2001) discute a degradação ambiental, que algumas sociedades provocam e outras não, sobre o mesmo meio natural, assim, assume a posição de defesa do uso dos recursos naturais comum entre as populações rurais/tradicionais, por não terem incorporado a lógica

¹⁷ Ver LARAIA, Roque. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

mercadológica da produção capitalista. Desse modo, o manejo dos recursos locais somente pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da sociedade do capital.

A aproximação a esse ponto de vista, para a análise das sociedades rurais, justifica-se pela amplitude em sua linha de abordagem, pois compreende elementos essenciais relativos ao modo de vida dos sujeitos sociais do estudo, como as representações sociais e o mundo simbólico.

A importância desse destaque sustenta-se na perspectiva da construção de um sistema de representações e símbolos, enfatizado por Godelier (1984 apud DIEGUES, 2001), que apoia as bases de reprodução da vida material dos grupos sociais rurais/tradicionais, uma vez que o domínio espiritual e subjetivo regula a ação do homem com o meio ambiente e pertence a um conjunto de conhecimentos transmitidos de geração em geração.

Entretanto, as reflexões acerca da influência da cultura na interação dos grupos sociais humanos com a natureza perpassam, também, diferentes abordagens conceituais sobre essa categoria, e no âmbito das ciências sociais, para Charon (apud SALDANHA, 2005), a cultura é uma perspectiva de mundo em que os indivíduos passam a partilhar saberes e práticas quando interagem com outros, ao longo do tempo, concebendo para cada grupo social uma visão de mundo específica; com isso, o autor acrescenta que:

O conjunto das práticas sociais e culturais exprime os valores e os sentimentos vividos por um determinado grupo social. A estrutura social nos posiciona e nos confere papel, identidade, perspectiva, poder, privilégio e prestígio. A cultura nos diz em que acreditar; ela nos dá nossas verdades, valores, objetivos e normas (CHARON apud SALDANHA, 2005, p. 28).

Sobre a presente compreensão, entende-se que a cultura orienta as ações dos indivíduos em sociedade, estabelecendo identidade sociocultural a seus agentes, que compõe a identidade coletiva do grupo, por meio da relação que se dá no campo das ideias e na realidade concreta das práticas dos homens entre si e com a natureza.

Edgar Morin (2002) contribui para o debate, ao defender a perspectiva de reciprocidade entre natureza e sociedade, entendendo os dois como copilotos, que, muito embora sejam heterogêneos, são inseparáveis. Assim, partindo dessa base, as relações e representações que os grupos sociais fazem da natureza circundante, criam e recriam as sociedades de acordo com esses processos e relações de influência mútua.

Nessa mesma direção, Leonel (1998, p. 17), citando Escuret, acrescenta que “[...] vizinhos, e outras influências culturais, fazem parte do ambiente, assim como o ecossistema”, admitindo a relação de influência de diferentes culturas e sociedades em distintos ecossistemas e ambientes, ou seja, refere-se ao processo de perdas e ganhos socioculturais entre múltiplos grupos sociais.

A partir do estudo da cultura e suas determinações, Leff (2000) contribui com a discussão contemporânea sobre manejo integrado de recursos, e explicita que as práticas produtivas e o manejo dos recursos da natureza estão sujeitos, além das técnicas e dos meios de produção das sociedades, aos domínios das condições sociais de sua aplicação e das suas funções culturais.

O autor partilha o ponto de vista da influência dos códigos culturais como fundadores dos saberes e práticas que orientam o manejo dos recursos naturais, e defende que suas distinções dependem de cada grupo social, considerando que incidem nas diferentes formas de utilização dos recursos da natureza.

E, por meio dessa relação recíproca entre cultura e natureza, espaço de emergência de conteúdos culturais, Damatta (1986, p. 35) chama a atenção para as sociedades indígenas, ao afirmar que os animais são seres incluídos na formação e discussão de sua moralidade e seu sistema político; com isso, respeitam todos os tipos de vida, não somente a vida humana, mas, a partir disso, compreende o significado dos elos entre todo o mundo, e é por isso que “suas histórias são povoadas de animais que falam e homens que se transformam em animais”.

Por fim, foi por meio da aproximação a esse aporte teórico que buscamos analisar o modo de vida na Vila de Paricatuba, uma sociedade rural que define, em seu cotidiano, um ordenamento social pautado nos padrões culturais amazônicos.

Eu venho desse reino generoso, onde os homens que nascem dos seus verdes continuam cativos, esquecidos, e contudo profundamente irmãos das coisas poderosas, permanente como as águas, o vento e a esperança [...]. Vem ver comigo o rio e as suas leis. Vem aprender a ciência dos rebojos, vem escutar os cânticos noturnos no mágico silêncio do igapó coberto por estrelas de esmeralda...

Thiago de Mello

Capítulo II

PERCURSO VIVIDO E O ESTADO DO AMAZONAS

O desenvolvimento de uma tese sobre organização comunitária na Amazônia, com base nos processos societários do tempo presente, exige recorrer ao passado, e isso implica recorrer ao encontro com o objeto e o lócus da pesquisa.

O fato de ser amazônida, nascida e criada em Manaus, e possuir familiares nos diferentes cantos do Amazonas, contribui e justifica a escolha por estudar o “quintal de casa”. Trago uma infância marcada por lembranças da vida no interior do Estado, e escutando “história e/ou estória de pescador”, antiga profissão de meu pai.

Na mesma medida que se torna um privilégio realizar uma produção científica sobre populações amazônicas, isso impõe uma série de desafios e responsabilidades, que se apresentaram desde a graduação em Serviço Social, por meio do estágio supervisionado.

A oportunidade de realizar estágio na Fundação Vitória Amazônica (FVA), uma Organização Não Governamental (ONG) no Amazonas, possibilitou-me trabalhar com as populações tradicionais do Parque Nacional do Jaú (PNJ) e iniciar um projeto profissional e acadêmico que se estende até hoje.

Após as experiências das viagens a campo, dos contatos com os grupos sociais; depois de vivenciar o pôr do sol no rio Jaú, compreendi claramente a dádiva de nascer em terras amazônicas e a necessidade de refletir sobre esse universo.

Considerando a trajetória de produções acadêmicas sobre populações ribeirinhas/rurais, não penso que ocorreu um encontro com a minha problemática de pesquisa; acredito mais que ela nasce comigo, no meu lar, no meu território e meu cotidiano. Sou também filha da floresta e surge daí o simples e natural anseio de compreender e realizar ponderações sobre meu povo.

Para tanto, a discussão desta tese tem por finalidade analisar as relações comunitárias dos grupos sociais rurais da Vila de Paricatuba, no Amazonas, para o alcance de saúde e educação, a partir da vivência cotidiana, que expressa os traços socioculturais estabelecidos em sua organização social.

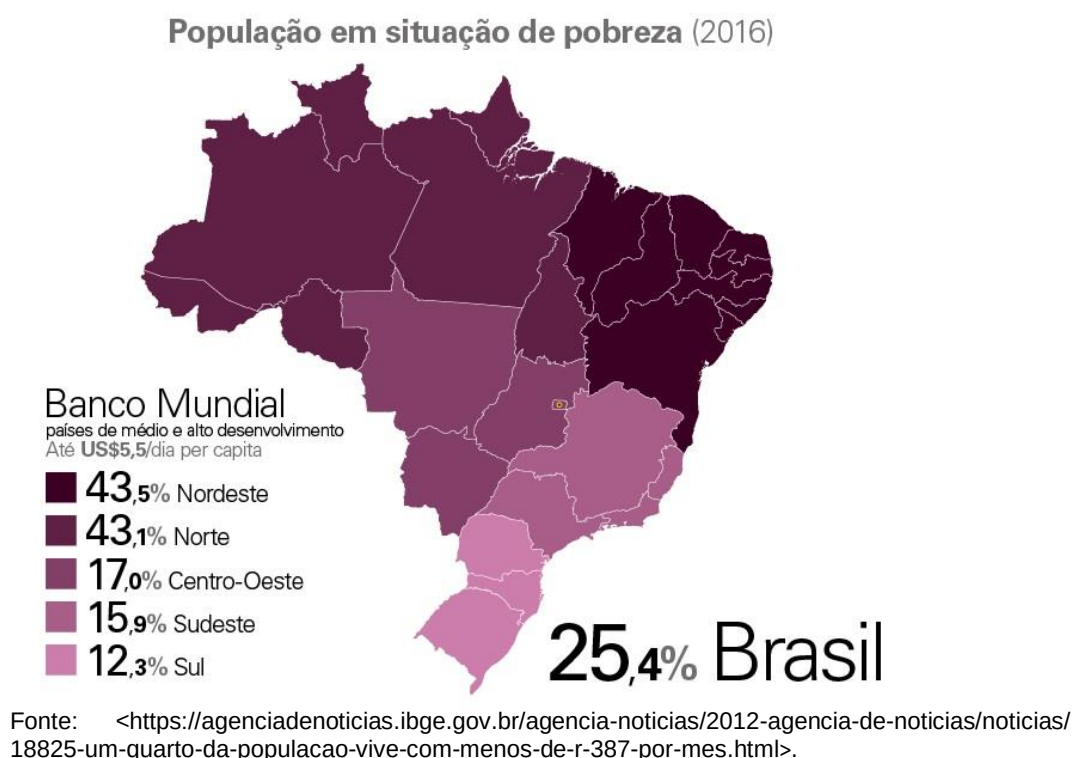
E por que estudar novamente sobre populações rurais? Vivemos tempos difíceis no plano da sociedade global¹⁸ e isso influi diretamente na vida de pequenos coletivos sociais. Na Amazônia, somados os consecutivos eventos históricos de dominação, que resultaram na intensificação e no alargamento da desigualdade social, constituindo a questão social local, enquanto fruto da relação capital e trabalho, na região, alcança de maneira específica as populações rurais.

Em se tratando da realidade regional, o contrassenso manifesta-se, porque temos um lugar rico e cobiçado pelo mundo, em razão do ecossistema, na medida em que testemunhamos uma população que expressa a contramão

¹⁸ Carmelita Yazbek (2005, p. 21), ao abordar sobre os desafios e a extensa agenda de questões que são apresentados ao Serviço Social na contemporaneidade, explica que “vivemos tempos de incertezas, tempos de mudanças e de paradoxos que nos desconcertam, que estão muitas vezes além de nossa capacidade de explicação e entendimento; [...] Tempos em que as referências culturais e simbólicas que tornavam o mundo reconhecível estão sendo colocados em questão; [...] Tempos de redefinição das relações da ordem capitalista, de primazia do mercado e de globalização neoliberal, que instaura a guerra econômica dos países ricos contra os países pobres. [...] esses processos geram profundas resistências e novos antagonismos, como os atuais confrontos entre a hegemonia americana e a guerra islâmica. [...] Num mundo que busca consenso por imposição, enfraquece a democracia, anula as diferenças e alarga regimes e movimentos autoritários. Campo fértil para um cenário de guerras, abandono e dizimação de populações inteiras na África, para fundamentalismos nos países islâmicos, para subordinação e dependência crescente dos Estados da América Latina”.

do progresso, em virtude dos altíssimos índices de pobreza, conforme o mapa da Figura 3.

Figura 3 - Mapa da pobreza no Brasil, 2016



O contexto de desigualdade e vulnerabilidade que afeta a Região Norte, que carrega a desonrosa segunda colocação no mapa da pobreza do País, figura em sua base, também, as populações que vivem nas áreas rurais das grandes cidades.

Nesse palco, encontramos segmentos sociais que, por meio de organizações sociais e políticas particulares, promovem a superação da insuficiência e/ou ausência de acesso às políticas sociais¹⁹.

Por isso, mais do que nunca, é necessário produzir conhecimentos técnico-científicos com bases teórico-metodológicas, para uma reflexão crítica

¹⁹ Destacando que, de acordo com Vieira (2009, p. 142), a política social “consiste em estratégia governamental e normalmente se exhibe em forma de relações jurídicas e políticas, não podendo ser compreendida por si mesma. Não se definindo a si, nem resultando apenas do desabrochar do espírito humano, a política social é uma maneira de expressar as relações sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção”.

sobre os modos de organização das populações regionais, sem perder de vista as dimensões globais em que estão inseridas.

Com um olhar mais atento sobre o modo de organização social e política das comunidades rurais, verificamos que em seu cotidiano cristalizam-se, com certa facilidade, as estratégias e os mecanismos socioculturais que a população aciona para conseguir os direitos sociais essenciais para a vivência do grupo.

Emerge daí a hipótese inicial da tese de que os grupos rurais amazônicos têm uma organização social própria, instituída no cotidiano e regida por referências socioculturais, que permite a superação de ausências e alcance dos bens e serviços sociais, mesmo com o avanço das relações capitalistas que invadem cada vez mais os espaços amazônicos.

Que orienta na busca de responder às seguintes perguntas: Por que da particularidade desse modo de vida? O que tem de tão distinto no cotidiano das populações rurais amazônicas? Quais suas carências no acesso a bens e serviços? Como acontece sua organização social em torno da saúde e educação?

Partimos do entendimento de que, ainda hoje, as redes articuladas de dispositivos socioculturais acionados pelos agentes sociais da região em suas organizações sociais e políticas, representam processos de resistência ao domínio da sociedade de consumo.

Isso somente reafirma a base cultural impressa e reproduzida pelas populações locais em seu cotidiano, mesmo com o cenário contundente de avanço das formas de dominação, antagonismos e acumulação do capitalismo na atualidade.

2.1 Aproximação ao Lócus da Pesquisa: Vila de Paricatuba

Com a bagagem de algumas boas experiências com os sujeitos sociais locais, chegamos ao doutorado na busca de desvendar o cotidiano das populações de Vila de Paricatuba, que se constitui como território do município de Iranduba no Amazonas.

Embora os caminhos de pesquisa na região sejam de alguns anos, todos foram trilhados com um grupo de pesquisa da Universidade Federal do

Amazonas (UFAM), mas o ingresso no doutorado em outra cidade, São Paulo, trouxe um percurso solitário.

Na vastidão de comunidades que povoam a região amazônica, um dos primeiros desafios enfrentados deu-se com a definição do lócus do estudo, que deveria possuir sincronia com os objetivos traçados na investigação.

Nasceu, então, a necessidade de estabelecer critérios para a escolha do núcleo comunitário que seria pesquisado e, assim, definimos como parâmetros:

- a) possuir condições de acessibilidade e proximidade com a cidade de Manaus/AM em razão dos custos financeiros e logísticos exigidos;
- b) ser comunidade rural de abrangência do município do Iranduba, em razão da obra de mobilidade, a ponte Jornalista Phelippe Daou.

É importante destacar que recentemente, em 2011, no estado do Amazonas foi instituída a Região Metropolitana de Manaus (RMM)²⁰, tendo como marco, a construção da ponte sobre o Rio Negro. Este empreendimento possibilitou a interligação entre a capital Manaus a outros municípios ao sul do estado do Amazonas pela Rodovia AM-070. Dentre as cidades interligadas, temos as cidades de Iranduba e Manacapuru, que antes eram acessados somente via fluvial, por meio do uso de embarcações (balsas, canoas, catraias e outros).

E por essa direção, “do outro lado da ponte”, fomos em busca de uma comunidade rural para desenvolver o estudo. Ressalta-se que também fazia alguns anos que não visitávamos os municípios próximos a Manaus, e a ponte facilitou o retorno a esses lugares e, mais ainda, possibilitou a descoberta de outros.

Na primeira visita exploratória, ao longo da Rodovia AM-070, procuramos locais próximos aos balneários mais conhecidos de Iranduba, por isso escolhemos a comunidade de Açutuba e o Lago do Limão. Assim foram iniciados os trabalhos e feito o contato com as lideranças. Inclusive, a

²⁰Mais à frente será discutida.

qualificação do projeto de tese, em junho de 2016, foi realizada tendo como lócus de pesquisa os dois núcleos comunitários citados.

Porém, e ainda bem! Pesquisa é movimento, pesquisar é buscar, movimentar-se, e assim foi. Depois do exame de qualificação, fomos convidadas por colegas docentes de um Centro Universitário de Manaus - a Uninorte, para acompanhar uma atividade socioeducativa a ser desenvolvida por alunos do curso de Serviço Social em uma comunidade rural da região – a Vila de Paricatuba, localizada no município de Iranduba.

Convite aceito, chegando lá, fomos surpreendidos pela riqueza e a curiosidade da história da comunidade, de seus moradores, que com orgulho remontam à trajetória histórica e singular daquela localidade e sua importância para a região. Com as inquietações surgidas e a curiosidade aguçada, redefinimos o lócus da pesquisa, por entender que muito havia (e ainda há) a desvendar sobre a realidade e as condições de vida dessa comunidade.

Vale ressaltar que a comunidade atendeu a todos os pré-requisitos estabelecidos para a escolha do campo de pesquisa, e está na área de influência da RMM, que, com a construção da ponte, teve a sua dinâmica profundamente alterada em razão das transformações vivenciadas a partir de então.

As inquietações geradas também despertaram nos colegas o desejo de elaborar um projeto de extensão denominado Serviço Social em Ação na Comunidade. Além de favorecer as ações de extensão universitária aos alunos/docentes do curso de Serviço Social da Uninorte, esse projeto ainda se constituiria como estratégia de levantamento de informações para fins de pesquisa, a fim de subsidiar a construção do presente estudo, assim como de outros colegas.

Esse projeto visava, em linhas gerais, possibilitar o estudo das realidades socioeconômica, política, cultural e ambiental da comunidade de Paricatuba. Para tanto, inicialmente, selecionamos os alunos e desenvolvemos as ações de preparação para o trabalho de campo. Foram realizadas reuniões e oficinas voltadas à discussão e capacitação da equipe técnica de trabalho sobre a coleta de informações no campo.

Com a proposta de implementação do projeto, o cenário mudou, e já tínhamos (a doutoranda pesquisadora da PUC-SP e, agora, a Uninorte, que trazia a real possibilidade de uma contrapartida à comunidade), motivo que facilitou bastante a entrada, conversa e negociação com a principal liderança local, o presidente da comunidade.

Após o primeiro contato telefônico com o líder, foi agendada uma visita à comunidade para ser apresentada a nossa proposta de trabalho no local. Na data acordada, fomos a Paricatuba para a entrega da proposta dos projetos –de pesquisa da tese e o de extensão, para obtenção de ciência e aceite por parte da comunidade.

Em agosto de 2016, foram iniciadas as atividades de campo, que consistiu de duas fases. O primeiro momento foi destinado ao levantamento socioeconômico, e o segundo reservado para as entrevistas.

Contudo, a pesquisa de campo foi orientada por uma série de procedimentos metodológicos anteriormente planejados, mas que a cada instante iam se modificando e se redesenhando, a partir do ritmo e da realidade estudada.

2.1.1 Caminhos metodológicos da pesquisa

A orientação metodológica do estudo deve ser compreendida inicialmente pela escolha do lócus da pesquisa, portanto, a proposta de tese foi desenvolvida na Vila de Paricatuba, município do Iranduba, estado do Amazonas.

Nasce, nesse território de vivência, o empreendimento do esforço intelectual e do trabalho de campo, no intuito de realizar uma pesquisa de natureza crítico-analítica e de caráter qualitativo, buscando entender a dinâmica das comunidades rurais na região.

Lançar mão desse procedimento de pesquisa, que, para Minayo (1994, p. 12) consiste em “apreender a analisar os acontecimentos, as relações e cada momento como etapa de um processo, como parte de um todo”, auxiliou na compreensão da realidade amazônica em suas dimensões históricas, estruturais e globais e nos possíveis fatores que as determinam.

Pesquisar o cotidiano de uma população, em primeira instância, leva à reflexão sobre a direta relação com os sujeitos da pesquisa (contato, conversas, e outras dinâmicas), e, neste caso, os diferentes atores sociais que formulam e interferem no modo de vida do grupo coletivo em Paricatuba.

Diante disso, já são diferenciadas as trajetórias metodológicas a pensar, por isso a opção pelo enfoque qualitativo, que proporciona a busca do conhecimento a partir do vivido, da fala, do observado, cenários que não podem ser quantificados, de acordo com Minayo (1994, p. 21-22)

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Na abordagem qualitativa, a investigação extrapola as variáveis mensuráveis, atributo marcante na pesquisa quantitativa, e enfatiza as especificidades do fenômeno em termos de sua origem e razão de ser (HAGUETTE, 2005).

Para alcançar os objetivos da pesquisa, no estudo, associamos um conjunto de instrumentos e técnicas, articulados e complementares entre si, que proporcionou a orientação, viabilização e operacionalização da investigação para a apreensão da realidade proposta na tese.

Na primeira fase, realizamos estudos bibliográfico e documental, elaborados em base de dados já publicados²¹, cujo propósito foi realizar a revisão bibliográfica, selecionando literaturas, obras e documentos²² que pudessem contribuir para a compreensão da realidade investigada, em todo o processo de desenvolvimento da tese.

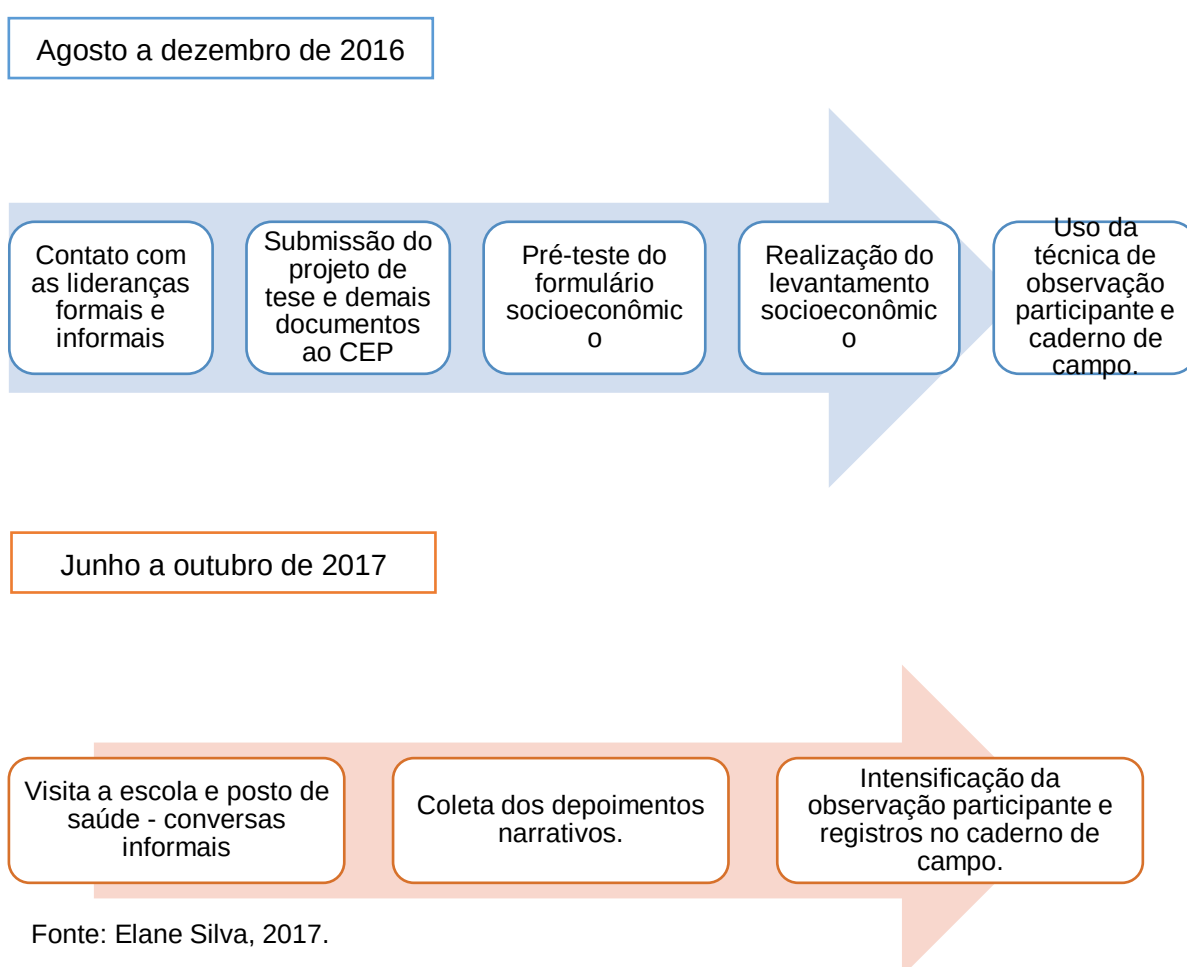
²¹ Ver Triviños (2010); Gil (2010).

²² O levantamento bibliográfico e o documental se deu em bibliotecas públicas, instituições e com o uso de mídias virtuais. A revisão e consulta aconteceu por meio de livros, dissertações, teses, periódicos, artigos científicos e revistas.

Com a fase preliminar da pesquisa, atendemos a todos os requisitos exigidos para cumprir a doutorado na PUC-SP, momento privilegiado de contato com novas literaturas, experiências, e aquisição de conhecimento.

O segundo momento da investigação foi caracterizado pela pesquisa de campo, iniciada em agosto de 2016 e concluída em outubro de 2017. Conduzido na sequência exposta na Figura 4.

Figura 4 - Etapas da pesquisa de campo



Considerando a elevada quantidade de moradores no núcleo de Paricatuba, e mesmo sabendo que todos(as) seriam importantes interlocutores(as) na pesquisa, foi necessário, de modo intencional, fazer o recorte para identificação do público-alvo, e assim partimos dos critérios apresentados na Figura 5.

Figura 5 - Critérios para identificação do público-alvo

a) *Representantes dos Grupos Familiares* – os provedores dos grupos familiares. Os agentes sociais foram selecionados conforme as seguintes definições:

- i) ser homem e/ou mulher que tenha acima de 15 anos; faixa etária que compõe uma característica em comunidades rurais para formação de grupos familiares;
- ii) ser responsável em prover ou ajudar no sustento do grupo familiar;
- iii) conhecer e participar da dinâmica organizativa da comunidade;

b) *Lideranças Formais e Informais da Comunidade* – pelo papel de destaque que possuem na comunidade e/ou o reconhecimento do papel desse agente pelos comunitários, como ser representante da comunidade, das igrejas, agente de saúde e outros;

c) *Comerciantes da Comunidade* – porque auxiliam no processo de organização comunitária, por meio de sua atividade econômica, e mantêm contato com diferentes moradores, tendo informações privilegiadas sobre o cotidiano do local;

d) *Moradores da Comunidade* – porque são os sujeitos responsáveis pela reprodução social e pelas vivências no vilarejo.

Fonte: Elane Silva, 2017.

Em razão da surpreendente dinâmica de campo, cabe aqui relatar as dificuldades que resultaram no insucesso do levantamento socioeconômico. Conforme já mencionado, o pré-teste e a aplicação dos formulários, foram realizados pelos acadêmicos de Serviço Social da Uninorte, sob nossa orientação. O objetivo desse procedimento de pesquisa era realizar o mapeamento e o diagnóstico das condições de vida e moradia dos interlocutores, do núcleo comunitário investigado.

Para isso, planejamos duas visitas a campo para coleta de dados do levantamento socioeconômico, em razão das dimensões da comunidade e dos altos custos e dificuldades logísticas (que demanda aluguel de ônibus para equipe, despesas com lanche, água, etc.) para levar uma equipe maior a campo (professores e alunos), a fim de otimizar a realização desta atividade.

Contudo, desenvolver pesquisa na Amazônia exige também, se submeter aos desígnios da natureza e respeitá-los! Na primeira visita tivemos que retornar, já transcorrido mais da metade do percurso, em virtude das intensas chuvas que acometiam a região, que chegaram antes do tempo previsto²³. Na segunda visita, mesmo com o grupo grande de pesquisadores não

²³Na Amazônia, o verão ocorre no período de junho a dezembro, e o chamado “inverno”, período de constância das chuvas, acontece de janeiro a maio.

foi possível aplicar os formulários em quantidade suficiente e confiável estatisticamente, pois muitas casas estavam fechadas e/ou os representantes do grupo familiar estavam ausentes (tinham ido à cidade para compra dos mantimentos, entre outros motivos).

Desse modo, ao longo do processo investigativo, tivemos que realizar inúmeras visitas a campo, todas com a finalidade de coletar e fazer a complementação dos dados, para entender o cotidiano dos comunitários da Vila de Paricatuba.

Nessa etapa, foram utilizadas diferentes técnicas e instrumentos:

i) Os **depoimentos narrativos** dos sujeitos significativos que ocorreram por meio de entrevista e encontros marcados antecipadamente. Os interlocutores da pesquisa foram previamente selecionados. Para a coleta dos depoimentos, foi desenvolvido um roteiro elaborado de acordo com a problemática e a representatividade do interlocutor (HAGUETTE, 2005).

Na dinâmica da pesquisa de campo e aplicação das técnicas e instrumentos, os delineamentos foram, muitas vezes, ocorrendo diferentes do planejamento prévio, e tomaram novas trajetórias, imprevistas, surpreendentes e bem mais assertivas, mesmo com os percalços enfrentados.

Todas as ocorrências apenas reafirmaram o que versa Guimarães Rosa (1994, p. 85): “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

Outra curiosidade expressa no campo de pesquisa ocorreu na coleta dos depoimentos, tanto na escola, quanto no posto de saúde em Paricatuba. No planejamento, a pretensão inicial era realizar conversas individuais com nossos interlocutores, de maneira intimista e próxima, para que ficassem mais à vontade; entretanto, na maioria das entrevistas, os colegas reuniam-se em torno do pesquisado e participavam do diálogo voluntariamente, recordando informações, expondo opiniões e trazendo contribuições valiosas para a pesquisa.

E assim foi acontecendo. Em determinadas interlocuções, conseguimos agregar de três a quatro pessoas, de modo espontâneo, que deram novos horizontes à pesquisa, e ainda colaboraram para criar e fortalecer vínculos com

os informantes, mesmo não sendo a intenção inicial do estudo que as entrevistas fossem coletivas.

ii) **Observação cursiva:** acompanhamento presencial e direto no cotidiano dos sujeitos pesquisados, no sentido de apreender sua dinâmica de vida²⁴, nos diferentes espaços e momentos da comunidade.

iii) **Conversas formais e informais:** com as lideranças, os representantes familiares e outros agentes da comunidade e fora dela. A técnica foi utilizada nas primeiras abordagens e para complementar as demais informações coletadas.

iv) **Visitas domiciliares e institucionais:** permitiram a aproximação e o acolhimento com os pesquisados, momento privilegiado de contato e formação de vínculos, sobretudo com os moradores locais.

v) **Fotos:** foram empregados recursos audiovisuais e fotográficos, para captar com precisão o cotidiano e os cenários dos agentes sociais que promovem a organização social da comunidade estudada. Cabe destacar que todos os recursos utilizados foram previamente autorizados pelos participantes da pesquisa, seguindo os critérios e as normas do Comitê de Ética em pesquisa²⁵.

No tocante ao universo da pesquisa, e considerando que não foi uma investigação de amplo espectro, sobretudo em razão do insucesso no levantamento socioeconômico, materializamos o estudo, principalmente, a partir dos depoimentos narrativos consolidados no ano de 2017, em que tivemos o alcance de 18 entrevistas e 29 interlocutores, conforme Quadro 1.

²⁴ É um “instrumento que permite um tipo de ‘*observação in*’ que dizer, requer a presença do pesquisador em todos os tipos de atividades [...]” (RODRIGUES, 1999, p. 24).

²⁵ Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos, processo n. 60643016.7.0000.5482.

Quadro 1 - Universo pesquisado em Vila de Paricatuba

Interlocutores da Pesquisa	Participantes	Coparticipantes
Lideranças informais	7	5
Comerciantes	3	-
Moradores	8	6
TOTAL	18	11

Fonte: Elane Silva, 2017.

Os selecionados e convidados para contribuir com a pesquisa foram sujeitos com papéis sociais importantes na comunidade, que prestaram depoimentos sinceros, expressando suas satisfações, seus contentamentos, seus desabafos, suas necessidades de uma vivência simples numa comunidade rural. Vidas e narrativas que marcam e mudam o pesquisado e o pesquisador na mesma proporção.

É importante destacar a contribuição das conversas informais e da observação participante no cotidiano dos moradores de Paricatuba, pois tais procedimentos proporcionaram formular as (des)conexões, os (des)arranjos, e as ratificações entre as diferentes falas e análises a realidade do local.

Enquanto encaminhamentos éticos e de responsabilidade do pesquisador, na busca de resguardar a identidade dos sujeitos da pesquisa, sobretudo em respeito à preocupação manifestadas pelos mesmos, ao relatar/delatar determinadas situações vivenciadas (escassez de recursos, precarização do trabalho, conflitos políticos, etc.), por receio de represálias.

Como bem disse uma entrevistada, “*nós (comunitários que trabalham na saúde ou educação) não podemos gritar, mas eles (os comunitários) podem*”, ao referir-se ao momento de desânimo vivenciado na vila, porém, a declaração deixa claro também o temor em externalizar seu descontentamento/crítica e as possíveis retaliações-demissões.

Por isso, ao registrar os depoimentos dos interlocutores, optamos apenas por referendar as características genéricas, do sujeito pesquisado, como: trabalhador da saúde, trabalhador da educação ou educador, morador do local, entrevistado, e outros.

A última etapa da pesquisa foi destinada à sistematização e organização dos dados, fase que teve por finalidade ordenar as informações coletadas em campo e a análise de conteúdos para conclusão da tese.

Na perspectiva da análise de conteúdo, Franco (2012, p.36) chama atenção para a investigação social, cenário em que emerge o cotidiano, e assim explica

[...] que a vida cotidiana não se resume no aqui e agora. Ao contrário, é sobretudo, fruto de um longo, conflitivo e complexo processo histórico e social. Portanto, para se compreender as situações que ocorrem cotidianamente, é indispensável considerar que essas situações ocorrem em determinado ambiente (situações, espaços temporais específicos) e no bojo de certos campos de interação pessoal e institucional que, por sua vez, são mediados por modalidades técnicas de construção e transmissão de mensagens, cada vez mais complexas, nos dias atuais.

Para esse estágio da investigação, procedimentos e análise de dados, tomamos como referência a orientação de Rodrigues (1999, p. 31), quanto à sequência no tratamento das informações:

- Estudos sobre as comunidades amazônicas e suas características fundamentais.
- Organização e leitura dos documentos e diferentes registros da comunidade estudada.
- Transcrição dos registros que foram gravados na pesquisa de campo.
- Realização das leituras dos registros transcritos e do caderno de campo para promover aproximação com as categorias empíricas.
- Concretização dos registros de campo e articulação com as categorias de análise para produzir o texto final dos resultados da pesquisa da tese.

Contudo, considerando os diferentes instrumentos utilizados, a análise foi realizada a partir da articulação entre os conteúdos obtidos por meio desses instrumentos no movimento de organização, nucleação e categorização.

2.2 Campo de Pesquisa

A Vila de Paricatuba é uma comunidade rural situada no município de Iranduba no estado do Amazonas. É concebida neste estudo, como um micromundo significativo que auxilia na compreensão e descoberta dos diferentes e diversos modos de vida das populações amazônicas.

A abordagem parte do entendimento de que as dimensões globais e externas influenciam, de diferentes maneiras e intensidades, os processos internos da comunidade, tornando necessário realizar essas interconexões para compreender a dinâmica da organização social de Paricatuba para acesso a direitos fundamentais e a identificação dos atributos socioculturais comuns ao modo de vida rural da região.

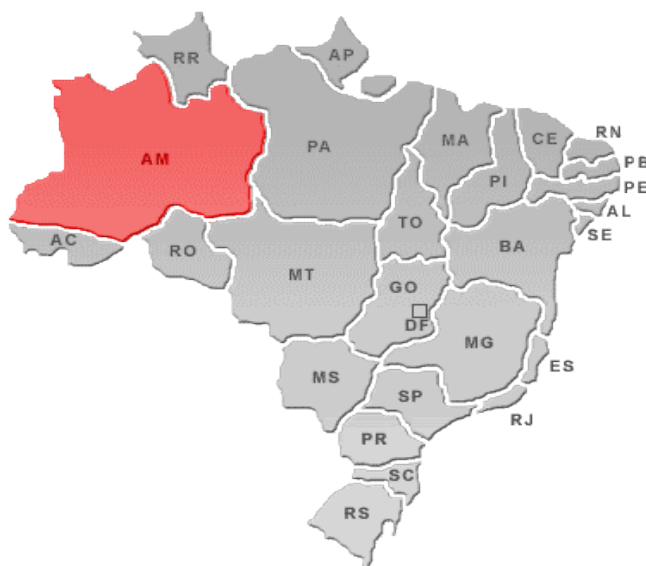
Por isso, é importante pontuar, mesmo que de modo breve, algumas características desses territórios amazônicos para o desvelamento da realidade da Vila de Paricatuba. Serão abordados, também, informações sobre alguns empreendimentos que estão transformando significativamente os recantos da região e o cotidiano das populações que habitam seus espaços.

2.2.1 Estado do Amazonas: algumas características fundamentais

O estado do Amazonas pertence à Região Norte do País, e é o maior território das 27 unidades federativas do Brasil (Fig. 6). Conforme informações da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a extensão territorial é de 1.559.148,890 quilômetros quadrados.

O estado tem como capital a cidade de Manaus e abriga em seu território 62 municípios confederados, dentre estes, Iranduba, município escolhido como lócus de pesquisa, e onde encontramos diferentes comunidades rurais ao longo da Rodovia Manoel Urbano, a AM 0-70, inclusive a Vila de Paricatuba, comunidade centro da investigação.

Figura 6 - Mapa do Brasil e a localização do Estado do Amazonas



Fonte: Disponível em: <<http://www.ife.com.br/site/representantes/index.asp?uf=AM>>.
Acesso em: 15 jul. 2015.

A densidade demográfica do estado, estimada no ano de 2014, é de 3.873.743 habitantes e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,674, em 2010, segundo dados do IBGE.

A capital, Manaus, detém cerca de 2.020.301 habitantes do Amazonas; de acordo com o IBGE/2014, 79,1% da população local reside nas áreas urbanas e os outros 20,9% encontram-se nas áreas rurais do estado.

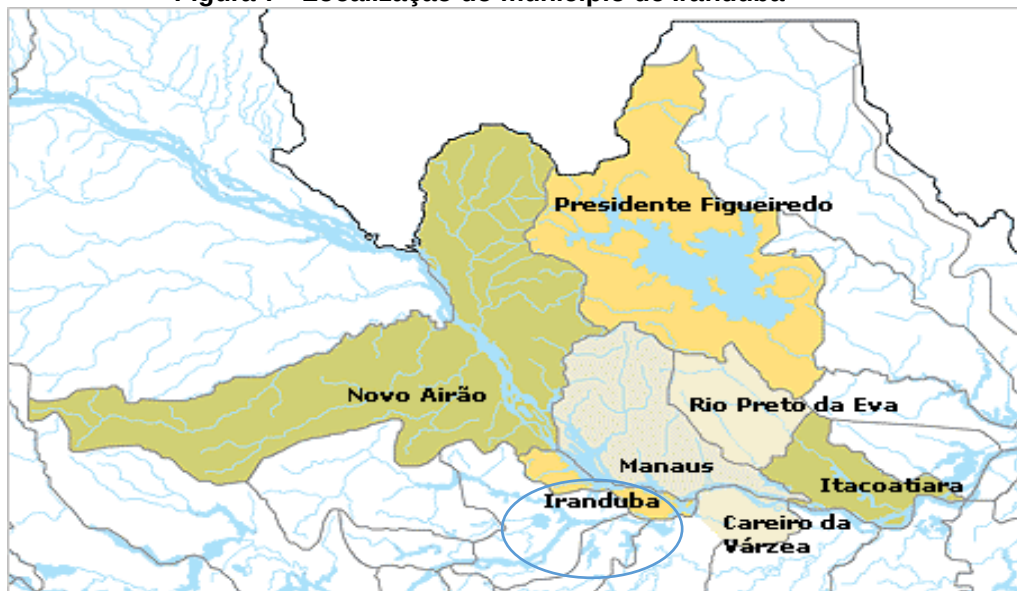
Nas áreas rurais, parte das populações vivem às margens dos rios e seus tributários, e no interior da floresta amazônica; em decorrência de seu modo de vida, contribuem sobremaneira para a conservação e preservação do ambiente regional.

2.2.2 Cidade de Iranduba e sua visibilidade no cenário amazônico

O município de Iranduba está localizado entre as coordenadas 30 12' 14" S e 610 0' 38" W, no interflúvio entre dois grandes rios amazônicos, o Negro e Solimões, os maiores do planeta.

A sede de Iranduba está situada na margem esquerda do rio Solimões, distante 25 quilômetros, em linha reta, e 32 quilômetros, por via fluvial, da cidade de Manaus. A extensão territorial abrange 2.214.251 quilômetros quadrados, de acordo com o IBGE (Fig. 7).

Figura 7 - Localização do município de Iranduba



Fonte: Disponível em: <www.blogdosarafa.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Segundo o portal da prefeitura de Iranduba, a cidade surgiu no período da implantação da Zona Franca de Manaus, como um dos núcleos populacionais que emergiram na periferia. A passagem para município autônomo data de 1981²⁶.

Dados do IBGE (2010) indicam que a estimativa populacional do município de Iranduba, em 2014, correspondia a 45.250 habitantes, residindo quase 70% desse percentual na área urbana. O IDHM do município é de 0,613, o que o coloca na 13ª colocação entre os 57 municípios no *ranking* estadual (2010).

Ao longo da extensão da Rodovia Manoel Urbano (AM-070), que interliga Manaus a Iranduba, estão dispersas várias comunidades rurais, que se encontram sob a jurisdição de Iranduba, inclusive a Vila de Paricatuba, lócus da pesquisa.

²⁶ Essas informações também são confirmadas no registro da história dos municípios ofertados pelo IBGE. Sobre a origem de Iranduba/AM, afirma que, no final do século XIX, Manaus vivenciava um período de prosperidade econômica, em razão das riquezas advindas da exploração da borracha nativa (látex). No século seguinte, com o declínio do produto, Manaus vivencia um momento de profunda estagnação; tal realidade só se modifica com a implantação da Zona Franca e do Distrito Industrial (déc. 1960), que promoveu temporariamente um novo impulso à economia local. Nesse contexto de crescimento econômico, em suas áreas periféricas, teriam tido origem diversos núcleos populacionais, dentre esses, Iranduba (Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/iranduba/historico>>).

Desde novembro de 2015, Iranduba integra o mapa da corrupção no Brasil, em decorrência da prisão do prefeito Xinaik Medeiros, acusado de comandar esquema de corrupção em licitações, fato que gerou prejuízo de R\$ 56 milhões²⁷ ao município.

Consideramos oportuno ressaltar que o problema da corrupção não se restringe apenas aos aspectos éticos e legais envolvidos nessa prática criminosa, mas promove impactos extremamente negativos em diferentes esferas da realidade social, econômica e política das populações atingidas, principalmente no que diz respeito à realidade dos segmentos sociais mais empobrecidas, a exemplo das comunidades rurais, comprometendo sobremaneira as condições necessárias ao desenvolvimento humano (SODRÉ, 2014).

Roubos e desvios como os relatados, aprofundam ainda mais as condições de pobreza, miséria e desigualdade social vivenciada. Os desvios dos recursos públicos comprometem efetivamente a manutenção e qualidade dos serviços públicos que deveriam ser ofertados em áreas consideradas prioritárias, como saúde, educação e outros.

Rodrigues M. S. (2014), no documento técnico da Fundação Vitória Amazônica (FVA), explica que a cidade de Iranduba passou por um período de franco processo de transformação, cuja face mais visível pôde ser percebida com a materialização de grandes obras de infraestrutura, a citar: o Gasoduto Coari-Manaus, a ponte sobre o Rio Negro e a construção da Cidade Universitária da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Na sequência são apresentadas informações a respeito desses três empreendimentos, fomentados por iniciativas públicas e privadas, e que estão alterando as estruturas econômica, social, política e ambiental da cidade, e modificando o modo de vida das populações (urbana/rural) do município de Iranduba.

²⁷Disponível em: < <http://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/acusado-de-corrupcao-prefeito-de-iranduba-se-entrega-ao-mpe-e-populacao-comemora-sua-prisao>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

▪ **Gasoduto Coari-Manaus**

As riquezas naturais amazônicas que foram atrativos desde a conquista da região, continuam sendo exploradas ao longo dos séculos. Exemplo, na atualidade, é a exploração das reservas de gás natural no estado do Amazonas, o que mudou expressivamente a dinâmica de vida das populações afetadas por esse empreendimento da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

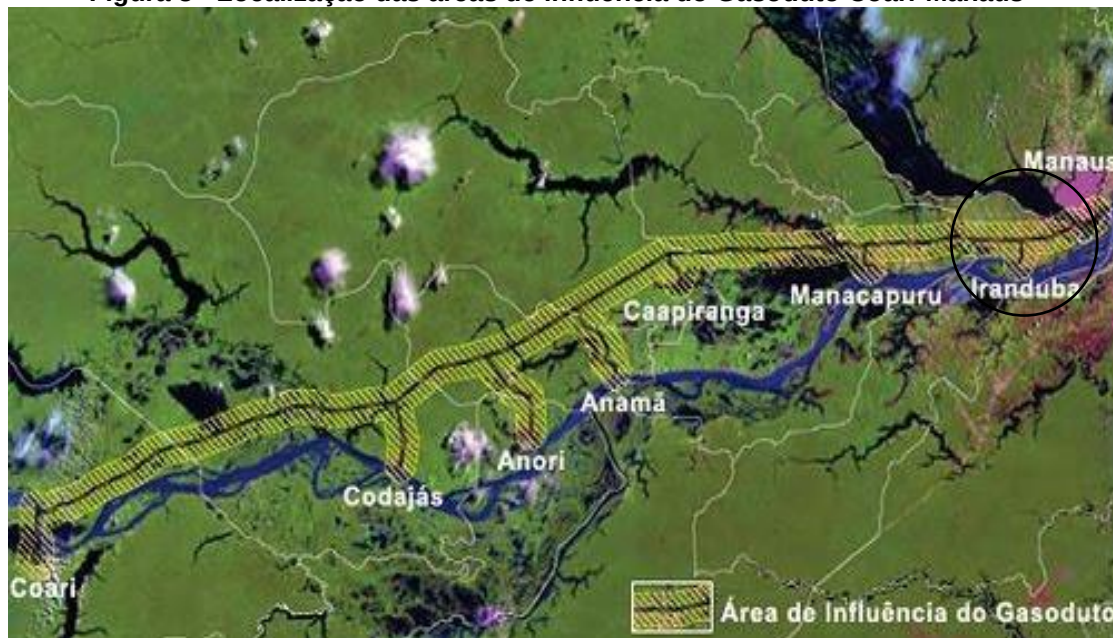
No documento técnico da FVA, Rodrigues (2014) expõe que a construção do Gasoduto Coari-Manaus resultou de uma política pública de nível nacional que se pautou na descoberta de reservas de petróleo e gás natural no rio Urucu, no Amazonas, pela Petrobras, no ano de 1985.

A construção se deu sob a justificativa de aumentar o potencial energético da região, por meio da oferta do gás natural, recurso abundante na região. As obras tiveram início em 2003 e foram inauguradas em 2009, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva.

O Gasoduto otimizaria o escoamento da produção do Polo Arara em Urucu no município de Coari/AM até a cidade de Manaus, com capacidade de transporte de 5,5 milhões de metros cúbicos/dia²⁸. A área de influência desta obra impactou diversas cidades e comunidades no interior do Amazonas, dentre estas, o município de Iranduba (Fig. 8).

²⁸ Mais informações vide em: <<<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/gasodutos/urucu-coari-manaus.htm>>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

Figura 8 - Localização das áreas de influência do Gasoduto Coari-Manaus



Fonte: Disponível em: <<http://www.redenoticia.com.br/noticia/2009/lula-inaugura-gasoduto-coari-manaus/18271>>. Acesso em: 3 out. 2015.

No Amazonas, o poder público difundiu o entendimento de que o Gasoduto Coari-Manaus contribuiria para o desenvolvimento dos municípios localizados na área de influência do empreendimento (Fig. 9).

No que diz respeito aos possíveis benefícios destinados à cidade de Iranduba, Rodrigues M.S. (2014) ressalta que, como parte das ações compensatórias dos danos socioambientais gerados, foram investidas intervenções pontuais na cidade, principalmente na área rural, com a edificação de algumas escolas na região.

Rodrigues M. S. (2014), citando Sousa (2013), adverte que nos projetos iniciais do Gasoduto estava prevista também a mudança da fonte de energia em Iranduba, por meio da construção de um ramal secundário da obra, mas a modificação da matriz energética não foi concretizada até os dias de hoje.

Figura 9 - Construção do Gasoduto Coari-Manaus



Fonte: Disponível em: <http://www.ipaam.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/RIMA_Jurua-Urucu.pdf>. Acesso em: 3 out. 2015.

Moradores da Vila de Paricatuba relatam que a comunidade estava inicialmente na rota de influência do Gasoduto da Petrobras, no entanto, durante os estudos exploratórios realizados no local, foi encontrado um sítio arqueológico considerado relevante, e que se tornou um dos motivos inviabilizador do processo de perfuração da terra para instalação do empreendimento.

Nesse período, conforme os moradores, a empresa ainda fez algumas benfeitorias no local, que podem ser confirmadas no estudo de Silva, G.T. (2008, p. 58):

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Gasoduto Coari-Manaus desenvolveu projetos de melhorias da infraestrutura em Paricatuba, entre eles: a reforma da escola, a recuperação da iluminação pública, a perfuração do poço artesiano e a construção do reservatório de 80 mil litros, a pavimentação do caminho que liga o porto às ruínas, a construção da casa de farinha, a construção do banheiro público com reator ecológico, inaugurado em 2006, para atender os visitantes e turistas. Esta construção localiza-se próxima à escada do porto e permanece a maior parte do tempo fechada e sem manutenção, só é aberta eventualmente quando os técnicos aparecem, não tem utilidade para os moradores tampouco para os visitantes. Além disso, muitos moradores receberam capacitação através de cursos promovidos pelo programa ou por outras entidades.

Foi relatado que a estrada de acesso à praia de Paricatuba e o banheiro comunitário não existem mais, por falta de manutenção e cuidados, assim como um chapéu de palha, que também foi construído, mas queimado num mês de junho, quando as crianças brincavam soltando fogos de artifícios, segundo uma entrevistada, moradora há cerca de 20 anos no local.

A influência da Petrobras em Iranduba ainda é constante, tendo em vista que a empresa é responsável pela implementação, manutenção e gestão do empreendimento no local, assim, frequentemente, as comunidades que estão na rota das instalações do Gasoduto, são visitadas pelos profissionais responsáveis pela obra.

De acordo com o Acrítica, jornal de maior circulação na cidade de Manaus, é incerto o futuro do empreendimento na região, visto que, em setembro de 2017, foi anunciada, pela Petrobras, a venda de 90% da participação acionária da Transportadora Associada de Gás (TAG). A TAG detém, na atualidade, a autorização de longo prazo para operar e administrar o sistema de gasodutos nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil²⁹.

▪ **Cidade Universitária da UEA**

Outra obra de forte impacto, a ser implantada na região de Iranduba, é a construção da Cidade Universitária da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) com a finalidade, segundo o escopo do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), de instituir um novo conceito de integração de cidade.

Ao contrário da maioria dessas instituições, a Cidade Universitária do Estado do Amazonas está sendo projetada a partir de uma ideia que engloba o conceito de uma verdadeira Cidade como um grande espaço de estudo, pesquisa, cultura, esporte e lazer, relações internacionais, comércio e serviço, empreendedorismo e de relação social intensa com a comunidade. O Governo do Estado estabeleceu que pela sua dimensão e importância, o *Campus* da UEA constituirá a referência para a 1ª etapa de implantação da Cidade Universitária do Estado do Amazonas (RODRIGUES M. S., 2014, p. 3).

²⁹SÃO PAULO (AE). Petrobras anuncia venda do gasoduto Coari-Manaus. **Jornal ACRÍTICA**, Manaus, p. A10, 7 set. 2017.

O EIA/Rima da Cidade Universitária da UEA revela a grandiosidade da obra, visto que a construção prevê a edificação, além do *campus* principal, de centro tecnológico, hospital universitário, *shopping center*, condomínios (residencial e empresarial), hotéis, parques, zoológicos dentre outros empreendimentos.

O EIA/Rima (2012) faz projeções de que a construção deve valorizar e consolidar a Cidade Universitária como equipamento educacional, econômico e turístico de padrão internacional, posto que a obra possui concepção inovadora, arrojada e precursora, antes nunca vista no Amazonas.

A magnitude do projeto pode ser observada nas imagens da maquete (Fig. 10) e perspectiva (Fig. 11) da obra.

Figura 10 - Maquete de divulgação da Cidade Universitária



Fonte: Disponível em: <<http://www.portalamazonia.com.br/editoria/cidades/primeira-etapa-da-cidade-universitaria-beneficiara-4-mil-alunos-no-amazonas/>>. Acesso em: 2 out. 2015.

Figura 11 - Imagem de divulgação da Cidade Universitária



Fonte: Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1528971>>. Acesso em: 2 out. 2015.

A primeira fase, que previa a construção do *campus* da Cidade Universitária da UEA, iniciada em 2014, no período da escolha do lócus da pesquisa, encontra-se paralisada, sem previsão de retomada dos serviços. Pouco mais de 20% da construção foi executada e o contrato com a construtora foi cancelado. O governo do Amazonas alega falta de recursos em razão da crise econômica que assola o País, portanto, a obra permanece inconclusa até o presente momento.

A principal prerrogativa desse empreendimento, que seria incrementar e dinamizar o desenvolvimento dos municípios localizados “do outro lado” da ponte sobre o rio Negro, incluindo a cidade de Iranduba, não se efetivou, constituindo-se, até o presente, apenas como mais uma fonte de recursos financeiros públicos desperdiçados e sem função concreta para a sociedade amazonense.

E como última obra, a ponte estaiada, construída sobre o rio Negro, que liga a cidade de Manaus a Iranduba, trouxe nova dinâmica ao município, promovendo novos anseios e perspectivas para as populações rurais que vivem no local.

- **Ponte estaiada sobre o rio Negro**

Na data em que se comemora o aniversário da cidade de Manaus, em 24 de outubro de 2011, foi inaugurada a ponte estaiada sobre o rio Negro, que liga a capital a Iranduba, no estado do Amazonas (Fig. 12).

A ponte possui 3,6 quilômetros de extensão; tem dois trechos convencionais, nas margens do rio, e dois estaiados, no centro, o que possibilita realizar o percurso de uma cidade até a outra em apenas 5 minutos.

Anteriormente à inauguração da ponte, a travessia do rio Negro era realizada via fluvial, por meio de balsas, com a média estimada em 40 minutos, bem como por barcos pequenos, e lanchas, o que reduzia o tempo de viagem em aproximadamente 10 minutos.

Em 21 de fevereiro de 2017, a ponte sobre o rio Negro passou a ser denominada Jornalista Phelippe Daou, por meio do Decreto Estadual 37.646, assinado pelo governador José Melo, em homenagem e reconhecimento aos trabalhos de um empresário e jornalista do Amazonas³⁰.

Figura 12 - A ponte estaiada sobre o rio Negro



Créditos: Clésio Lima

³⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/02/ponte-rio-negro-ganha-nome-do-jornalista-phelippe-daou-em-manaus.html>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

Em 2011, ano de inauguração da ponte, foi amplamente divulgado e discutido, pelas mídias local e nacional, o custo financeiro da obra, cujo valor total ficou em torno de R\$ 1 bilhão, colocando o empreendimento no *ranking* das pontes mais caras do mundo, gerando questionamento de alguns segmentos da população sobre a real importância e a prioridade desse investimento para o estado, em face do alto valor empregado para sua edificação.

As críticas aprofundaram-se quando, no início do ano de 2017, a ponte sobre o rio Negro e a Arena da Amazônia, estádio de futebol construído para a Copa do Mundo de 2014, para abrigar alguns jogos do evento no Amazonas, se tornaram alvo de investigação da operação conhecida como Lava Jato³¹, em razão das suspeitas de superfaturamento e lavagem de dinheiro, como denuncia uma reportagem do principal jornal de Manaus³².

Sobre os impactos gerados pela obra para o município de Iranduba, bem como para o Amazonas, Rodrigues M. S. (2014, p. 8), citando Pinheiro e Witkoski (2013), ressalta:

A construção da Ponte do Rio Negro foi um acontecimento histórico importante, que chamou a atenção pela arquitetura, pelos custos financeiros e pelos impactos sociais e ambientais decorrentes. Significou mudanças nos modos de vida de muitos moradores dos arredores e deslocamento dos trabalhadores envolvidos no sistema de balsas que operava anteriormente nos portos, e de outros que tinham atividades formais e informais nas localidades diretamente envolvidas.

A ponte, como símbolo da integração preconizada no modelo de desenvolvimento defendido pelo poder público estadual, tem imposto uma nova dinâmica às populações abrangidas, em especial, aos grupos sociais de

³¹Operação Lava Jato é como ficou conhecido um conjunto de investigações, ainda em andamento, empreendido pela Polícia Federal do Brasil sobre corrupção. Teve início no Paraná, em 17 de março de 2014, unificando quatro ações que apuravam redes operadas por doleiros que praticavam crimes financeiros com recursos públicos. O nome Lava Jato faz referência a uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de veículos, em Brasília, usada para movimentação de dinheiro ilícito de uma das organizações investigadas inicialmente (Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>>).

³²PEREIRA, C. Ponte e Arena estão na mira da Lava Jato. **Jornal ACRÍTICA**, Manaus, p. A3, 15 abr. 2017.

Iranduba, no que se refere ao adensamento de problemáticas sociais, econômicas, ambientais e outras (Fig. 13).

A ponte trouxe nova dinâmica à população de Iranduba no que se refere ao índice populacional, ao êxodo rural, à infraestrutura da cidade, ao turismo, fácil acesso a diferentes praias, entre outros benefícios.

Figura 13 - A ponte estaiada sobre o rio Negro que liga Manaus a Iranduba



Fonte: <<http://www.mundodaimpermeabilizacao.blogspot.com>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Rodrigues M. S. (2014) chama a atenção para as tensões que esse movimento pode gerar, visto que empreendimentos dessa envergadura, como é o caso da ponte, são geradores de novas dinâmicas econômica, social e turística para os municípios interligados a Manaus.

Para além dos aspectos de facilidade na mobilidade e acessibilidade, em contraponto, as grandes obras produzem e intensificam as problemáticas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, auxiliando no crescimento da precarização dos sistemas de saúde, ensino, saneamento básico, assistência social, etc.

O que se mostra, a princípio, é que a construção da ponte sobre o rio Negro trouxe visibilidade ao município de Iranduba, e, com isso, expressivas mudanças estruturais e de planejamento para a cidade, tornando-se também um vetor de exploração do potencial turístico local; essa perspectiva afeta imensamente as populações da zona rural da cidade.

No modelo de modernização contemporânea, a Vila de Paricatuba, em Iranduba, comunidade pesquisada, pode ser considerada uma mostra viva da intervenção dos processos capitalistas no modo de vida dos núcleos rurais na Amazônia.

Em especial, esse empreendimento reconfigurou e vem redesenhando a vivência de muitos espaços amazônicos, alterando sensivelmente o cotidiano, o uso dos espaços, as relações sociais (internas/externas) dos grupos locais, indicando a necessidade de repensar e redefinir estratégias de intervenção do estado sobre as comunidades, como é o caso da Vila de Paricatuba.

Nesse processo, compreender as formas e dinâmicas de organização dos pequenos núcleos sociais na Amazônia torna-se fundamental para desvelar seus modos de vida, as estratégias de resistência e adaptabilidade desenvolvidas (individuais e coletivas), em face da nova dinâmica vivenciada.

Em Paricatuba, é possível observar um modo de organização social, cultural e política bastante próprio, que, em parte, reedita novas e velhas estratégias de sobrevivência e denota toda a luta e os esforços desses sujeitos para o alcance dos meios e recursos necessários ao atendimento de suas demandas e carências.

Quem viaja pela Pátria da Água descobre que os caboclos ribeirinhos vivem permanente estado de solidariedade, Têm a vocação da convivência fraterna, Embora não saiba soletrar a palavra Utopia.

Thiago de Mello

Capítulo III

PARICATUBA: NOVA FACE DE UMA VELHA HISTÓRIA DE IMPONÊNCIA E SEGREGAÇÃO SOCIAL

Não se pode pensar a localidade de Paricatuba em sua fase atual, sem realizar o resgate da história do casarão, ponto preponderante do desenvolvimento desse núcleo comunitário. Se, antes, a comunidade cresce em torno do casarão, hoje (sobre)vive a partir de suas narrativas.

A compreensão da dinâmica organizativa do vilarejo perpassa pelas memórias do passado de isolamento social, a força do contexto de surgimento do lugar, vem a tona com muita clareza, nos depoimentos dos moradores, a todo instante.

O cotidiano da população de Paricatuba evoca o rustico modo de viver das comunidades rurais amazônicas, e na busca de apreender o acesso a saúde e educação que movimenta da organização social da vila, é fundamental apresentar as características essenciais desse povoado, no estado do Amazonas.

3.1 O Casarão e o Uso Segregador do Local

A Vila de Paricatuba, como é conhecida por muitos, possui em sua origem uma história marcada pela segregação do final do século XIX e início do XX. Seu território era constituído de faixas de terras circundadas pelas águas do Rio Negro, cujo acesso somente era possível via fluvial.

Por sua localização e característica, Paricatuba torna-se um lugar estratégico e funcional para atender aos fins da política de segregação e isolamento implantada na região, neste momento, devido à relativa proximidade com a capital, Manaus, e, ainda assim, se constituir como um lugar isolado e inabitado (Fig. 14).

Figura 14 - Ruínas do casarão em Paricatuba



Créditos: Clésio Lima

A localidade entrou nos planos dos governantes do Amazonas, em face da política de modernização, embelezamento e higienização de Manaus, a capital. No livro *A Ilusão do Fausto*, Edinea Dias (2007) conta que a cidade, a partir de 1890, passa pelo primeiro momento de urbanização, em decorrência da prosperidade e riqueza gerada pela economia extrativista e exportadora, sobretudo a borracha nativa (látex).

Como consequência dessa riqueza,

[...] Para os administradores locais, sendo Manaus o coração do Amazonas, tudo deverá ser feito para saneá-la, embelezá-la, modernizá-la, ou seja, transformá-la em Paris do Trópicos. A cidade teve então, sua fisionomia tão alterada a partir dos projetos das primeiras grandes reformas urbanas empreendidas 'que um morador da cidade do ano de 1870 terá muita dificuldade em reconhecê-la na primeira década do século XX (DIAS, 2007, p. 42).

As expressões mais fortes desse momento histórico, para Dias (2007, p. 70) foram

[...] os prédios do Palácio da Justiça, Palácio do Governo e Teatro Amazonas, Prédio da Alfândega, Biblioteca e Penitenciária, luxuosos e imponentes, construídos para preencher funções específicas, de acordo com as ideias da nova sociedade manauense: Justiça, Poder, Cultura, Lazer, Ordem, Progresso Comercial.

A Manaus dos ricos, das obras suntuosas, oportunidades e dos negócios veio acompanhada de muita pobreza e miséria, e era necessário invisibilizar esses segmentos sociais. A cidade da prosperidade cria suas próprias contradições e contrastes.

[...] o espaço urbano atraía os mais diferentes tipos de pessoas, vindas de diversos pontos do País e do mundo e que passam a fazer parte do cotidiano da cidade, não tendo as mesmas condições de sobrevivência daqueles que vão usufruir a vida de “fausto” que a borracha propicia. [...] Foi necessário desenvolver uma política de preservação e defesa da ordem urbana e, na medida em que os valores são afrontados, cabiam providências de excluir do espaço urbano os pobres, desocupados, doentes, pedintes, prostitutas, vadios, etc. Numa cidade de “fausto”, a pobreza, a doença, a vagabundagem agrediam e, ao mesmo tempo, ameaçavam a ordem e a harmonia da cidade que se projetava na representação burguesa, como limpa, ordeira e sem problemas (DIAS, 2007, p. 119-120).

O uso do espaço da Vila de Paricatuba acontece pela premente necessidade de higienização da cidade de Manaus. Aquele momento positivista da história do Amazonas preconizava: o que ninguém via, não existia. Assim, o prédio construído no local, por um longo período, foi destinado ao isolamento dos indivíduos marginalizados na sociedade manauara emergente.

[...] para os marginalizados do processo produtivo, o poder público desenvolveu uma política de reclusão em ambientes afastados e fechados, tais como: penitenciárias, hospitais, asilos de mendicidade, hospício e colônias agrícolas (DIAS, 2007, p. 121).

Nesse sentido, a localização do vilarejo de Paricatuba atendia a todos os requisitos fundamentais para a implementação e execução das políticas de

segregação da época, e passa a ser utilizado para abrigar a população carcerária e, posteriormente, os doentes de hanseníase.

Vale ressaltar que, antes de se tornar um espaço de segregação (cárcere e leprosário), segundo contam os registros de moradores locais e historiadores, Paricatuba havia sido escolhida como local para a construção de uma hospedaria para abrigar imigrantes italianos que chegavam à cidade de Manaus, nos idos de 1898, para trabalhar na exploração da borracha na região, contudo, segundo esses mesmos relatos, o projeto não teve êxito.

Tal evento denota a particularidade na origem da vila e revela o processo diferenciado da formação e organização social de Paricatuba quando comparado aos demais espaços coletivos rurais na Amazônia, porque cresce em torno da construção de um casarão utilizado, a princípio, como hospedaria, e que, depois, assume outras funções, contudo, a localidade não surge de um processo de ocupação espontânea, mas como produto de uma política estatal de ocupação.

A construção do casarão, para os padrões da cidade da época, foi considerada uma obra suntuosa, com características das grandes obras edificadas no período, como a forte inspiração nos moldes europeus.

Importante destacar que a síntese da história do casarão, descrita neste trabalho, parte do relato dos comunitários e é longamente divulgada na região. De acordo com alguns historiadores, por causa das imprecisões, demandam estudos mais aprofundados sobre a história do local.

Ainda em relação ao seu percurso histórico, com o malogro da hospedaria, o casarão teria sido adaptado para o funcionamento do Liceu de Artes e Ofícios, voltado à formação da mão de obra masculina.

[...] se tratava de uma escola profissionalizante voltada para formar crianças e principalmente órfãos e pobres, sendo inaugurada pelo presidente Afonso Penna e administrada pelos padres espiritanos. O nome da escola passou a ser Instituto Amazonense Agrícola Industrial Afonso Pena (SILVA, G.T., 2008, p. 49).

Em seguida, o casarão teria servido de presídio para abrigar os acusados de práticas de crimes/infrações, que, considerados como ameaça à

ordem e ao bem-estar social, deviam ser banidos do convívio da sociedade manauara.

O presídio funcionou nesse local até a construção da Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, em Manaus, nos anos 20, que ganha status de penitenciária para acompanhar as mudanças ocorridas no sistema carcerário estadual.

Com a desativação do presídio, após algumas adaptações, o prédio passa a abrigar o primeiro leprosário do Estado do Amazonas, como parte da estratégia de contenção da hanseníase³³ na região, mantendo os esforços característicos da política de assepsia da sociedade manauara e amazonense da época.

A hanseníase era, então, considerada doença incurável e pouco estudada, além disso, as mutilações e lesões provocadas nos doentes geravam grande temor e receio na sociedade, sobretudo, entre os segmentos sociais mais abastados, além de não “combinar” com o novo cenário de embelezamento da cidade de Manaus. Assim, o poder público, sob a justificativa de impedir a propagação da doença, segrega do convívio social os indivíduos acometidos pela doença.

Nesse período, o discurso das autoridades e os documentos oficiais, quando versavam sobre o assunto de saúde pública, deixam evidentes o temor em razão da conjuntura endêmica vivenciada pela região.

Ao iniciar os Serviços de Saneamento Rural em Manáos, em Dezembro de 1921, tive, dias após, numa inspecção á cidade, uma sensação de pavor, ao verificar o número de leprosos vagando pelas ruas, em contacto com as pessoas sãs. Apresentando minha primeiras impressões ao dr. Belisário Penna, então diretor dos Serviços de Saneamento e Prophylaxia Rural, no Rio de Janeiro, assegurava que se medidas muito radicaes e sabias não fossem tomadas imediatamente, á sorte do Amazonas estavam reservados dias sombrios. “De momento, é o problema dos problemas. A perspectiva, nesse particular, é deveras atemorizadora. Diante della, tudo é secundário e relativo: tudo mesmo será adiável”.

³³ “A doença de hanseníase, também chamada de lepra, tem potencial incapacitante, porque, além de comprometer a pele e nervos periféricos, atinge mucosas do trato respiratório alto e vísceras abdominais, linfonodos, medula óssea e testículos. Tem como agente etimológico um microrganismo chamado *Mycobacterium Leprae* (bacilo de Hansen), descoberto em 1873, pelo médico norueguês Gerhard Armauer Hansen” (CABRAL, 2010, p. 56).

Perambulavam pelas arterias publicas mais de cincoenta leprosos, que dormiam ao relento, nos bancos dos jardins, nos patamares dos theatros, nos armazéns da “Manáos Harboar” esmolando publicamente.

Encontrou-se um doente entregue à profissão de vender doces em taboleiros, ordinariamente comprados pelas creanças e pelos estudantes. O leite, fornecido á população de Manáos, provinha do Careiro e do Cambixe, onde viviam em promiscuidade inúmeros doentes, empregados nas pequenas fazendas³⁴.

Os discursos dos especialistas evidenciavam a urgência na adoção e criação de um leprosário, como sendo a melhor estratégia de contenção da doença - isolar, abrigar e “cuidar”. Conforme se observa no documento oficial sobre a Leprosaria Paricatuba (1926, s.p.):

[...] E, calculando mais ou menos 1.000 leprosos para todo o Amazonas [...] asseverei que era inadiável a criação de uma leprosaria --- anseio, que se impõe por uma questão de saúde e caridade, em substituição ao segregamento criminoso do Umirisal, e no intuito de velar por esta inditosa gente, sacudida pelo infortúnio.

[...] Não deve ser adiada a fundação de um leprosário. “O mal, com o retardamento dessa medida, creará para esta zona um futuro tenebroso”. Salvem-se, ao menos, as gerações de amanhã, como um prêmio á agonia lenta dos que, hoje, sucumbem em silêncio, imitando em sentido inverso, numa depressão amarga, o crescimento da natureza³⁵.

Mediante os alertas apresentados, o leprosário, chamado de Belisário Pena, é ativado no ano de 1930, com a transferência dos hansenianos para Paricatuba (Fig. 15).

A real possibilidade de epidemia da hanseníase, como já dito, na época considerada doença sem cura e altamente contagiosa, motivou a instalação do leprosário na região, em lugar distante, ermo e de difícil acesso, propício à segregação dos doentes, mantendo-os distantes do restante da população “sadia”.

³⁴ Disponível em: <https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/leprosariadeparicatuba_site?e=20666132/36624978>. Acesso em: 15 maio 2017. Secretaria de Cultura do Amazonas.

³⁵ Idem.

Figura 15 - Leprosário Belisário Penna



Fonte: <<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/3cb85/>>. Acesso em: 5 maio 2016.

As ruínas do casarão mantidas na Vila de Paricatuba ainda hoje, trazem evidentes indícios da condição de abandono, sofrimento e dificuldades a que foram submetidos os internos do leprosário Belisário Pena, uma página desonrosa e pouco contada na história do Amazonas (Fig. 16).

Figura 16 - Leprosário Belisário Penna



Fonte: <http://noamazonaseassim.com.br/ruinas-de-paricatuba/>. Acesso em: 5 maio 2016.

De acordo com um guia turístico que desenvolve atividade de visita guiada ao casarão e conta a história do local, os hansenianos, também chamados de leprosos, sob a justificativa da doença, eram privados e retirados do convívio familiar e levados à Vila de Paricatuba de modo compulsório, e, a partir daí, muitos deles perdiam o contato e o vínculo com seus familiares.

Não era permitida nenhuma aproximação dos doentes com os indivíduos “sãos” da sociedade, nem mesmo seus familiares. A solidão, apartação e isolamento a que estavam submetidos eram justificados em razão do temor da propagação da doença, além da questão estética, em face das sequelas/mutilações que a enfermidade provocava nos indivíduos acometidos e consideradas extremamente desconfortáveis aos olhos da sociedade.

A respeito do estigma que girava em torno da hanseníase e o processo de reclusão dos doentes, Dias (2007, p. 121-122) esclarece:

Um hospital-colônia era proposto para a reclusão dos hansenianos. Nele, os leprosos gozariam de certo conforto, por não ficarem submetidos ao fechamento em quatro paredes; aí teriam condições de exercer uma atividade produtiva, como também não estariam expondo suas feridas, despertando repulsa, ao circular no centro da cidade, lugar de grande movimento.

As marcas e o preconceito com a doença levaram à condenação dos hansenianos na época: alguns morreram sem nunca mais ver os seus familiares; seus corpos, quando faleciam, eram incinerados para não proliferar a doença; relatos de antigos funcionários da época contam que existia um calabouço no prédio onde os indivíduos em estágio terminal da lepra eram jogados; as grávidas eram separadas dos seus bebês no instante do nascimento; outros apenas ao sair do leprosário conseguiram rever a família. Esses são alguns dos diversos registros do horror e sofrimento imputado aos hansenianos que viveram nesse local, que, ainda hoje, traz as marcas da segregação, marginalização e do preconceito que recai sobre o local e seus moradores.

A respeito da história de segregação do local, representada em parte pelo casarão/leprosário, uma moradora adverte, com certa rejeição, que “hoje tem tanta gente tirando foto neste local, mas não sabem o horror que as pessoas que moraram aí passaram!”.

O casarão foi utilizado como leprosário até 1962, quando os hansenianos seguiram para Colônia Antônio Aleixo, na zona leste de Manaus/AM, bairro distante do centro da cidade, mas que proporcionava a liberdade aos doentes e permitia os convívios familiar e social. Nesse instante, já se concebia uma política de tratamento da saúde dos hansenianos, porque fora descoberta a cura da enfermidade.

No decorrer dos anos de funcionamento do Belisário Penna, o tecido social de Paricatuba foi se formando e avolumando, a partir da permanência de alguns familiares dos doentes internados no leprosário, que resistiram e permaneceram vivendo nas proximidades, apesar das proibições, e muitos desses descendentes continuam vivendo na vila até hoje. Inclusive, tal informação foi confirmada a partir do levantamento realizado com a pesquisa.

Com a desativação do leprosário, a comunidade foi ganhando organização e configuração própria de núcleo social rural, com aquisição de equipamentos e oferta de serviços sociais, como a escola e o posto de saúde, a fim de dar funcionalidade e meios essenciais para a vivência em coletividade na vila. Esse foi o momento de chegada de políticas públicas ao local.

3.2 De Leprosário a Vila de Paricatuba: Reconstruindo a História compreendendo as particularidades Amazônicas

Porto de Lenha tu nunca serás Liverpool,
com uma cara sardenta e olhos azuis [...] ³⁶

Torrinho

▪ Localização

O nome da Vila de Paricatuba deriva da união das palavras “paricás” e “tuba”; a primeira é uma erva alucinógena usada em rituais indígenas da região, e o segundo termo significa “grande quantidade”. Está localizada no quilômetro 22 da rodovia Manoel Urbano, na AM-070, que liga a cidade de Manaus a Manacapuru, adentrando pouco mais 10 quilômetros num ramal de estrada asfaltada ³⁷.

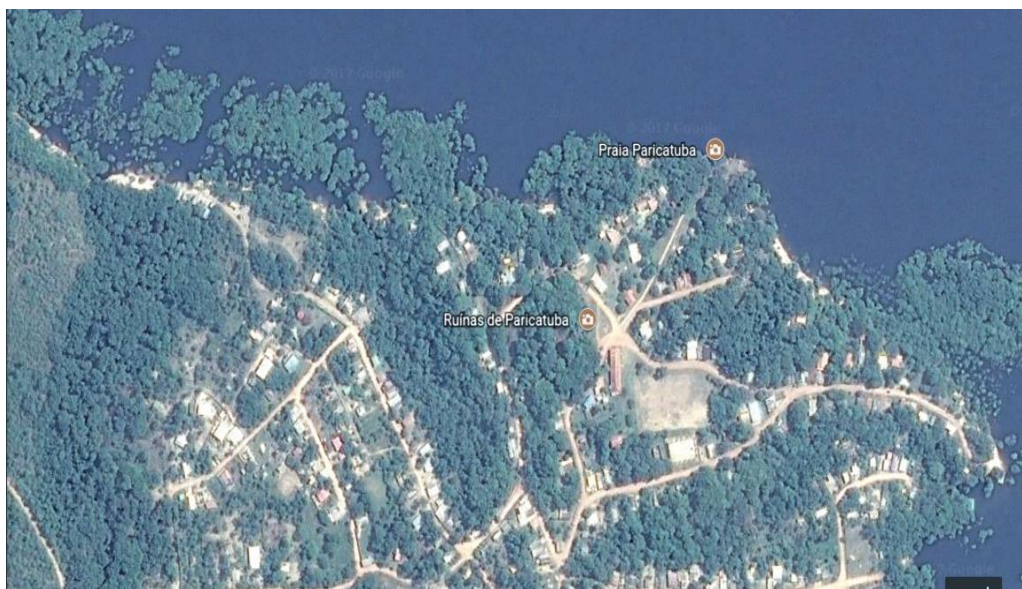
Paricatuba tem características semelhantes à das pacatas comunidades rurais amazônicas, mas se diferencia, em razão do seu processo histórico, da beleza das praias e das ruínas do casarão, que formam os atributos específicos e propícios para se tornar lugar de passeio e lazer. Mas também é lugar de viver e, segundo alguns moradores, “o melhor local para se viver”.

A Vila de Paricatuba sempre foi local de visitação, porém, depois da constru o da ponte sobre o rio Negro, a facilidade de acesso ao local trouxe um novo impulso e interesse sobre a área, não somente, agora, como lugar de visita o, mas também como possibilidade de investimento para fins de moradia e recrea o (aquisi o de terreno para sítio e outros) e assim a vida comunitária foi sendo alterada significativamente.

³⁶ Parte da letra da música Porto de Lenha, na qual o autor e intérprete Torrinho faz uma crítica ao padrão europeu a que foi submetido Manaus, no Amazonas, considerando a cidade como Porto de Lenha e que, pela natureza de seu povo, indígena e cabocla, nunca terá fei o sardenta e olhos azuis.

³⁷ Disponível em: <<http://www.emtempo.com.br/paricatuba-um-lugar-cheio-de-historias-e-emocoes/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

Figura 17 - Mapa da Vila de Paricatuba



Fonte: <<https://earth.google.com/web/@-3.0826775,-60.2345441,42.59396675a,1054.82903576d,35y,0h,0t,0r>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

A facilidade de acesso ao local trouxe também o aprofundamento e adensamento de problemáticas sociais que antes eram mais distantes da realidade social desses grupos, e mais comuns aos grandes centros urbanos; na contramão desse processo, as respostas encaminhadas pelo poder público não têm possibilitado o alcance aos direitos sociais em sua efetividade.

▪ **O casarão hoje**

As ruínas do grande casarão ainda é o ponto de referência em Paricatuba. É incontestável o potencial turístico do local, mas não se pode deixar de considerar a inexistência de estrutura adequada para o incremento do turismo local. Apesar disso, a vila ainda atrai diferentes pessoas com distintas finalidades no uso do lugar.

Em 2008, a respeito da visita à vila e sua potencialidade para o turismo, o estudo de Silva, G.T. (2008, p. 53) já observava:

A partir da década de 1990 a localidade passou a fazer parte dos roteiros turísticos das agências e hotéis. Paricatuba recebe, anualmente inúmeros visitantes atraídos pelas belezas naturais locais – principalmente as praias – as ruínas do hospital, consideradas patrimônio do Estado e o sítio arqueológico que se constitui num verdadeiro resgate sócio-histórico para os moradores que viveram e ajudaram a construir aquele espaço, resgatando sua dignidade e

evitando que toda a trajetória da existência daquela localidade se perca.

Ainda hoje, as ruínas despertam o interesse da população em conhecer o que restou do prédio e sua história, e algumas agências de turismo da região, aproveitando o potencial da área, incluem, em seus roteiros, pacotes de passeio de visita à comunidade – às ruínas, banhos na orla (praia banhada pelas águas do rio Negro), como se observa no anúncio da Figura 18.

Figura 18 - O turismo na Vila de Paricatuba



Amazonventura Turismo e Eventos
Patrocinado

PASSEIO PELAS RUÍNAS DE PARICATUBA, VISITA AO MUSEU DO SERINGAL, ALMOÇO E LAZER NA PRAIA

Passeio turístico com muita diversão e informação para você, sua família e seus amigos: Aproveite essa excelente oportunidade de aprender sobre a história do período em que a borracha era a principal atividade econômica da Região, além de conhecer a bela história das Ruínas de Paricatuba, prédio com mais de 100 anos, localizado na Vila de Paricatuba, em Iranduba/AM; e em seguida parada para almoço. Depois partiremos para uma tarde muito animada de lazer na praia. Seja bem-vindo!

Duração: aproximadamente 08h00min.
Local de embarque: Tropical Hotel Manaus.
Apresentação para embarque: às 08h30min.
Horário de saída: às 09h00min.
Horário de retorno: aproximadamente às 17h00min.
Data: 19 de março de 2017 (domingo).
Valor por pessoa: R\$ 135,00*.

* Valor promocional para compras coletivas na data programada.

Escreva um comentário...

Fonte: <<https://www.facebook.com/search/top/?q=amazon%20aventura%20turismo%20e%20evento>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

Na atualidade, muitos moradores ressentem-se de a comunidade não usufruir e nem explorar de modo adequado o potencial turístico que o lugar possui. O sentimento pode ser identificado nas falas dos entrevistados moradores locais, ao ressaltar que a comunidade poderia se desenvolver e viver a partir dos atrativos que a vila possui, se tivesse maior apoio do poder público, mas isso não acontece.

Por outro lado, fica evidente, também, a esperança de um futuro em que os comunitários possam sobreviver ou obter benefícios diretos advindos da atividade do turismo local, por meio da parceria entre comunidade e poder público.

Além da visita, a comunidade desperta o interesse como locação de cenário para ensaios fotográficos - os chamados *books*, de casamento, gravidez, formatura, etc; campanhas comerciais (propagandas) para a mídia local, fato observado em diversas ocasiões, durante as visitas a campo (Figs. 19 e 20).

Figura 19 Sessão fotográfica em Paricatuba



Fonte: Célia Carvalho, 2016.

Figura 20 Visitação às ruínas de Paricatuba



Fonte: Célia Carvalho, 2016.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que, ainda de modo informal, um pequeno grupo de moradores, em associação com o presidente da comunidade, tem buscado empreender um trabalho de visita guiada às ruínas, com guias mirins locais, que recepcionam os visitantes e recontam a história do seu lugar.

De acordo com os relatos do líder da comunidade e observações registradas por ocasião da pesquisa em campo, embora não haja uma cobrança direta pelos serviços prestados, é facultado aos visitantes contribuir, se assim desejarem.

Ainda, o dinheiro coletado deve ser destinado à conservação e manutenção do local (pequenas bem-feitorias, limpeza da área, entre outros), visto ser bastante comum que os visitantes, ao partir, deixem resíduos (lixo), o que demanda um esforço contínuo de limpeza na área da comunidade.

O grupo desenvolve esse serviço somente nos fins de semana (sábado e domingo), quando há maior fluxo de visitantes. Nessa ocasião, disponibilizam ainda uma barraca, para a venda de bebidas, como água e refrigerante, para atender aos turistas.

É importante ressaltar que o trabalho desenvolvido não conta com o amplo apoio e envolvimento de toda a comunidade, ao contrário, alguns moradores veem essa iniciativa com certas desconfiança e resistência, e questionam a real finalidade do recurso coletado: “Para onde vai” o dinheiro arrecadado?

O espaço contraditório do turismo, em Paricatuba, já foi identificado por Simonetti e Silva, G. T. (2013, p. 15) no artigo sobre a percepção de conflitos gerados pelo turismo, em Paricatuba, quando ressaltam que a população do local entende os prejuízos e a degradação ambiental advindos da exploração dessa atividade econômica,

O turismo de massa foi considerado pelos moradores como prejudicial, visto que a praia fica lotada de pessoas que, geralmente, não estão dispostas a gastar muito, trazem seu próprio alimento e bebida. Além disso, o turismo em Paricatuba ocasiona degradação ambiental principalmente com o acúmulo de grande quantidade de lixo que os moradores são obrigados a recolher a cada semana, esse fato é motivo de muita indignação por parte dos moradores que se sentem invadidos e excluídos.

As queixas e reclamações dos moradores sobre os rejeitos e lixos deixados no local pelos visitantes persistem até hoje, o que nos leva a acreditar que esta problemática persiste e se aprofunda, uma vez que o fluxo de visitação se intensificou após a construção da ponte, sem a preocupação do poder público em dotar e aparelhar a comunidade com os serviços necessários à compensação desses danos.

Muito pelo contrário, a comunidade é que tem buscado, por seus próprios meios, ainda que de modo pontual e sem adesão de todos, instituir estratégias e mecanismos de organização comunitária voltados ao enfrentamento das problemáticas e novas demandas que os desafiam na atual conjuntura.

O trabalho nas ruínas do antigo leprosário, desenvolvido pelo grupo de moradores do vilarejo, entra no território dos conflitos internos existentes na comunidade, e que emergem constantemente, em outras dimensões da organização social, política e econômica de Paricatuba.

- **População**

As relações cotidianas da comunidade também foram alteradas, em razão da nova dinâmica imposta com a construção da ponte. De acordo com os registros coletados de moradores e lideranças, em virtude da facilidade de acesso ampliada, há maior trânsito de pessoas no local e adensamento no quantitativo de moradores.

Na atualidade, os comunitários sentem dificuldade de mensurar o quantitativo de pessoas que vivem na comunidade. A dificuldade no levantamento dessa informação, de modo preciso, reside, segundo eles, no fato, do que designam de população “flutuante”, para qualificar o grande fluxo de novas pessoas que chega à comunidade diariamente, fica por curto tempo e logo vai embora; outros que não vivem no local e usam a área esporadicamente (fins de semana, feriado, período de férias) por que tem casa na capital, trabalham lá, dentre outros motivos.

Tal fato é evidenciado na informação de uma trabalhadora da saúde do vilarejo pois constata que “tem muitos domicílios que as pessoas moram em Manaus”, sendo utilizado apenas nos fins de semana, o que denota as diferentes perspectivas do “uso” e “viver” na comunidade, e das realidades social e econômica vividas, ao afirmar que “mora gente importante aqui [em Paricatuba], advogado, empresários...”.

Vale ressaltar que a informação quanto ao quantitativo de habitantes é de fundamental importância, por ser um indicador vital no processo de gestão e planejamento de políticas públicas, a fim de possibilitar a mensuração da capacidade de atendimento e suporte dos serviços e equipamentos públicos ofertados, como escola, posto de saúde, dentre outros.

Para além dessa dificuldade, os moradores relatam ainda que de “*uma comunidade pequena onde todos se conheciam*”, agora, com o fluxo constante

de entrada e saída de moradores no local, isso tende a acabar. Sobretudo os moradores mais antigos, ressentem-se de que as relações de vizinhança têm se “perdido” com as mudanças frequentes, *“já não se conhece as pessoas que chegam”*.

Assim, a variação populacional e os sucessivos fluxos de “novos moradores”, acenam para a avaliação da também “flutuante” identidade dos sujeitos históricos com o local. Na atualidade, o vilarejo é claramente dividido entre os antigos e novos moradores, que chegam a todo instante, o que torna mais difícil o movimento de construção de uma identidade coletiva que possibilite a luta por objetivos comuns.

Isso pode ser considerado um importante componente para explicar, também, os conflitos em torno das lideranças que representam a comunidade no poder público. A falta de identidade com o lugar e entre as pessoas, não torna o ambiente favorável para a organização das lutas coletivas.

Conforme dados coletados pelos agentes de saúde da Unidade Básica de Saúde (UBS) Antônio Alves de Lima, em Paricatuba, existem aproximadamente 325 famílias vivendo na vila, segundo a contagem realizada no ano de 2017, somando um quantitativo, também aproximado, de 1.055 pessoas.

Fazendo um comparativo com o estudo de Silva, G. T. (2008), estimou-se, por meio dos dados da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (SDS), no ano de 2004, a população de Paricatuba em 680 habitantes e 140 famílias. O dado revela o aumento substancial na densidade demográfica do vilarejo, em pouco mais de uma década, corroborando para as impressões e os relatos dos moradores sobre essa realidade.

É importante destacar que no período sinalizado (2004), a ponte ainda não havia sido construída. Dos três grandes projetos de desenvolvimento apresentados, somente o Gasoduto Coari-Manaus já estava em curso, nesse período. Não se quer, com isso, afirmar que a ponte tenha sido o único agente causador de impactos e modificações vivenciadas na atualidade pela

comunidade. Compreendemos que todos os projetos, além de outros eventos, têm contribuído em graus e níveis diferentes para essa realidade.

Contudo, é inegável que na fala e no relato dos moradores e das lideranças locais, a construção da ponte Jornalista Phelippe Daou é referendada como um marco simbólico das modificações e da nova dinâmica vivenciada pela vila de Paricatuba, expresso comumente no “antes” e “depois” da ponte.

▪ **Infraestrutura**

A comunidade de Paricatuba possui equipamentos e serviços sociais essenciais, que proporcionam o funcionamento, a organização e vivência coletiva dos moradores no vilarejo (Tabela 1):

Tabela 1 - Bens e serviços sociais existentes na Vila de Paricatuba

Bens e Serviços Sociais de Paricatuba	Quant.
Escola Municipal Prof. Cícero Monteiro	1
Unidade Básica de Saúde (UBS) Antônio Alves de Lima	1
Posto da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)	1
Biblioteca Comunitária Carlos Alberto de Moraes Ramos	1
Centro social	1
Quadra coberta inacabada	1
Torre de telefonia móvel	1
Reservatório de abastecimento de água	1

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Levando em conta que a tessitura do estudo versa sobre as estratégias de organização para alcance a bens e serviço sociais, tendo como base a educação e a saúde, tais instituições serão examinadas com maior destaque e abrangência no final deste capítulo.

Dentre outros serviços ofertados na vila de Paricatuba, tem-se ainda um posto da ECT que realiza o serviço de banco postal, apenas recebendo as correspondências e a funcionária as entrega aos comunitários da localidade.

Ainda não desenvolve a atividade de pagamentos de contas e nem envio (Fig. 21).

Figura 21 Posto da ECT



Fonte: Clésio Lima, 2017.

A oferta do serviço de abastecimento de água acontece por meio de um poço artesiano, que, via tubulação encanada, fornece água para todas as casas da vila; entretanto, alguns moradores dispõem de poço particular em suas residências, e não pagam taxa.

A energia elétrica é fornecida pela operadora Eletrobrás Distribuidora do Amazonas, vinculada ao município de Iranduba. Muitos moradores reclamam da qualidade dos serviços ofertados, uma vez que, ao anoitecer, somente as casas possuem luz elétrica, não dispondo, nas vias, de postes para iluminação pública.

Como a comunidade não possui serviço de coleta de lixo pública, os resíduos sólidos, conforme foi observado em diferentes momentos da visita a campo, são comumente enterrados ou queimados pelos comunitários. Segundo relatos, a limpeza do terreno da vila é realizada por alguns moradores no final de cada mês, sob a orientação do presidente da comunidade, com o objetivo de garantir que o lugar fique limpo e passe uma boa impressão aos visitantes.

Entretanto, em uma das visitas de campo, encontramos funcionários do município limpando o local, em virtude de uma Ação Social promovida pela Prefeitura de Iranduba, indicando que o local, em ocasiões bastante esporádicas e pontuais, recebe o serviço de limpeza pública.

O vilarejo é atendido pelo sistema de transporte coletivo público que funciona apenas às sextas-feiras, aos sábados, domingos, às segundas-feiras e em feriados, pela manhã e à tarde. Sai do início da ponte Jornalista Phelippe Daou, em Manaus, por volta das 8 horas ou 8h30m da manhã, com destino a Paricatuba e, após completar esse percurso, retorna ao ponto de partida (Manaus), voltando a fazer o mesmo trajeto no final da tarde, com saída por volta das 16 horas.

Segundo informações coletadas, a rota do transporte coletivo era cumprida todos os dias da semana, porém, foi retirada por que, de acordo com o poder público, não havia demanda suficiente que justificasse o investimento na manutenção desse serviço. Dessa forma, o município resolveu reduzir, sem consulta aos comunitários, os dias de oferta do transporte público.

De acordo com os moradores, a medida ocasionou muitas dificuldades para a vida dos comunitários, sobretudo, para aqueles que precisam se deslocar para outras áreas diariamente, em razão das necessidades de trabalho, estudo, entre outros. Como evidencia um morador entrevistado: “[...] quem trabalha em Manaus tem que ficar por lá, e se tiver carro vem”.

Além disso, em situações de urgência, como casos de atendimento de saúde, entre outros, os comunitários, que dependem do coletivo como o único meio de transporte disponível, precisam contar com a ajuda e boa vontade dos vizinhos/comunitários que disponham de outros meios para auxiliá-los (carro, moto, bicicleta).

Em razão das distâncias territoriais e da dificuldade de mobilidade gerada, a comunidade precisa lidar com a falta da prestação de determinados serviços públicos. Alguns informantes relataram que, muito recentemente, Paricatuba pôde contar com os serviços de busca, salvamento e socorros públicos ofertados pelo Corpo de Bombeiros, porque, antes, essa corporação não entrava no ramal do povoado.

A comunidade não possui nenhum equipamento do sistema de segurança público, e quando existe alguma ocorrência nesse sentido, precisam acionar o distrito policial do município de Iranduba.

É importante sinalizar que a falta de segurança está entre as principais preocupações e reclamações dos comunitários de Paricatuba, uma vez que registros demonstram que, depois da instalação da ponte, com o maior fluxo de pessoas na região, a incidência de crimes no município de Iranduba e áreas de entorno tiveram aumento significativo (Tabela 2).

Tabela 2 - 31ª Delegacia Interativa de Polícia/Iranduba. Registros e Ocorrências - 2010-2016

Principais Ocorrências	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Homicídios	5	15	16	14	19	16	21
Furtos ³⁸	80	102	210	213	208	198	195
Roubos ³⁹	36	42	82	110	81	83	102
Tráfico de Entorpecentes	12	15	32	20	23	35	40

Fonte: Bulcão, et al. (2017).

Os indicadores expostos têm números expressivos, e chamam a atenção, sobretudo, para o ano seguinte à inauguração da ponte (ano de 2012), que demonstra aumento de mais de 100% para os índices de furtos, roubos e tráfico de entorpecentes.

As ocorrências que sofreram alterações entre os anos de 2011 e 2012 foram citadas como situações que surgiram concretamente no contexto de Paricatuba. E vale destacar que os números de incidentes no local dificilmente aparecem nos gráficos do município, porque os moradores, costumeiramente não saem da comunidade, para fazer Boletim de Ocorrência (BO) na delegacia de Iranduba, pois acreditam que “não vale a pena”, “precisam gastar dinheiro”, “não tem resultado nenhum” ou “nada acontece”.

Mas, tais dados acabam confirmando a narrativa dos moradores do vilarejo quando atribuem a construção da ponte a um dos principais agentes responsáveis pelas modificações em seu cotidiano, posto que, atualmente, enfrentam problemáticas sociais, antes pouco/nada frequente.

Segundo relato de lideranças da vila, na tentativa de resolver esse problema, a comunidade buscou instituir um acordo de cooperação entre os

moradores e a prefeitura de Iranduba, onde a comunidade faria um esforço de construir a edificação de um posto policial na área; e a prefeitura, em contrapartida, concederia os recursos humanos para realizar a guarda e o policiamento em Paricatuba.

A edificação foi iniciada ao lado do posto da ECT, contudo, os comunitários não conseguiram levar a obra em frente, por isso, não foi concluída, e a comunidade permanece na condição de insegurança, sofrendo com o aumento da criminalidade no local.

Outra dificuldade levantada pelos moradores da vila diz respeito à falta de espaços e estruturas de lazer para os jovens/crianças da comunidade. Destacam que, há alguns anos foi iniciada a construção de uma quadra poliesportiva que serviria como espaço de lazer e interação entre os comunitários. Contudo, projetada e edificada na vigência do governo de Xinaik Medeiros, prefeito preso por corrupção, a obra foi interrompida e permanece inacabada até os dias de hoje.

▪ **Economia local**

No decorrer da pesquisa, um levantamento sinalizou algumas características relativas às condições de vida dos grupos sociais de Paricatuba, assim, identificamos que a maioria das famílias da comunidade é formada por casais que constituem união estável ou casamento legítimo.

O levantamento revelou que a maioria da população economicamente ativa do local não possui vínculo empregatício formal, o que conduz e justifica o grande número de famílias que recebem o Bolsa Família, benefício social do governo federal. Segundo dados contabilizados pela UBS, 204 famílias são cadastradas e recebem o benefício, na vila.

No estudo de Silva, G. T. (2008), a autora, utilizando informações da SDS (2006), aborda que a economia de Paricatuba à época, tinha como base as atividades produtivas relacionadas à agricultura, pesca, caça, criação de animais, extração de recursos florestais e ao comércio, configurados como pequenos empreendimentos.

Na atualidade, os informantes da pesquisa, confirmaram que, em parte, essa realidade tem sido alterada, havendo ainda um quantitativo de moradores que se dedica à atividade da pesca, aproveitando o enorme potencial (natural/cultural) da área; outros têm se dedicado à atividade do comércio de pequeno porte (em geral, mercadinhos, tabernas, bares); e outros têm atuado na prestação de serviços ao setor público.

O relato de uma informante, trabalhadora da área de educação, corrobora com essa análise, ao afirmar que a base do sustento dos pais dos alunos da escola resume-se da seguinte maneira:

[...] aqui no Paricatuba, é aqui escola e posto, quem não trabalha na escola ou não trabalha no posto, ou é aposentada, ou pesca, ou vive de bico, é só isso, não tem outra coisa aqui na comunidade [...] aí os outros é o bolsa família (depoimento de trabalhadora de educadora).

Ainda de acordo com a pesquisa realizada, a agricultura não figura mais como uma das principais atividades produtivas do local, porque, segundo relatos, a maioria das terras em que os comunitários desenvolviam suas atividades agrícolas foi comercializada, depois da implantação da ponte, em razão da pressão imobiliária gerada em torno dos terrenos no local. Vale ressaltar que alguns moradores, no entanto, persistem afirmando a sua identidade como produtor rural quando questionados sobre a sua atividade profissional/cultural.

Em razão da expressiva queda na produção agrícola da comunidade, produtos que anteriormente eram cultivados pelas famílias, como hortaliças, farinha, entre outros, agora precisam ser adquiridos no comércio local ou em áreas vizinhas (Iranduba/Manaus), o que acaba onerando e comprometendo ainda mais o baixo orçamento mensal das famílias, que, conforme levantamento, gira em torno de um a dois salários mínimos.

Na conjuntura atual, o setor de serviço tem se constituído como um espaço importante de empregabilidade para alguns comunitários, que encontram no poder público local o seu principal agente empregador, atuando como servidores na escola da comunidade, na UBS e no posto ECT.

A problemática do desemprego, figura como uma das preocupações centrais dos comunitários, que se ressentem da falta de oportunidades e postos

de trabalho na região. Como alternativa, muitos adultos têm buscado desenvolver trabalhos temporários, denominados de “bicos”, como: carpinteiro, ajudante de pedreiro, extração de madeira, entre outros. Dessa forma, esses sujeitos, mesmo em face de todas as dificuldades, afirmam conseguir garantir uma renda, embora instável, que permite viabilizar o sustento/sobrevivência da família.

Do ponto de vista dos direitos e das garantias trabalhistas, esses trabalhadores que atuam no setor informal, de modo geral, estão mais vulneráveis no que diz respeito ao acesso aos benefícios e às condições de proteção social básicas que deveriam ser asseguradas a todo trabalhador, como: assinatura de contrato de trabalho e/ou registro na carteira profissional, direito a férias, décimo terceiro, recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e os benefícios da Previdência Social

Mesmo na condição de desproteção a que muitos desses trabalhadores estão submetidos nessas relações de trabalho, ainda assim, na maioria das vezes, aceitam, em razão de não ter outra opção.

Em um contexto de desemprego aprofundado, como na conjuntura atual, a realização desses trabalhos temporários e/ou informais acaba por se constituir como uma das poucas alternativas que se apresentam a esses sujeitos, a que são “empurrados”, mesmo em face de toda a condição de desproteção.

Seguindo a tendência excludente do mercado de trabalho formal dos grandes centros, os jovens da comunidade são os que mais fortemente sofrem os impactos da inexistência de oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

A problemática de desemprego entre os jovens é uma realidade mundial. Em especial, no Brasil, estudos como da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sinaliza que, ao final de 2017, os níveis de desemprego entre os jovens atingiram a sua maior taxa em 27 anos, correspondente a cerca de 30% desses, o que significa afirmar uma média de um em cada três jovens brasileiros fora do mercado de trabalho³⁸.

³⁸Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-entre-jovens-no-brasil-tem-maior-taxa-em-27-anos-diz-oit,70002091029>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

Em um contexto de extrema carência, como nas comunidades rurais na Amazônia, essa problemática tende a se aprofundar ainda mais. São enormes os desafios que os jovens nessas localidades precisam superar: as dificuldades de acesso ao ensino de qualidade; a oferta de cursos de formação técnica especializada, ainda que nos níveis mais básicos, são praticamente inacessíveis; dentre outras. São algumas das dificuldades e condicionantes que fragilizam as possibilidades de esses jovens concorrerem em iguais condições com os segmentos mais privilegiados da sociedade.

Apesar de uma organização bastante incipiente e informal, pode-se atribuir ao turismo uma contribuição importante no incremento e impulso na oferta de serviços disponibilizados na comunidade, favorecendo a manutenção e o funcionamento de pequenos estabelecimentos comerciais (pousadas, bares, restaurantes, pizzarias, entre outros), com a finalidade de conciliar o potencial turístico com o fomento de renda para sustento das famílias. Pois é por intermédio desse setor, ainda pouco explorado, que alguns moradores do vilarejo extraem sua renda mensal (Figs. 22 a 25).

Serviços oferecidos na Vila de Paricatuba

Figura 22



Figura 23



Figura 24



Figura 25



Fonte: Célia Carvalho, 2016.

claramente os efeitos do avanço da sociedade de consumo, otimizados pelo acesso facilitado à comunidade por intermédio da ponte.

O incremento no setor de serviços, em Paricatuba, fica evidente, quando comparamos com o estudo de Silva, G. T. (2008, p. 57) sobre o turismo local, que informa que, no período, a vila possuía apenas dois restaurantes, com as seguintes características,

Existe[m] dois restaurantes, que atendem os eventuais visitantes e pesquisadores que estejam conhecendo a área, a frequência de turistas nestes estabelecimentos é rara, por isso a capacidade destes é bem pequena e as instalações são improvisadas, além disso, a falta de recursos financeiros impede a realização de melhorias nos empreendimentos locais.

Mesmo sem uma organização formal para estruturar as atividades de turismo local, as visitas tornam-se crescentes e os habitantes vêm aumentando os serviços para a recepção dos visitantes.

Temos, então, uma organização de serviços comerciais que cresceu e cresce, quase que intuitivamente, uma vez que os comerciantes pouco receberam qualificação/capacitação por órgãos ou agências do poder público de modo a melhor explorar essa atividade.

Também não foi observada qualquer forma de organização, a exemplo de uma associação, para discutir/planejar as atividades no setor, e ainda assim a localidade dispõe de uma gama de serviços comerciais que não são comuns, nem observados em outras pequenas comunidades rurais amazônicas.

Verifica-se, assim, que o ordenamento econômico atual de Paricatuba foge das configurações dos núcleos coletivo rurais da região, porque vem mudando as atividades econômicas de agricultura e pesca pelos pequenos comércios e estabelecimentos, em virtude do manifestado potencial turístico do vilarejo.

▪ Religiosidade

Outro elemento, que desperta a atenção no estudo da Vila de Paricatuba, diz respeito à diversidade de organizações religiosas que atuam na comunidade. A religião sempre foi um elemento presente e bastante forte no ordenamento e modo de vida das comunidades na Amazônia.

Contudo, a diversidade de igrejas, de congregações variadas, aproxima-se mais das características observadas nos centros urbanos, o que expressa certa “urbanidade” no contexto rural de Paricatuba.

Para a profissão de fé, a comunidade conta com cinco denominações de igrejas evangélicas e uma católica (Figs. 26 a 30).

Figura 26 - Igreja Pentecostal Deus é Amor



Fonte: Elane Silva, 2016.

Figura 27 - Igreja Assembléia de Deus



Fonte: Elane Silva, 2016.

Figura 28 - Igreja Batista Nacional de Paricatu



Fonte: Elane Silva, 2016.

Figura 29 - Igreja Adventista do Sétimo Dia



Fonte: Elane Silva, 2016.

Figura 30 - Igreja Católica Santa Terezinha



Fonte: Elane Silva, 2016.

De acordo com o relato de alguns líderes de igrejas, as diferentes denominações religiosas na vila convivem de modo harmonioso e colaborativo nos espaços da comunidade. Segundo os entrevistados, é feito um trabalho de evangelização com os comunitários, e os “fiéis” buscam as distintas igrejas de acordo com as suas escolhas e crenças.

Diferente de outras comunidades da região, o catolicismo não figura como principal religião. Os informantes da pesquisa estimaram que mais de 75% da população de Paricatuba já se converteu à doutrina das Igrejas evangélicas.

A história da Amazônia, desde sua colonização, marca a influência da igreja na conquista da região, ponto fundamental na disseminação do catolicismo como código de conduta para moralizar e moldar a postura da população indígena na aceitação e doutrinação dos costumes/hábitos europeus.

A transmissão da fé cristã católica na Amazônia foi absorvida e sustenta a base da cultura religiosa regional que perdura por longos anos, nas cenas rural e urbana, a exemplo das tradicionais e grandes celebrações de padroeiros das cidades, como: Círio de Nazaré, em Belém do Pará; Nossa Senhora do Carmo, em Parintins; e Santo Antônio de Borba, no Amazonas.

Wagley (1988, p. 207), em sua etnografia, já descrevia o costume e a tradição observados em uma comunidade amazônica,

Em Itá, como em outras comunidades do Vale Amazônico, as festas de junho são comemoradas de maneira característica e tradicional. Santo Antônio, é uma grande festa religiosa; nesse dia não há divertimento profano. Mas nas vésperas do dia de São João e São Pedro, podem-se ter fogueiras em quase

todos os jardins. Soltam-se poucos fogos, porque na cidade só se encontram rojões e esses são especialmente usados nas procissões religiosas.

A organização da vida religiosa na Amazônia comumente conjuga a religiosidade, que reproduz as tradições das festas dos santos padroeiros, com as lendas próprias da cultura local. E a combinação disso ampara os hábitos e costumes na região, que no contexto comunitário sempre representou um pilar que compõe a organização social e política dos pequenos núcleos rurais.

As marcas da devoção católica no vilarejo podem ser identificadas, ainda hoje, por meio de uma pequena gruta localizada próximo ao rio, caracterizando indícios antigos de um santuário no local, além das ruínas de uma pequena capela, construção da época do leprosário (Figuras 31 e 32).

Figura 31 - Pequena gruta em Paricatuba



Fonte: Elane Silva, 2016.

Figura 32 - Ruínas da capela do antigo leprosário



Fonte: Elane Silva, 2016.

Na comunidade, a igreja católica de Santa Terezinha continua sendo mantida por um grupo de oração da Igreja de Cacau Pereira, distrito próximo à vila, que realiza as missas no domingo pela manhã, em Paricatuba. Em celebrações especiais, como batizados, por exemplo, o padre vai até a comunidade conduzir a celebração eucarística.

Em Paricatuba, de acordo com alguns relatos de integrantes das igrejas evangélicas, as festividades de santos já existiram, mas há anos não ocorrem mais. Atualmente, mais especificamente há três anos, é organizada a Marcha Profética na comunidade, que tem equivalência com a chamada Marcha para

Jesus, realizada com a mobilização das diferentes igrejas evangélicas, como acontece em vários cantos do Brasil.

As igrejas evangélicas da comunidade realizam cultos nos fins de semana e por meio das chamadas “células”, que são reuniões feitas, geralmente, na casa dos moradores, sob a condução de um coordenador, com a finalidade de discutir a passagem bíblica da semana, proposta pelo pastor no culto.

Apesar das especificidades e particularidades das diferentes igrejas evangélicas, observa-se, se comparado à Igreja Católica, maior aproximação e diálogo entre elas. Em comum, buscam, através de suas doutrinas, disseminar entre as pessoas da comunidade a sua fé, seus códigos de conduta e valores de mundo. Nesse sentido, as falas dos líderes dessas igrejas convergem na afirmativa de que a meta das igrejas evangélicas de Paricatuba é alcançar a conversão de 100% dos moradores do local para os templos evangélicos.

O contexto apresentado significa a mudança gradual das bases da religiosidade na Amazônia, já em processo desde o século XIX, com a chegada dos primeiros missionários protestantes na região³⁹. Mas que, nos últimos anos, tem se acelerado, em razão da maior presença desses nas comunidades rurais da região.

É possível observar que a religiosidade continua impulsionando e direcionando a organização social, cultural e política, em Paricatuba, pois determina ou tenta determinar os códigos morais e disciplinadores de conduta dos habitantes para a convivência em coletividade.

Os caminhos da religiosidade na vila leva à compreensão de que o atual contexto religioso, de maior presença e força da igreja protestante, influi decisivamente em sua organização social; a irmandade e os vínculos criados em torno da fé geram um novo ordenamento que conecta e, em algumas dimensões, potencializa os processos sociais, políticos e econômicos, direcionando, em certa medida, o cotidiano da vila.

³⁹A esse respeito, ver os estudos de OLIVEIRA, L. C.; PINTO, M. C. O. B. S. Os primeiros passos do protestantismo na Amazônia. **Estudos de Religião**, v. 31, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/7103>>.

Além da influência da religião, a comunidade construiu sua organização social em torno dos serviços de saúde e educação, assim, é por meio da escola e do posto de saúde que os moradores da vila buscam o atendimento de suas necessidades essenciais, e vivenciam seu cotidiano.

Levando em conta que o objetivo do estudo versa sobre o acesso a bens e serviços sociais alcançados pela comunidade no intuito de desvelar sua organização social, realizando o recorte para o alcance da saúde e educação em Paricatuba, essas ordens requerem então, especial atenção na pesquisa.

3.2.1 A educação é apontada como responsável pela transformação social, mas

A gente tem que fazer a nossa parte aqui, porque senão para.
(depoimento de educadora)

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art. 205 da Constituição Federal de 1988).

O sistema educacional que existe atualmente em Paricatuba, composto pela Escola Municipal Prof. Cícero Monteiro (Fig. 33), sob gestão da Secretaria de Educação do município de Iranduba, tem por objetivo promover a educação, como serviço essencial básico, que no Brasil, por meio da Constituição Federal de 1988, resguarda a cidadania e inclusão social dos sujeitos de direito.

Figura 33 - Escola Municipal Prof. Cícero Monteiro



Fonte: Elane Silva, 2016.

A escola na vila tem seu registro histórico vinculado ao casarão construído no século passado. Após a desativação do hospital para hansenianos Belisário Penna, o prédio ficou abandonado. Em 1970, uma missão religiosa da igreja católica se estabelece em Paricatuba, a Missão Pistóia, liderada pelo padre Humberto Guidotti.⁴⁰

Nesse instante, a vila já possuía um pequeno número de famílias vivendo no local, e assim, ao chegar, os missionários iniciaram a reconstrução de parte do antigo prédio onde funcionara o antigo leprosário para abrigar a primeira escola destinada ao ensino das crianças de Paricatuba.

Inicialmente, a escola era denominada de Escola Santa Terezinha. Apesar da iniciativa da Igreja Católica para sua fundação, esta era mantida pelos recursos da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. A escola ofertava

⁴⁰Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/conhecaparicatuba/posts/?ref=page_internal>. Acesso em: 10 out. 2017.

o acesso aos estudos iniciais da educação básica – 1ª a 4ª série, o antigo primário.

Nesse período, a comunidade ainda era bastante pequena e isolada, cujo acesso e locomoção só se dava por meio da via fluvial, não havendo nenhum ramal de acesso específico.

Devido à condição de isolamento e ao histórico de exclusão vivenciado pela comunidade, a escola buscou cumprir o seu papel, fomentando elementos de “civilidade”, tanto no ensino das primeiras letras, como também de outros códigos de comportamento e moral desejados. Como é possível evidenciar, no relato de um comunitário e ex-gestor da escola, cuja infância foi marcada por esses registros e vivências.

Eu lembro que na época que chegava a merenda escolar, a professora nos soltava e nós íamos correndo carregar a merenda da beira para cá, igual aquelas formiguinhas, todo mundo carregando [...] eu lembro da farda que era branca e azul, usávamos congá na época [...] uma coisa que eu resgatei na época que a gente tinha antes, que depois foram perdidas com os gestores [da escola] antes de mim, foi justamente o momento cívico e o desfile cívico né! Antes nós tínhamos muito aqui na época da Santa Terezinha [...] todos os 7 de setembro nós tínhamos a marcha, nem que seja, [...] um tambor e saíamos aqui na vila caminhando, era o momento que a gente tinha bastante, então me recordei de tudo isso, e vi que era bom e também passei, na época que eu assumi, no primeiro ano não consegui, no segundo já fui conseguindo introduzir o desfile cívico na comunidade, esse ano [...] a gestora [atual] disse que vai fazer né! Nós estamos aguardando aí o posicionamento dela (depoimento de comunitário e ex-gestor da escola).

Além dos registros expressos na memória afetiva dos comunitários, ainda hoje, é possível identificar outras marcas que reproduzem, no tempo, a história do lugar, e que podem ser revisitadas através dos vestígios que permanecem impressos nas ruínas de uma antiga sala de aula, onde as crianças eram alfabetizadas, e doutrinas da época (Fig. 34).

As lembranças da antiga escola retiram do passado também a figura do homenageado, que dá o nome atual à escola, Cícero Monteiro, que, segundo relatos, atuou como uma espécie de professor e alfabetizou grande parte dos comunitários, no período em que a escola ainda funcionava no casarão. Não se sabe informar se, de fato, ele possuía formação e titulação como professor.

Figura 34 - Desenhos do período em que a escola funcionava no casarão



Fonte: Clésio Lima, 2017.

Com o tempo, a deterioração das salas e o prédio em ruínas, demandaram a construção de um novo prédio para abrigar a escola. Na ocasião, o Rotary Club de Manaus, uma associação que presta serviços humanitários, apoiou de modo voluntário a causa da comunidade, custeando o material e a população local, com seu próprio trabalho, ergueu a escola.

A nova escola Prof. Cícero Monteiro passou então a ser gerenciada pelo município de Iranduba, e foi inaugurada no ano de 1994. Como registra o relato de um comunitário que estudou no casarão e acompanhou essa transição.

[...] nessa época, o Rotary Club veio para cá, aí começaram [...], essa parte aqui era tudo mato! Aqui nós tínhamos uma azeitoneira, [...] uma goiabeira aqui do lado, esse prédio não existia. [...] aí o Rotary Club disse para a comunidade já que o prédio já estava sem condições, já estava muito mais defasado, os telhados já estavam caindo, não tinha mais condições de colocar alunos pelo risco de vida que ia dá para as crianças, então eles disseram que se a comunidade quisesse eles dariam todos o mantimento, só queriam que as pessoas entrassem com a mão de obra! E aí o Rotary Club veio e deu toda essa parte de telhado e o pessoal entraram com a mão de obra, criaram a escola Cícero Monteiro, essas três salas de aula, [...] aonde nós estamos hoje (depoimento de comunitário).

Anos depois, com a implantação do projeto de construção do Gasoduto Coari-Manaus, cuja abrangência previa inicialmente o impacto na área da comunidade, foi concebida, como parte das ações compensatórias, uma obra de melhoria e ampliação da escola, a ser custeada com os recursos financeiros da Petrobras.

A obra possibilitou a construção de novas salas, além da edificação de uma cozinha e dois banheiros, configurando a unidade escolar como conhecida na atualidade (Fig. 35).

Figura 35 - Escola Municipal Prof. Cícero Monteiro



Fonte: Clésio Lima, 2017.

Apesar das melhorias e ampliações realizadas, na atualidade, os trabalhadores da escola ressaltam que já está pequena e não comporta mais a demanda crescente de alunos matriculados anualmente, resultante do crescimento populacional da comunidade de Paricatuba.

A solicitação para construção da nova escola já foi encaminhada à Prefeitura de Iranduba, inclusive já existe um terreno na comunidade destinado a essa utilidade. A requisição já foi feita pelos dois últimos gestores da unidade educacional da vila, contudo, até o momento, não obtiveram nenhuma resposta

positiva dos governantes. Os depoimentos expressam o anseio por essa nova escola.

[...] eu fiz um projeto ano trasado, deixei lá na prefeitura, o pedido de uma nova escola, nós temos um terreno aqui do lado, que é o terreno da escola, para mais sala de aulas, para que tenha biblioteca, para que nós tenhamos sala de reunião para atender os pais, que nós não temos. O espaço é esse que nós temos aqui [...] se vier todo mundo não cabe, aí fica assim, não consegue adentrar a escola, por justamente não ter espaço, e precisamos disso! [...] precisamos de uma sala de informática para essas crianças começarem... (ex-diretor da escola).

Outra escola, uma escola maior que essas crianças tivessem espaço [...] até nós já tivemos aqui, fizemos até pedido, porque nós temos um terreno. A minha vontade assim, é que seja construída outra escola, entendeu? Que essa escola dê suporte para essas crianças, para nós mesmo, tu tá vendo aqui ó! Nós não temos secretaria, nós não temos nada, aqui é uma coisa só, sala de professores, já improvisei essa daí, são esse dois ambientes, já colocamos aquela mesa, é a sala dos professores aí, a gente vai fazer reunião, é isso aí ou isso aqui só! Entendeu só! Então minha vontade é ser uma escola mano, que dê suporte para essas crianças com mais salas, com biblioteca, com mais banheiros (atual diretora da escola).

Apesar dos apelos pela melhoria na infraestrutura da unidade escolar, em função do aumento da demanda e da necessidade de uma melhor estrutura na oferta do ensino, os relatos sobre a escola acenam para avanços importantes conquistados pela comunidade, ao longo deste período, a citar alguns: a ampliação no quantitativo do número de vagas, de modo a possibilitar mais acesso à educação; a oferta a jovens/adultos do ensino médio na própria comunidade; e o transporte escolar cedido pela prefeitura para viabilizar o deslocamento de moradores que estudam em outras áreas (Manaus/Iranduba); entre outros.

A satisfação nas conquistas efetivadas fica evidenciada na fala de dois educadores em Paricatuba, que, orgulhosos, ressaltam que, na comunidade, “só não estuda quem não quer, porque tem toda a oportunidade”.

Na Escola Prof. Cícero Monteiro, o sistema educacional funciona nos três turnos: pela manhã, com a oferta da educação infantil, de 1a à 5a série; à

tarde, funciona o ensino fundamental, das 6a à 9a série; e, à noite, com o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e a oferta de ensino médio via mediação tecnológica. Sobre a chegada do ensino médio na vila, uma educadora conta:

No caso do ensino médio, é o projeto né! É o projeto, é para o Estado todo, que é o projeto tecnológico, e ele chegou atendendo também o Iranduba, aí como havia demanda, tanto que logo no início as nossas salas eram superlotadas, eram bem cheias, [...] antes de chegar era o esforço do comunitário de ir em busca de melhoria para ele, da representação da comunidade, até porque a escola da época que eles iam para fora, ela era limitada né! Só tinha até a oitava série, o nono ano não se estendia, mas as pessoas estavam mais esclarecidas e iam em busca e conseguiam o transporte. No caso do ensino médio para cá, como é o caso de hoje em dia, desde 2008 até hoje, é em virtude do projeto. De ensino mediado por tecnologia (depoimento de educadora).

No contexto atual, a escola conta com quadro de 30 servidores públicos (Tabela 3):

Tabela 3 - Funcionários da Escola Municipal Prof. Cícero Monteiro

Funcionários da Escola Municipal Prof. Cícero Monteiro	Quant.
Professores	12
Pedagoga	1
Gestora	1
Secretários	2
Merendeiras	3
Serviços Gerais	7
Vigias	4
Total	30

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017

Apesar dos avanços expressivos sinalizados na escola da vila, desde a sua fundação, as dificuldades para a manutenção e o funcionamento da unidade

ainda são bastante desafiadoras. Os trabalhadores da educação, “dão o jeito” para manter esse equipamento social público em funcionamento.

Depois da última ampliação da escola, muitos outros reparos e melhorias já precisaram ser feitos, custeados pela própria comunidade, por meio de um esforço coletivo entre pais de alunos e educadores, visto que as solicitações de benfeitorias encaminhadas à secretaria municipal não tiveram resposta. Conforme é evidenciado no relato de um entrevistado:

[...] é não dá para parar, se você for esperar, é como eu estou te dizendo, tudo depende, vai as documentações, aí esperar licitação, aí você espera, ó tá com seis meses que nós estamos aqui, porque tudo que foi pedido, nada aconteceu, a não ser 30 lâmpadas, que eu tive que ficar o dia todinha lá e que agora a gente tá precisando, e que eu vou tirar um dinheiro para fazer isso de novo, aí tudo é licitação, licitação, então, a gente tem que fazer a nossa parte aqui, por que senão para, imagina! (depoimento de entrevistado).

Uma das estratégias mobilizadas pela comunidade para viabilizar o atendimento as suas demandas em relação à escola, tem sido a promoção de um “festejo”, utilizando o mecanismo da cooperação para o êxito do evento.

A programação do festejo da escola, já integra o calendário oficial de eventos que acontece na vila todos os anos. A concepção do festejo é feita por meio de um projeto, apresentado e discutido com os pais dos alunos, e nesse planejamento já consta o objetivo, ou seja, a meta que se pretende atingir para a escola, com os recursos financeiros arrecadados com o evento.

A conquista mais recente, viabilizada pelos recursos levantados pela comunidade com os festejos, foi a instalação de grades no entorno da unidade escolar, que era uma demanda sentida por pais, alunos e educadores, em razão de alguns episódios que evidenciaram a condição de insegurança na escola, principalmente no horário noturno.

Sobre o processo de organização e mobilização de toda a comunidade para a realização do evento que tem possibilitado o atendimento das demandas da escola, um ex-gestor relata:

[...] eu reuni a comunidade, [...] e disse da necessidade que a escola tava precisando, a escola à noite, vinha muitos vândalos para cá, os professores estavam com medo de ficarem aqui a noite, então eu disse: o projeto que nós temos é esse. Parece que vai ser um gradil, parece que vai tá todo mundo preso, mais é o momento que a gente tem, pelo menos, para dar segurança aos nossos professores e para os nossos alunos da noite, porque até jogar umas bombinhas, daquelas aqui dentro de sala de aula, a pessoa entrou aqui e jogaram aqui simplesmente, já perfuraram pessoas aqui na frente da escola na época, então eu fiquei com medo, tive que ir lá pedir a segurança, eles vieram aqui uma, duas, e três vezes, depois não vieram mais! Então o único jeito é esse, propus para eles, fiz em ata e eles disseram: tô contigo, quem vai doar o quê, aí todo mundo, vou doar uma caixa de frango, vou doar o bolo, eu vou doar o guaraná, eu vou doar, então tudo através de doação, tudo através de doação, quê mais? Gente, a gente precisa da manutenção dos ar (condicionado), a prefeitura nunca mais deu, então tudo que sobrar desse recurso, a gente dá a manutenção, compra outros objetos para a escola, compramos caixas [...] demos manutenção nas lâmpadas, que é o que a professora estava falando ainda agora, que é o que mais queima, justamente nisso, com esses recursos que nós ganhamos justamente com essa festa (depoimento de professor e ex-gestor da escola).

Vale ressaltar que a comunidade lança mão dessas estratégias para viabilizar melhorias na infraestrutura local e adquirir materiais básicos para promover as atividades escolares, devido à condição de desatenção e falta de apoio/suporte do poder público, que deveria ser o responsável por essas ações.

No ano de 2017, apesar das promessas, a atual gestora destacou a dificuldade no repasse dos recursos financeiros para manutenção da escola por parte da Secretaria de Educação de Iranduba. Sobretudo nos últimos anos, em razão das mudanças do prefeito/secretariado em meio as denúncias de corrupção. Destacando que, enquanto a realidade não se modifica, a comunidade vai se socorrendo “com essa festa que nós vamos fazer, se Deus quiser!”.

No momento da pesquisa de campo, verificamos que as dificuldades da escola perpassavam por questões relacionadas às necessidades básicas para prestação dos serviços educacionais, como: falta de materiais de expediente, material de limpeza e higiene, lâmpadas, entre outros.

Conforme foi indicado nos depoimentos, a Prefeitura de Iranduba tem garantido periodicamente a merenda escolar (nas datas e quantidades necessárias) e, por isso, os educadores dão “graças a Deus”. Porém, outros

recursos necessários, como gás de cozinha, por exemplo, fundamental no preparo da merenda escolar, não chega à comunidade.

Os esforços para alcançar a operacionalidade da escola expressam uma luta diária, uma vez que comunidades/educadores são desafiados cotidianamente a pensar e instituir estratégias que possibilitem o alcance dos meios de que não dispõem, e que são imprescindíveis para viabilizar e manter o acesso à educação.

Outro arranjo que a escola tem instituído para conseguir gerar renda para viabilizar os custos necessários à manutenção desse equipamento social, é a comercialização de dindin⁴¹. Sobre essa estratégia, relata um entrevistado:

[...] hoje nós não temos, na escola, papel higiênico, nós não temos saco de lixo e nem temos pano [limpeza] né! E outras coisas, e o que a gente está fazendo agora? Dindin na escola. E o gás também, porque até o gás, a escola é que banca, nunca foi lá, sempre bancou, a gente agora tá assim, fazendo dindin, aí vende esse dindin, com esse dinheiro a gente compra o gás, que é 12 a 15 dias que dá uma botija né! Aí a gente compra papel, aí dá para o professor um pacote, ele vai dando para o aluno, e saco de lixo.

Na fala dos entrevistados, contata-se que o acesso à educação, concebido no texto constitucional como direito de todos, está longe de ser efetivado em sua plenitude, uma vez que as condições necessárias e determinantes para a viabilização desse acesso com qualidade, não são asseguradas, ainda que minimamente.

Os recursos públicos que deveriam ser destinados à manutenção e ao provimento desses serviços, de modo muito frequente, acabam tendo outra destinação, seja pelos desvios promovidos pela prática da corrupção, ou, ainda, pelo financiamento de outras áreas consideradas mais estratégicas aos interesses do governo; dentre outros motivos.

⁴¹Espécie de picolé de suco de frutas servido em saquinho de plástico comprido e estreito; é sinônimo de sacolé, geladinho, ou chupe-chupe (Disponível em: <<https://duvidas.dicio.com.br/dindin/>>. Acesso em: 15 set. 2017).

A realidade de escassez e carência, no que diz respeito ao provimento desses serviços sociais básicos, aprofunda-se ainda mais, nos contextos comunitários mais isolados e empobrecidos, como na Amazônia, onde, muitas vezes, estão absolutamente à mercê da boa vontade dos gestores públicos e das relações de poder vigentes.

Dessa forma, a comunidade é penalizada na insuficiência de condições e recursos, demandando, assim, a instituição de mecanismos voltados a suprir as carências (materiais, técnicas, financeiras), de modo a possibilitar a continuidade dos trabalhos diários de promover a educação.

Outra demanda evidenciada pela comunidade diz respeito ao acesso aos serviços de internet na escola (pela direção, professores e alunos). De acordo com os comunitários, a Secretaria de Educação do município não fornece esse serviço, dessa forma, a estratégia instituída para viabilizar o acesso a ferramenta de informação e pesquisa, tem sido o de contratar o serviço por iniciativa própria e ratear entre os funcionários os custos, por meio da realização de uma cota mensal.

Vimos, então, gestores e educadores travando uma batalha diária e desafiadora para gestar e organizar o sistema educacional e mantê-lo em funcionamento, da mesma forma como tentam cumprir as exigências do projeto educacional no plano nacional, estabelecido pelo Ministério de Educação (MEC) e cobrado no âmbito do município.

A discussão sobre a melhoria da qualidade da educação, que pressupõe planejamento e debates sobre a reformulação de diretrizes curriculares, formação continuada do corpo docente, e outros, não foi citado por nenhum interlocutor na pesquisa. As dificuldades existentes constituíram os principais conteúdos nas conversas, o que penaliza e compromete a formação e a qualidade do capital intelectual do local.

Dentre os equipamentos sociais direcionados a área da saúde, tem-se a Biblioteca Comunitária Carlos Alberto de Moraes Ramos, que foi fruto de um projeto de parceria desenvolvido com a comunidade pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (Ciesa), uma instituição de ensino superior privado de Manaus, no ano de 2016 (Figs. 36 e 37).

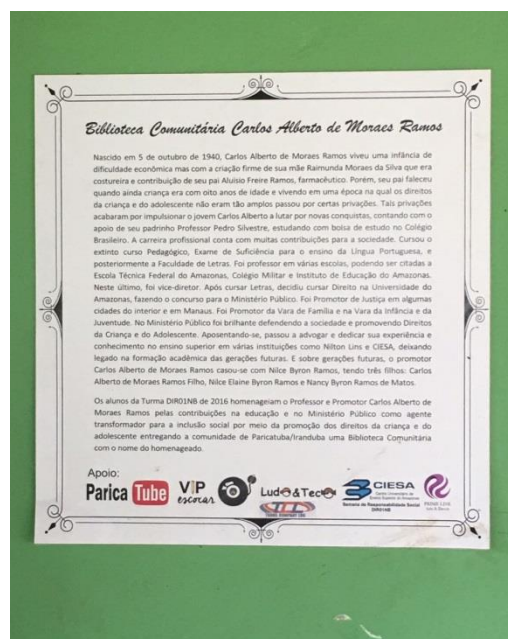
Biblioteca Comunitária Carlos Alberto de Moraes Ramos

Figure 36



Fonte: Célia Carvalho, 2016.

Figure 37



Fonte: Célia Carvalho, 2016.

O processo de aquisição da Biblioteca Comunitária foi narrado por um professor e ex-gestor da Escola Prof. Cícero Monteiro, que participou de modo indireto do momento da conquista do equipamento social destinado à comunidade.

Quanto à biblioteca que fizeram, eu não lembro mais qual foi a professora que veio aqui de uma faculdade, que ela queria fazer essa biblioteca aqui na escola. [...] Eu estava terminando a [minha] gestão e ela veio com essa proposta [...] eu disse: olha professora, a senhora tem que conversar, eu estou terminando a gestão [...] se a senhora quiser [pode] continuar o trabalho, apresentei ela para o presidente da comunidade. Na época ele estava entrando também, tava com bons interesses, tava todo mundo legal, e ela até inaugurou, ano passado ainda, a biblioteca, se não me engano [...] deve ter a data lá, e depois ela percebeu que, ela tinha deixado a chave com ele, com o presidente da comunidade, que era para ele deixar aberto a biblioteca, porque era para justamente a gente, os alunos chegar lá e consultar, porque foi a parceria escola com o centro social [...] depois daí, não sei como que ficou a questão da biblioteca, segundo soube, ele não deixou mais ninguém abrir, eu não sei nem se tem mais livro lá, só tem uma placa lá na frente (depoimento de professor e ex-gestor da escola).

Embora seja um equipamento coletivo que deveria servir a toda a comunidade e, de modo especial, dar suporte no processo de ensino e aprendizagem dos alunos na vila, nunca foi utilizado, uma vez que o espaço fica permanentemente fechado e inacessível. Na atualidade, a estrutura da biblioteca está sob a responsabilidade e os cuidados do presidente da comunidade, e os gestores da escola afirmam não ter acesso ao local, nem tampouco os demais comunitários.

De acordo com os gestores da escola, a biblioteca constitui-se como um equipamento social necessário e importante à comunidade. E que o ideal seria integrá-la ao espaço físico da escola, contudo, o prédio atual não dispõe de tal estrutura.

[...] nós não temos espaço, [...] eu expliquei para a pessoa, infelizmente eu não ia aceitar porque não tenho espaço né! Quê que adianta eu pegar os livros e deixar num corredor desse, porque só temos aí o corredor, para pegar sol e chuva também não ia fazer isso né! Até crime isso, então às vezes eu digo que não, porque realmente não temos salas, a única sala que eles (os livros) estão lá agora, é uma sala que eu tive que retirar os alunos porque tem problema de morcego (depoimento da gestora da escola).

A Biblioteca Comunitária do vilarejo está no campo dos conflitos e das correlações de poder que permeiam e envolvem o cotidiano das relações na comunidade. E expressa, em certa medida, a conjuntura política atual vivenciada, que é marcada pela falta de articulação e diálogo, especialmente entre as lideranças formais (presidente da comunidade) e informais (moradores mais antigos, gestores da escola e UBS, dentre outros).

O cenário político vivenciado em Paricatuba perpassa, necessariamente, pela compreensão do perfil do presidente da comunidade. Conforme os relatos e a análise das relações entre as lideranças formais e informais, o atual líder (presidente da comunidade) expressa uma postura centralizadora, rígida, não carismática e realiza deliberações sem consultar os moradores. Denotando, em certa medida, dificuldades de dialogar, articular apoio/parceria ou de estabelecer uma coalizão de interesses entre os diferentes grupos e indivíduos na comunidade.

Com isso, mantém-se uma relação política conflituosa e polarizada, resultando na desmobilização do tecido social na comunidade, porque gera interesses divergentes, no que tange ao bem comum e alcance a bens e serviços sociais.

Apesar dos conflitos e das diferenças vigentes, os comunitários denotam a percepção sobre a importância de buscar a união como condição necessária e determinante para o fortalecimento de suas lutas para a conquista de direitos sociais. Como ressalta um educador:

[...] eu acredito numa escola ainda diferenciada, quando o poder público quiser também nos ajudar, quando também toda a comunidade se unir e tiver um pensamento só. Poxa, tô contigo e querer [...].

Embora tendo clareza dos desafios impostos para a manutenção da escola, os comunitários/educadores demonstram crença e esperança no futuro da educação, contudo, entendem que essa possibilidade somente será concreta, se houver a aliança que conjugue a responsabilidade entre comunidade e prefeitura.

Mediante o exposto, é possível caracterizar alguns elementos elucidativos da atual realidade de acesso à educação pelos comunitários de Paricatuba, expresso no quadro síntese apresentado abaixo.

Figura 38 Conquistas, dificuldades e potencialidades vividas na área da educação

CONQUISTAS	• Ampliação dos números de vagas na escola. • Oferta de ensino médio. • Transporte escolar, ofertado pelo município.
ENTRAVES	• Ausência de Biblioteca. • Limitação da infraestrutura existente, demanda de ampliação do prédio (construção de novas salas de aula, sala de reunião e outros). • Falta de recursos materiais para funcionamento adequado da escola (material de expediente, limpezas, higiene e outros). • Acesso a internet/computadores.
POTENCIALIDADES	• Formulação e prática de estratégias e mecanismos para superação de dificuldades, como: realização das festas, venda de produto (din din), cota para acessar a internet.

Fonte: Elane Silva, 2017.

3.2.2 A saúde agora é direito, mas o acesso continua restrito

[...] tudo começa por aqui
(depoimento trabalhadora da saúde)

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Art. 196 da Constituição Federal de 1988).

O acesso às políticas de saúde na Vila de Paricatuba é efetivado por intermédio da Unidade Básica de Saúde (UBS) Antônio Alves de Lima (Fig. 39), que compõe a rede da Atenção Básica de Saúde⁴² da Secretaria Municipal de Saúde de Iranduba. O posto está localizado na Vila de Paricatuba, mas abrange outras seis comunidades da zona rural próximas: Cachoeira do Castanho, Novo Israel, Bom Jesus, Fé em Deus, Lago do Mudo e Nova Esperança.

Figura 39 Unidade Básica de Saúde Antônio Alves de Lima



Fonte: Célia Carvalho, 2016.

⁴² “A atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. É desenvolvida por meio do exercício de práticas de cuidado e gestão, democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios definidos, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações” (BRASIL, 2012, p.19).

A UBS, em Paricatuba, cumpre as funções de atenção primária no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e segue os preceitos da universalidade, integralidade e gratuidade. Conforme a Política Nacional de Atenção Básica (2012, p. 9),

As Unidades Básicas de Saúde – instaladas perto de onde as pessoas moram, trabalham, estudam e vivem – desempenham um papel central na garantia à população de acesso a uma atenção à saúde de qualidade.

Em Paricatuba, diferente das inúmeras comunidades rurais da Amazônia, a UBS é composta por uma equipe de saúde coordenada, interinamente, por uma profissional que gerencia um grupo de Estratégia de Saúde da Família (ESF):

Tabela 4 - Funcionários da UBS Antônio Alves de Lima

Funcionários da UBS Antônio Alves de Lima	Quant.
Enfermeira	1
Médico clínico geral	1
Auxiliar de saúde bucal	1
Agentes comunitários de saúde	7
Auxiliar de enfermagem	1
Agente de endemias (microscopista ⁴³)	1
Agente administrativo	1
Operacional de saúde	1
Serviços Gerais	4
Vigias	4
Total	22

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

A UBS (Fig. 40) funciona nos horários matutino e vespertino, de segunda a sexta-feira, faz atendimento no posto e em domicílio, aos pacientes acamados,

e, quando necessário, percorrem a comunidade, como acontece no período da vacinação, quando não atingem a meta estabelecida, visitam as casas, a fim de garantir a cobertura na vacinação da população local.

A quantidade de comunidades atendidas pelo posto de saúde de Paricatuba, o tamanho da equipe e a distância das localidades vizinhas onde o serviço deve chegar, já indicam o enorme desafio e os obstáculos a serem vencidos para que se efetive a garantia do direito à saúde pelas populações da zona rural em Iranduba.

O posto de saúde da vila, atualmente, atende aos diferentes programas de saúde de responsabilidade da atenção primária e, dessa forma, abrange, de modo concomitante, os distintos segmentos sociais e faixas etárias, isto é, o pré-natal, crianças, adultos e a população idosa.

Figura 40 Unidade Básica de Saúde Antonio Alves de Lima



Fonte: Armando Júnior, 2017.

No ano de 2017, os principais programas de saúde planejados e executados na UBS de Paricatuba foram: Acompanhamento da população com hipertensão (Hiperdia); diabetes; tuberculose; hanseníase; pré-natal para gestantes; nascidos vivos e óbitos; saúde mental; Planejamento Familiar (Plafam); crescimento e desenvolvimento das crianças; obesidade e vacinas.

Oferece também consultas médicas, atendimentos de enfermagem e odontológico⁴³.

Ainda recebe o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf)⁴⁴ da Prefeitura de Iranduba. O município conta com três equipes, duas urbanas e uma rural, que deveria realizar visita à comunidade toda sexta-feira, no entanto, em razão da distância entre as comunidades, o Nasf desenvolve suas atividades na vila, apenas de 15 em 15 dias.

O posto de saúde desenvolve também o Programa Saúde na Escola (PSE), em que a equipe da UBS realiza palestras educativas com temáticas diversas relacionadas à área de saúde, duas vezes no mês, destinadas aos alunos das escolas que estão no território de abrangência e responsabilidade da UBS Antônio Alves de Lima.

De acordo com o quadro de informações produzido pelos funcionários do Posto de Saúde, de janeiro a maio do ano de 2017, a UBS atendeu a 619 famílias e 2.133 pessoas, por meio da oferta de diferentes serviços de saúde ofertados pela atenção básica. O somatório considera os atendimentos realizados nas sete comunidades que estão na área de influência do Posto de Saúde.

A UBS Antônio Alves Lima faz parte das 21 equipes de ESF de Iranduba. Na sede do município de Iranduba está localizado o único hospital do sistema público de saúde municipal, e também uma) UBS que, segundo relatos, atua de modo semelhante com uma policlínica. A cidade não dispõe de maternidade, pronto atendimento e policlínica.

De acordo com alguns informantes, o posto de saúde da comunidade se constitui como uma porta de entrada para o encaminhamento de diversas

⁴³ Tais informações foram retiradas do quadro de acompanhamento dos programas existentes e desenvolvidos na UBS Antônio Alves de Lima, em Paricatuba.

⁴⁴ Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) foram criados com o objetivo de ampliar a abrangência e o escopo das ações da atenção básica, bem como sua resolubilidade. São constituídos por equipes compostas por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, que devem atuar de maneira integrada e apoiando os profissionais das equipes de Saúde da Família, das equipes de atenção básica para populações específicas (Consultórios na Rua, equipes Ribeirinhas e Fluviais etc.) e Academia da Saúde, compartilhando as práticas e saberes em saúde nos territórios sob responsabilidade dessas equipes, atuando diretamente no apoio matricial às equipes da(s) unidade(s) na(s) qual(is) o Nasf está vinculado e no território dessas equipes (BRASIL, 2012, p. 69).

problemáticas, demandas e necessidades sentidas pela população de Paricatuba. Tal afirmação ganha maior sentido na fala de um funcionário da unidade básica, ao ressaltar que:

[...] o bolsa família começa pelas agentes de saúde [...] aqui tenho que ver pessoas que moram em área de risco, que é da Vigilância Sanitária, eu tenho que ver e comunicar a Vigilância. [...] tenho que ver as crianças para o Conselho Tutelar. Tudo, tudo chega na UBS, tudo é para a UBS resolver, tudo! Aí, daqui eu mando para o serviço social do Nasf, aí ela não consegue, já vai para outra instância e assim vai. Mas tudo começa por aqui.

Assim, observamos a importante função do posto de saúde como um dos instrumentos centrais de funcionamento da vila, que proporciona, ou tenta proporcionar, não apenas a política de saúde preventiva que constitui função da UBS, mais se posiciona como primeira instância de resolução e encaminhamentos para as diferentes situações sociais e econômicas que afligem o núcleo comunitário.

A Saúde, tomada em uma perspectiva mais ampla, não pode ser pensada, nem trabalhada, de forma dissociada das outras dimensões, especialmente das realidades social, econômica e cultural. É nesse esforço, até pela escassez de outros aparelhos públicos que auxiliem no processo de encaminhamentos/enfrentamento das problemáticas sociais locais, que os profissionais, na medida do possível, buscam atuar.

O Programa Bolsa Família⁴⁵ na vila tem vínculo direto com a UBS, porque são os agentes de Saúde, por meio das visitas domiciliares, que identificam se o grupo familiar contempla os critérios necessários para inserção no programa, e fazem as primeiras intervenções a fim de viabilizar a concessão do benefício.

Em relação aos processos encaminhados para efetivação no programa de transferência de renda, segundo relato de um trabalhador da Saúde, acontecem da seguinte maneira:

⁴⁵O Programa Bolsa Família foi criado pelo Governo Federal, em 2003, por meio da Medida Provisória 132, posteriormente convertida na Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004. É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que visa a melhorar as condições de vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza do Brasil.

O Bolsa Família ele é contínuo né! Então, é assim, o bolsa família começa pelas agentes de Saúde, chegou uma família aqui, elas vão na casa, passou 3 meses, elas cadastram aquela pessoa que sabem que vai ficar por aqui, recebe algum benefício? Não. Ela tá dentro das condições de receber? Tá. Então ela vai pegar aquela pessoa, vai colocar numa planilha, com cartão SUS, com todos os dados, o número de pessoas que mora naquela casa, e vai enviar para a enfermeira, para a enfermeira enviar para a coordenadora do Bolsa Família. Ela vai cadastrar ela e vai mandar ela ir lá no Cras⁴⁶, aí quando vir a vigência do Bolsa Família, vem como o nome de todas as pessoas que são cadastradas no Bolsa Família para cá, o que quê eles querem? Saber se aquela criança está com cartão de vacina em dias, saber se eles estão vindo para consulta, saber se as grávidas estão com o pré-natal em dias, com vacinas em dias, é isso que eles querem saber de mim, é isso que eu tenho que controlar.

Observa-se que, depois do encaminhamento da UBS ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras), que realiza os procedimentos do Cadastro Único (CadÚnico) e de inclusão da família no programa, em seguida, volta para o posto de saúde acompanhar as questões pertinentes às condicionalidades impostas pelo Bolsa Família, que ficam a cargo das unidades de saúde.

Vale ressaltar que, no momento das entrevistas abertas realizadas com os informantes, na UBS e escola, foi destacado que muitas famílias na comunidade eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Porém, no levantamento por amostragem com os grupos familiares, a informação não foi confirmada, e somente um percentual bastante reduzido dos pesquisados informou receber o benefício.

No que concerne à inconsistência em relação a essa informação, vale ressaltar que, muitas vezes, os informantes se sentem desconfortáveis em repassar dados referentes ao cotidiano da família, em especial, aquelas

⁴⁶ “O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. A partir do adequado conhecimento do território, o Cras promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, se tornando uma referência para a população local e para os serviços setoriais” (Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>>. Acesso em: 15 jun. 2017).

relacionadas aos seus ganhos (renda), sentindo-se inseguros sobre as possíveis implicações no repasse dessas informações.

Contudo, se levarmos em consideração os registros dos profissionais de saúde da UBS no levantamento e acompanhamento periódico desses grupos na comunidade, é possível inferir que grande parcela das famílias de Paricatuba é beneficiária do programa.

O seguro-desemprego, benefício pago ao pescador artesanal, denominado de Seguro Defeso⁴⁷, a que tem direito os trabalhadores da pesca, na comunidade, também é um provento social intermediado, a princípio, pela UBS, que verifica os critérios de concessão do seguro e realiza as devidas orientações até a chegada do pescador no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) para assegurar o direito.

Conforme os relatos de alguns profissionais de saúde, e observação *in loco*, verificamos que a UBS concentra atividades e funções de responsabilidade de outros profissionais e instituições governamentais, pois recebe todos os tipos de demanda e os trabalhadores da saúde fazem as intervenções na tentativa de encaminhar a problemática para a rede de atendimento da Assistência Social, Saúde, Previdência, moradia, assessoria jurídica e demais serviços existentes no município de Iranduba.

Dentre as estratégias instituídas, destacamos a rede de contatos montadas pelos próprios funcionários. A articulação da rede de relações com profissionais que têm influência no município do Iranduba é determinante para o sucesso ou fracasso dos encaminhamentos realizados pelos trabalhadores da UBS à prefeitura, porque as demandas emergentes, na maioria das vezes, solicitam a constituição de parceria e articulação com as diversas secretarias e instituições.

⁴⁷“Seguro-Defeso”, o seguro-desemprego do pescador artesanal (SDPA) é uma **assistência financeira temporária** concedida aos pescadores profissionais artesanais que, durante o período de defeso, são obrigados a paralisar a sua atividade para preservação da espécie. Para ter direito o trabalhador deve comprovar que exerce a pesca de maneira ininterrupta, seja sozinho ou em regime de economia familiar” (Disponível em: <<https://portal.inss.gov.br/informacoes/seguro-desemprego-do-pescador-artesanal/>>. Acesso em: 15 out. 2017).

Esse fato é evidenciado na fala de um informante da área da Saúde:

Se morrer uma pessoa aqui, eu tenho que acionar um médico, me acordam a hora que for, eu tenho que acionar um médico para dar o documento de óbito, se eu não tiver médico aqui, vai para o hospital, mas o médico do hospital não dá o documento de óbito. Aí eu tenho que ir com a coordenadora da epidemiologia para ela arrumar um médico para ele segurar e dá um documento de óbito. Aí tem que acionar a Secretaria de Ação Social para ir atrás de caixão, se a família for muito carente [...]

Segundo a trabalhadora, as equipes de ESF que mais têm dificuldades para administrar os recursos e desenvolver suas atividades são da zona rural do município, porque, além de suas funções de atenção básica, absorvem as diversas demandas que a comunidade apresenta.

O Posto de Saúde cumpre, ainda, às vezes e/ou quando possível, a função de primeiros socorros para as emergências que acontecem na comunidade, encaminhando o caso, em seguida, ao Hospital Geral de Iranduba, e, de acordo com a gravidade, solicita ambulância da unidade hospitalar, uma vez que a UBS não possui esse equipamento. Segundo relato, o posto de saúde já teve ambulância, entretanto, foi encaminhada para a sede do município para a realização de um conserto e não mais retornou.

O SUS, que foi pensado e planejado para atuar nas três esferas de complexidades - baixa, média e alta⁴⁸ -, na oferta de serviços de Saúde, por vezes, sobretudo, nas comunidades mais carentes e isoladas, a exemplo da Comunidade de Paricatuba, é obrigado a absorver e executar em uma única instância todos os níveis de atenção.

⁴⁸ A Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), do Ministério da Saúde (MS), define média e alta complexidades em saúde conforme segue. “A média complexidade ambulatorial é composta por ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para o apoio diagnóstico e tratamento”. No mesmo material de apoio, encontramos a seguinte definição de alta complexidade, “Conjunto de procedimentos que, no contexto do SUS, envolve alta tecnologia e alto custo, objetivando propiciar à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde (atenção básica e de média complexidade)” (BRASIL, 2011, p. 12-13).

Dentre as principais demandas identificadas pelos funcionários da área da saúde destaca-se a necessidade de aparelhamento básico, a citar, dentre outros, a necessidade premente de uma ambulância para melhor atendimento dos comunitários. Como ressalta um informante:

Bem como eu te falei, o necessário é uma ambulância, porque às vezes chega a pessoa aqui passando mal, né, com corte, quando o médico não tá, ou a enfermeira, não é da alçada dela mesmo, mas tem coisa que ela faz ainda aqui né! Precisa remover para o Iranduba, ou liga para lá para vir a ambulância, ou ver que tem carro. Mas tinha ambulância. Só que como eu te falei, levaram para o Iranduba, e para lá ficou, não deram mais nenhum retorno para nós, por que levaram, porque deixaram de levar ou se vinha outra. Então, o necessário seria para nós, seria outra. Embarcação (para remoção via fluvial) nunca tivemos, não temos nada, é como que tô te falando, aqui ou sai, a pessoa dá o jeito, ou liga para o Iranduba e a ambulância vem. Simplesmente isso.

A desarticulação e a inexistência de algumas unidades de saúde no município tornam mais desafiador ainda o trabalho da atenção primária na localidade. As ações com as grávidas para realização de pré-natal e o parto foram indicadas como uma das preocupações dos profissionais que atuam na UBS.

A apreensão ocorre em decorrência de uma série de dificuldades vivenciadas no cotidiano dos atendimentos, como, por exemplo: a demora no retorno dos exames, o que compromete a qualidade do acompanhamento do pré-natal, sobretudo nos casos de maior complexidade, como gestação de alto risco, e outros. Comumente, os partos são realizados no hospital de Iranduba, em razão da falta de recursos financeiro e logístico para encaminhamento às maternidades de Manaus. Conforme observa um entrevistado,

[...] meu maior problema aqui são com as grávidas, eu tenho grávida que tem o bebê e não me traz nenhum exame. Aí, o que me salva é o teste rápido, que a coordenação de DSTs me dá. Mês passado ou foi em março? A gente pegou uma grávida que ela estava com hepatite B, e ela já estava com quase 8 meses, aí ela chegou aqui para fazer pré-natal com 6 meses, aí, na minha primeira consulta, eu já faço vacina, teste rápido, tudo que dá para fazer aqui a gente já faz, entendeu? Foi nessa hora que deu, a aí a doutora passou todos os exames para ela ir para o Tropical (Hospital em Manaus), aí, como a doutora tinha uma amiga lá, aí agilizou para ela. Agora ela já teve o bebê. Aí sim, a gente não tem maternidade né! Aí foi para o hospital, ela teve o neném no

hospital (de Iranduba), que para ela é mais acessível, aí como não tinha vacina, ela teve o bebê e mandaram para o Instituto da Mulher (Dona Lindu, em Manaus) para tomar vacina para poder amamentar. Iranduba não possui maternidade. Aí ó, o meu entrave aqui! Eu tenho pré-natal de alto risco, mas elas não têm condições de ir na Balbina Mestrinho (maternidade em Manaus), não sabem nem aonde é, aí o que a gente faz? Faz por aqui o que dá! Eu tive uma menina de 17 anos que teve gêmeos, aí a gente vivia o tempo todo com medo, né! [...].

A fala do informante é reveladora, no sentido de denunciar a realidade de desamparo que vivenciam. A carência de um melhor aparelhamento na estrutura de atendimento à saúde das comunidades do município, compromete a qualidade e dificulta ainda mais os cuidados na atenção da população local. Demandando aos profissionais de saúde um comprometimento e um sobre-esforço diário, no sentido de contornar e buscar meios e estratégias para a superação dessas carências, o que denota, uma constante reinvenção do cotidiano.

A UBS Antônio Alves de Lima, centrada no modelo de atenção básica, não preconiza o funcionamento nos fins de semana, o que impossibilita o atendimento nesses dias, desse modo, caso os comunitários e/ou visitantes tenham algum problema de saúde, devem, obrigatoriamente, recorrer ao hospital de Iranduba ou a Manaus, em busca de socorro. Tal realidade gera, muitas vezes, reclamações e insatisfações entre as pessoas, visto que, em situação de emergência, não compreendem a não disponibilidade dos serviços, como explicou uma trabalhadora da saúde:

O ruim é o final de semana, que tem pessoas que vêm final de semana, acontece acidente na praia, principalmente quando tem praia, e eles vêm procurar o posto e não tá aberto, ele tá fechado, e eles reclamam. Inclusive teve uma reunião aí no Centro Social, e um morador de final de semana, disse que não me conhecia, não conhecia os agentes de saúde, mas porque ele só vem final de semana! Tem gente que mora aqui, que só vem no feriado e final de semana!

Vale ressaltar que, nessas situações, os comunitários acionam as suas estratégias de ajuda mútua, sendo bastante comum, recorrerem aos vizinhos/compadres que disponham de veículos/transporte, a fim de auxiliá-los

em sua necessidade, utilizando-se dos laços de apoio, parceria e amizade estabelecidos e construídos no cotidiano da vida em comunidade.

Outra estratégia acionada, entre aqueles que dispõem de algum recurso, é pagar a algum conhecido para que faça frete até o hospital na cidade de Iranduba ou Manaus. Muitas vezes, o “pagar” envolve contribuir com as despesas e o gasto de combustível, para compensar a ajuda empreendida.

A comunidade não tem acesso ao 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), que deve ser utilizado em situações de emergência e urgência. Os moradores não sabem informar porque não têm acesso a esse serviço, mas acreditam que seja em razão da distância do vilarejo.

A realização do estudo tornou possível observar que os agentes de saúde têm papel fundamental na área, que vai além dos serviços de atenção à saúde, auxiliando também na produção e no levantamento de informações sobre as comunidades e localidades atendidas, com o fomento de dados demográficos, com o cadastro e o perfil socioeconômico e de saúde das famílias atendidas (por domicílio e pela UBS).

Identificamos que os agentes de saúde da UBS buscam, de fato, a integração da equipe com os comunitários da vila, uma vez que, ao conversarmos com alguns desses profissionais, eles informam com exatidão o nome dos moradores do local e garantem que os habitantes reconhecem o trabalho e sabem quais são os agentes de saúde de sua área de abrangência.

Perguntamos a uma agente de saúde sobre sua função na UBS e ela esclareceu:

O meu trabalho é informar, informar lá fora o paciente, o que tem na Unidade Básica de Saúde, por um acaso que tem médico, tem um dentista, que tem enfermeira. O quê que o médico faz! O quê que o dentista faz! O quê que a enfermeira faz! Qual o trabalho da enfermeira! É convidar as mulheres para vir fazer o pré-natal, fazer a prevenção de área da mulher né? Fazer o preventivo, fazer pré-natal, se já tomou a injeção, se pegou camisinha, e faço também malária. Por exemplo, se hoje eu saio na minha área e tem alguém lá com febre, que eu vejo que é sintoma de malária, eu já tenho o meu material, eu já coeto o sangue, eu trago para moça ler aqui... já faço um pré-atendimento com a coleta do sangue, aí eu trago para a moça [...] nós temos também a microscopista [...], aí, se der (a doença), eu venho no posto, ela diz: “Olha, tá aqui o remédio, deu malária”, eu levo lá para o meu paciente. Olha, deu malária, tá aqui o remédio, aí eu vou fazer o bloqueio, perto,

aos vizinhos, né? Fazer o bloqueio que é coletar o sangue de todos os vizinhos dele para verificar se não tá com a malária. Esse é o meu trabalho, informar, o meu trabalho é informar.

Entretanto, observamos que os agentes de saúde em Paricatuba, em virtude das visitas domiciliares, têm acesso para além das questões direcionadas aos cuidados da saúde; as condições e situações de vida dos moradores, conhecendo e acolhendo as demandas diversas dos habitantes da comunidade.

Em Paricatuba, é demandada, aos agentes de saúde, a necessidade de buscar informações e conhecimentos sobre os parâmetros e as especificações das políticas sociais, que lhes possibilite identificar critérios, repassar orientações e caminhos de acesso aos benefícios governamentais de direito das famílias.

São os agentes de saúde, no acompanhamento permanente aos moradores, que levam ao posto de saúde as informações e as distintas necessidades dos comunitários, auxiliando na orientação, definição das estratégias e tomadas de decisão quanto aos atendimentos e encaminhamentos realizados.

As conjunturas econômica e política, nos níveis global, nacional e local, têm afetado diretamente na conformação das políticas sociais e públicas, no que tange à redução e aos cortes de recursos financeiros destinados às instituições governamentais, promotoras e operadoras de tais políticas. O resultado é expresso na ausência e nas carências dos serviços ofertados, a demandar um esforço, por parte do quadro técnico, na superação e instituição de arranjos estratégicos, a fim de manter os precários serviços em funcionamento.

Se, nos grandes centros do País, encontramos uma situação de extrema gravidade, no que diz respeito à execução e ao acesso às políticas de saúde; nas áreas rurais, as problemáticas se acentuam e se tornam ainda mais complexas, dada a escassez da oferta e dificuldade no acesso a essas.

De modo geral, as populações carentes são as que mais sofrem em razão da forte dependência que mantêm em relação aos serviços públicos, negligenciados em face dos interesses econômicos e das correlações de poder vigentes (desvios, corrupção, outros).

A desatenção e falta de prioridade com que as áreas rurais são tratadas, no âmbito da agenda política do estado, demandam um esforço permanente e incessante de denúncia e luta para a conquista dos recursos necessários à manutenção e concessão de serviços sociais básicos para as populações locais.

Um exemplo foi verificado no relato de uma trabalhadora do sistema público de saúde de Paricatuba, que narrou sua experiência na última Conferência Nacional de Saúde. Mesmo em face da dificuldade de participar de um evento dessa natureza, fez um esforço, por entender a importância do encontro como um espaço de luta, reivindicação e conquistas imprescindível para o andamento e a concretização das políticas de saúde na região.

A profissional de saúde demonstrou certa revolta, ao falar sobre as diferenças regionais e os confrontos e correlações de poder vigentes nessa relação entre Norte e Sul, ao afirmar que lá “*a gente ficava brigando*”, porque os grandes centros “*queriam tudo para eles*”. Assim demarcou sua posição e indignação, na declaração que fez na plenária da Conferência:

[...] gente, vocês ainda não viram o que é uma zona rural em Manaus, que você vai fazer Saúde numa lancha né! Sem colete, eu cansei de ir para Acajatuba sem colete, no temporal, e os agentes de Saúde? horas e horas a pé, nesse sol.

Em sua narrativa, há um alerta sobre as diferenças e desigualdades regionais que precisam ser consideradas. Na Amazônia, as carências são enormes e diversas, expressas em suas dimensões grandiosas, nas dificuldades de deslocamento para acesso às populações que vivem dispersas, no beiradão, às margens dos seus rios e tributários.

As políticas públicas precisam ser pensadas, planejadas e estruturadas segundo as especificidades do modo de vida da região e sua geografia, para que os povos amazônicos consigam ser alcançados por essas ações; possam usufruir dos direitos sociais e exercer, assim, sua cidadania.

Esse desabafo vem da voz de quem conhece a realidade do município e das comunidades rurais amazônicas, de quem tenta levar saúde às populações mais distantes dos grandes centros, de quem luta por acesso a serviços de

saúde, e quem vivencia a escassez de todos os tipos de capital, financeiro, humano, de materiais e equipamentos, em seu local de trabalho.

Sobre as conquistas decorrentes desse movimento de luta, e denúncia sobre a realidade de carência da região, a informante apontou a abertura de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPSi) no município de Iranduba, que credita como resultado da participação nas conferências.

Em seu cotidiano, essas comunidades vivem uma realidade que oscila entre a escassez e a precariedade, na oferta de serviços sociais básicos (saúde, educação, saneamento básico, e outros). No contexto atual, essas políticas públicas não têm contribuído para alterar a realidade de exclusão e os níveis de desigualdade social vigentes entre as regiões do País.

Em Paricatuba, a UBS, com muito esforço, por parte dos trabalhadores, tem buscado instituir mecanismos para manter a operacionalidade dos serviços, mesmo com os insuficientes recursos técnicos, materiais e financeiros disponíveis diariamente.

Um dos exemplos observados, que converge para essa afirmação, diz respeito às estratégias instituídas para garantir o acesso às ferramentas básicas necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos, como é o caso da internet. Como a UBS não dispunha desse serviço, os funcionários o contrataram por meios próprios (cota mensal).

Assim como para os trabalhadores da educação, para quem atua na área da saúde o acesso à internet é fundamental, pois favorece e otimiza o desenvolvimento dos trabalhos na UBS, a citar: a alimentação de planilhas; enviar dados para o município sem precisar se deslocar até a Secretaria de Saúde em Iranduba, o que demandaria maior custo de locomoção e de pessoal; realização do cadastro dos usuários do SUS (cartão SUS), e outros.

Além disso, os funcionários do posto de saúde trabalham com os equipamentos de informática próprios, pois a UBS também não os possui. De acordo com relatos, foi disponibilizado, há algum tempo atrás, um único computador que, por problemas técnicos, não funciona mais. Também não dispõe de impressora, assim, quando necessário, “dão um jeito”, como afirmam,

e até pagam, pois somente assim, mobilizando os próprios recursos, conseguem trabalhar.

São diversos os entraves e as dificuldades relatadas na atenção à saúde das comunidades locais, a citar: falta de medicamentos na farmácia; dificuldade dos meios (carro/embarcação/combustível) para locomoção das equipes para o atendimento às comunidades; a ausência do Nasf, que também não tem realizado seus atendimentos em razão da falta de transporte para levar a equipe de saúde até as localidades.

O agravamento nas condições de funcionamento e manutenção da UBS têm rebatimento na qualidade dos serviços ofertados, o que observamos foi um grande volume de trabalho para os funcionários, que tentam realizá-lo da melhor maneira possível, mas nem sempre de modo efetivo.

Os profissionais de saúde tem a percepção crítica de que as problemáticas e as carências vivenciadas, na escassez dos recursos disponibilizados, são decorrentes do contexto de crise político-econômica ocorrida na atualidade e denunciam a falta de recursos existentes:

[...] material para gente trabalhar! Mas como eu te falei, devido à desorganização lá, de mudança de prefeito, que ainda estão se organizando para lá, que diz que ficam urrando um com o outro, e ainda estão se organizando, por isso que há essa defasagem!

No diálogo com os trabalhadores da saúde, é possível identificar certo sentimento de desamparo e desesperança em relação às respostas do poder público às suas reivindicações.

Os gestores (da saúde e educação) expressam que, comumente, fazem inúmeras solicitações à prefeitura, sem retorno ou resposta. Assim, os funcionários buscam resolver entre eles para que os serviços cheguem à população. Quanto aos administradores municipais das políticas em saúde, fica evidente que não importa o *modus operandi* utilizado pelos trabalhadores, o importante são os números gerados e a produtividade dos serviços, que precisam aparecer.

A motivação em “dar o jeito” para viabilizar os serviços de saúde no local, por certo, deve ser condicionado também pela própria instabilidade dos servidores em seus postos de trabalho, pois não são funcionários concursados do setor público, e sua empregabilidade fica comprometida e ameaçada a cada mudança de gestão na prefeitura do município, assim sendo, precisam demonstrar eficiência na resolutividade e operacionalidade dos serviços da UBS.

Além desse aspecto, muitos desses trabalhadores são também moradores da comunidade, e sofrem diretamente as pressões das demandas postas e requeridas, ao serem cobrados a dar respostas. Neste contexto, é mais difícil de desassociar trabalho e vida, visto que os usuários desses serviços são também os seus vizinhos, amigos, compadres, e até mesmo, em muitos casos, parentes.

E é inegável o empenho desses agentes para que os serviços funcionem adequadamente, na medida do possível, motivados pela convicção de que os moradores da vila/entorno têm direito ao atendimento de qualidade.

E perante esse cenário degradante de escassez e negação de direitos, vivenciado pela população e trabalhadores da área da saúde no estado do Amazonas, no dia 21 de dezembro de 2017, o ex-governador do estado, José Mello, já cassado de seu cargo, foi preso pela Operação Estado de Emergência da Polícia Federal, sob suspeita de desvio de verbas públicas e fraudes em contratos envolvendo a área da saúde⁴⁹. E ainda como parte da ação da polícia federal, foram detidos mais dois ex-secretários de saúde do estado do Amazonas, todos envolvidos em crimes relacionados a essa pasta.

A área da saúde, no Amazonas, passa, assim, por um período de calamidade pública, mas não por falta de verbas, e sim pelos desvios dos recursos financeiros que deveriam ser destinados ao conjunto de institutos que dão materialidade e fazem funcionar o SUS, no estado.

Com isso, a situação de intensos entraves vivenciada pela população e pelos servidores da saúde, em Paricatuba, reproduz a conjuntura estadual, e surge como um fio, na tessitura das imensas consequências que envolvem a

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/12/21/ex-governador-do-amazonas-e-presos-na-operacao-estado-de-emergencia/>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

saúde pública atualmente (mortes em virtude de falta de atendimento, ausência de leitos nos hospitais, etc.), e tudo isso se firma em razão da falta de comprometimento e seriedade na gestão dos recursos públicos; corrupção; e dos desfalques na saúde do estado, realidade que não se mostra diferente no âmbito nacional.

Assim, a análise empreendida, que se deu em um contexto econômico, social e político particular, identificou a centralidade que a UBS representa para a comunidade, exercendo um papel de destaque como local catalizador e difusor no contexto de organização da comunidade, das demandas e necessidades requeridas, auxiliando na mediação entre o poder público e os cidadãos no alcance de seus direitos sociais (Fig. 41).

Figura 41 Conquistas, dificuldades e potencialidades vividas na área da saúde

CONQUISTAS	• Reforma para ampliação do posto.
ENTRAVES	• Ausência de uma ambulância. • Ausência de atendimento do NASF. • Falta de medicação na farmácia. • Ausência de uma maternidadeno Iranduba. • Falta de combustível para locomoção da equipe.
POTENCIALIDADES	• Formulação e prática de estratégias e mecanismos para superação de dificuldades, como: cota para acessar a internet; uso da rede de influência no município para atender as demandas da comunidade; uso de recursos próprios (equipamentos). • Muitos funcionários são moradores da própria comunidade o que favorece um maior conhecimento/diagnóstico sobre a realidade da saúde na comunidade, suas demandas e necessidades, bem como, um maior envolvimento.

Fonte: Elane Silva, 2017.

Não importa que doa: é tempo de avançar de mão dada com quem vai no mesmo rumo, mesmo que longe ainda esteja de aprender a conjugar o verbo amar.
É tempo, sobretudo de deixar de ser apenas a solitária vanguarda de nós mesmo. Se trata de ir ao encontro. (Dura no peito, arde a límpida verdade dos nossos erros.) Se trará de abrir o rumo.
Os que virão, serão povo e saber serão, lutando.

Thiago de Mello

Capítulo IV

RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Reinvenção do cotidiano: Estratégias de Acesso à Educação e Saúde

A Amazônia sofre todas as influências das deliberações econômicas e políticas do grande capital, na esfera nacional, por isso, confere também às suas populações urbanas e rurais a cidadania regida pela Constituição Federal de 1988, que estabelece direitos sociais e os estende a todos os brasileiros indistintamente.

Os direitos sociais concedidos na legislação do País devem responder às expressões da questão social dos grupos rurais amazônicos e incluí-los no sistema de proteção social nacional, bem como favorecer o acesso a bens e serviços sociais ofertados pelo estado brasileiro.

O Brasil estabelece, na Constituição de 1988, no Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, considerando enquanto direito de todo cidadão e dever indubitável do Estado.

As populações das zonas rurais no País, comumente, sofrem com situações de escassez, precarização e, por vezes, até inexistência dos serviços

sociais essenciais, ocasionando o aumento da vulnerabilidade e os riscos sociais desses grupos. Conforme abordagem de Kaychakje (2008, p. 38):

Quando a rede de serviços e equipamentos sociais é insuficiente ou ineficiente, ou quando existe dificuldade de acesso a ela por parte da população, a rede se torna um dos fatores geradores ou que agravam a vulnerabilidade e os riscos sociais.

Já Iamamoto (2009, p. 91) adverte que os serviços sociais são gerados enquanto expressão concreta dos direitos sociais de todo cidadão, e devem suprir a necessidade dos sujeitos que não têm acesso ao padrão médio de vida da cidadania.

A história atual das políticas sociais brasileiras configura-se em face do padrão de gestão pública capitalista, ao molde imperialista, baseado em políticas sociais que se configuram a partir da política econômica de ajuste fiscal neoliberal. Behring (2011, p. 184) enfatiza que “[...] Essa escolha da política econômica, conjugada àquele perfil da política social, teve impactos deletérios na sociedade brasileira, radicalizando e dramatizando as expressões objetivas da questão social”.

As políticas neoliberais, que preconizam a primazia da privatização, focalização e descentralização, têm como um dos seus postulados a passagem gradativa da responsabilização da questão social do Estado para as mãos da sociedade civil organizada⁵⁰.

Assim, a experiência da comunidade analisada revela um contexto de extrema dificuldade, no tocante à operacionalidade dos serviços de saúde e educação, por parte dos moradores/trabalhadores, em face da crise política e econômica estabelecida nas diferentes esferas governamentais, conforme já citado.

O modelo de gestão da saúde e educação, organizado e fundado pelos trabalhadores/comunitários na vila de Paricatuba, demonstra a fuga dos padrões convencionais, sobretudo das escolas e do posto de saúde, nos grandes centros

⁵⁰ Ver BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 2011.

urbanos. Há uma organização dos serviços sociais locais que alia os mecanismos e as estratégias comunitárias, e que passa ao largo da gestão governamental.

Nas áreas de saúde e educação, podemos precisar que as estratégias de superação das dificuldades cotidianas, já expostas no capítulo anterior, são instituídas a partir das práticas socioculturais de ajuda mútua e cooperação, instauradas pelos laços de parentesco e vizinhança entre os comunitários, considerados como referências do modo de vida rural.

O contexto apresentado na vila de Paricatuba caracteriza o que Diegues (2001) analisa sobre o modo de vida rural/tradicional, ao explicar que os enredos que envolvem as interligações entre os processos produtivos e os distintos âmbitos da vida comunitária pautam-se em relações de parentesco e compadrio e não de exploração da força de trabalho, mas de práticas solidárias de reciprocidade, orientadas pelas representações que desenvolvem da natureza e sob as bases de suas heranças culturais cercadas por ritos e símbolos.

Portanto, as práticas de ajuda mútua/cooperação observadas em Paricatuba, pressupõem ações desenvolvidas em comunidades rurais, que possuem aspectos específicos de gestão comunitária, e, de acordo com Chaves (2001, p. 82), podem ser entendidas como “[...] uma ordenação das ações num processo participativo”. Desse modo, o encontro de distintas capacidades de ações, papéis sociais, de cada agente comunitário, forma o elenco necessário para concretizar o objetivo da gestão.

Ainda segundo Chaves (2001), a relação comunitária perpassa diversos obstáculos que representam desafios a serem transpostos no processo de gestão, como a incompatibilidade do ritmo interno da comunidade com o contexto externo; a mudança de ritmo (ainda que lento) em decorrência de situações que necessitam de intensidade e presteza; a habilidade em adaptar-se a situações de antagonismos nas posturas dos integrantes do grupo; e as divergências quanto às relações de poder na comunidade.

Seguindo a abordagem da autora, os relatos dos interlocutores, em Paricatuba, assinalam algumas dificuldades que são inerentes ao processo de articulação e desenvolvimentos das ações coletivas no local. No que pese a

problemática da participação e envolvimento dos comunitários na dinâmica da comunidade, o ex-diretor da escola afirmou:

[...] sempre fui naquela mesma visão que meu pai me falava, o melhor trabalho filho, sempre é coletivo, melhor trabalho, sempre é junto com o povo, não adianta se você quiser fazer as coisas sozinho nunca vai dá certo, nunca dá certo. Então eu comecei chamar aquilo que a gente antigamente já tínhamos perdido, a comunidade, hoje a gente ainda tem aqueles pais que não querem colaboração, não colaboram, mais tem, eu acho mais de 50% de pessoas que colaboram sim com a escola.

Então, para Chaves (2001), será a partir da dinâmica de dissensos e consensos que se consolida o processo de gestão comunitária, e possibilita a criação de alternativas para a melhoria de vida do grupo social.

Em Paricatuba, é notório que os métodos para funcionamento dos equipamentos sociais utilizados pelos comunitários fogem da rigidez das políticas públicas, que são normatizadoras, hierarquizadas e burocráticas, e têm base na objetividade, no campo do que precisa ser feito para executar os serviços, sem esperar tanto dos órgãos gestores responsáveis.

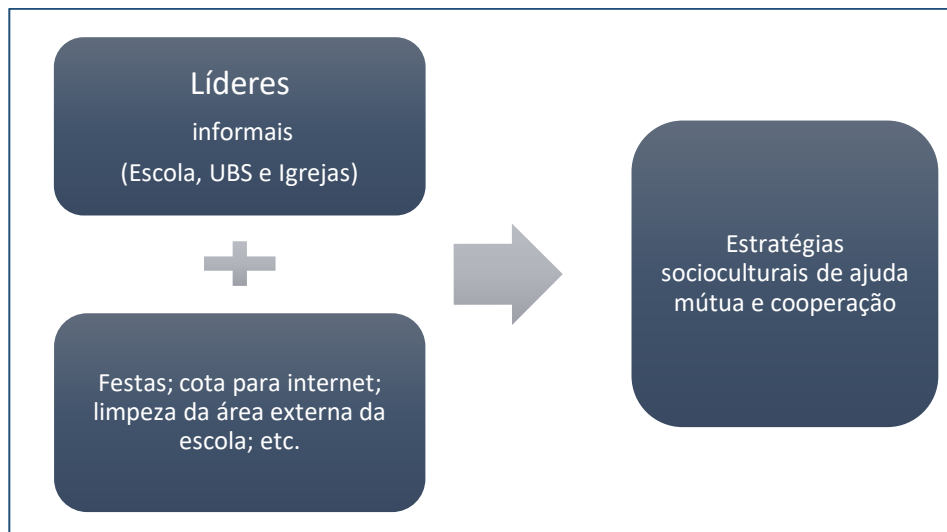
Assim, surgem relatos que expressam, “a gente se vira nos trinta”, “tem que dá um jeito, né?”, “mana, aqui a gente atende é tudo”, e têm como significado elaborar e executar ações com iniciativas e recursos próprios, e conforme foi observado, de maneira eficiente, competente e dinâmica, por meio do uso de mecanismos diversos como a realização de festejos; a venda de produtos; a cotização para acesso à internet e outros.

É oportuno enfatizar que as ações coletivas citadas foram identificadas na escola e igreja, uma vez que emergiram nas falas dos sujeitos da pesquisa e principais focos do estudo. Porém, as práticas acontecem em outras escalas e instâncias na vida dos moradores da vila, e se dão a partir das necessidades sociais, como no processo produtivo da pesca, no auxílio do transporte na hora da doença, e outros.

Lançar mão, cotidianamente, dessas práticas e em diferentes instâncias e momento da vida comunitária, presume assumir a identidade cultural

amazônica, arquitetada a partir de uma “multidiversidade de povos e nações” (RANCIARO, 2004).

Figura 42 Esquema de gestão das estratégias instituídas na organização social em Paricatuba



Fonte: Elane Silva, 2017.

Importante sinalizar ainda que, em parte, o empenho na execução das ações de saúde e na escola, também justifica-se pela necessidade de preservação dos postos de trabalho dos servidores públicos, porque vivem condição de instabilidade profissional, e padecem com a ameaça do desemprego, a cada mudança de gestão no município de Iranduba.

Apesar disso, os trabalhadores da saúde e educação acreditam que precisam realizar o esforço para manter os equipamentos sociais em operação, em virtude da carência da população local, que já padece pela ausência de bens e serviços sociais básicos. E quando conseguem obter os benefícios e serviços sociais governamentais, são poucos, precários e/ou ineficientes.

O esquema da Figura 43 identifica a dinâmica da organização social para alcance do direito à saúde, educação e aos serviços sociais na vila de Paricatuba, caracterizado pelo movimento entre o poder público e os trabalhadores/comunitários, sendo, os últimos, os mediadores e executores terminais das ações para prestação dos serviços e atendimento da população local.

Figura 43 Esquema das estratégias de organização social para alcance dos serviços de saúde e educação e serviços sociais



Fonte: Elane Silva, 2017.

No plano estrutural, a análise da organização social de Paricatuba requer uma especial tratativa, uma vez que revela o reordenamento em suas bases e indica uma gestão comunitária que vive recompondo-se a partir dos eventos (sociais, culturais, econômicos, políticos e ambiental) de seu tempo presente. O que revela uma reinvenção do cotidiano a todo instante.

O coletivo rural estudado tem histórico similar aos núcleos comunitários amazônicos, de origem e formação fundamentadas nas interferências de agentes externos (estado, igrejas, organizações não governamentais e outros).

Isso marca e repercute, ao longo dos anos, o modo de organização social e política dos povoados. Comumente, são esses institutos externos à comunidade que promovem o acesso aos primeiros equipamentos sociais e, com isso, indicam os rumos para sua produção e reprodução social. Partindo dessa prerrogativa, é observada a interferência de um representante (estado e outros) para direcionar o ordenamento e impulsionar a comunidade.

Então, a conjuntura vivida em Paricatuba acena para uma crise de representatividade. Contudo, percebemos que, com o distanciamento da intervenção do poder público e de auxílio de outras entidades, os comunitários

voltam-se para suas lideranças informais e suas respectivas instituições (escola, posto de saúde e igrejas) e acionam os mecanismos socioculturais de gestão comunitária, haja vista o conflito existente com a atual liderança formal.

O que nos faz formular o parecer de que o núcleo comunitário necessita de representante (s) para conduzir os processos coletivos, e, assim, estimular o envolvimento da população, propor os projetos, dar encaminhamentos, etc., sendo esse um importante parâmetro, que potencializa a organização social.

Contudo, se de um lado temos um governo omissivo, corrupto, ineficaz no atendimento às necessidades/demandas da população e na condução da questão pública, no que tange a responsabilidade na promoção das políticas sociais essenciais; em contrapartida, os moradores de Paricatuba, na medida do possível e com todas as limitações vigentes (conflitos internos, a não participação/envolvimento de todos, dentre outros), tem buscado instituir estratégias para superação em parte de suas necessidades, pelos menos, as mais urgentes (saúde e educação).

Vale destacar, o enorme potencial de articulação demonstrado pelos comunitários, uma vez que tem possibilitado, na medida do possível, a formulação e execução de ricas estratégias socioculturais em um contexto de extrema carência, e que viabilizem o alcance de algumas de suas necessidades, caracterizando uma organização social singular, reveladora de suas lutas cotidianas pela sobrevivência e resistência.

4.2 Cotidiano e seu Ritmo

E lá se vai mais um dia...

Flávio Venturini

A vida em pequenos núcleos rurais na Amazônia remonta a um modo de viver mais simples, das estradas com chão de barro e piçarra; da criação de galinhas nos quintais; de pequenas plantações no terreiro; dos banhos de rio no final da tarde; e das brincadeiras de pé no chão.

Paricatuba, em parte, resgata essa memória de lugar e morada de gente simples, que, por meio de suas lutas e batalhas diárias, resistem e persistem

vivendo na região, apesar das adversidades vigentes. É concebida, também, como um refúgio de descanso e lazer, sobretudo, para os que trabalham fora da comunidade.

A Vila de Paricatuba, apesar de resguardar essa paisagem bucólica, que tem, em seu centro, o prédio em ruínas, como principal marca de um passado de exclusão, ainda bastante presente, vêm, nos últimos anos vivendo mudanças profundas.

A intensificação da pesquisa de campo deu-se, sobretudo, no período de “cheia” dos rios, quando há menor movimentação em torno das praias, quase completamente encobertas pela subida das águas. E mesmo com menor fluxo de visitantes, ainda encontramos um expressivo contingente de pessoas que chega diariamente à vila para conhecer as ruínas e tomar um banho no rio.

Apesar das modificações em processo, o vilarejo ainda resguarda as especificidades das relações sociais de vizinhanças, sobretudo entre os moradores mais antigos, marcada, em grande medida, pelas relações de parentesco, construída pelos laços de consanguinidade e/ou a união entre os diversos grupos familiares, situação muito comum nas comunidades rurais da região. Sobre essas relações, um interlocutor da pesquisa que nasceu em Paricatuba comenta:

Já tem diversas pessoas que já não conheço, mas nós ainda temos muitas pessoas, ainda predomina a família, é grande a família Guerreiro, que é a família aqui na frente, é uma das maiores famílias que hoje se uniu à nossa família, a família dele, então ainda tem essa predominação, mas já existe diversas pessoas que moram para aquele bairro dali que eu já não conheço, desconheço diversas pessoas. Enfim, mas ainda temos essa predominação de família [...] a família Guerreiro, uma família muito grande, então a família praticamente estão composta uma dentro da outra, então já se misturou com a nossa família, já está dentro da família do pastor, casou, já tem um rapaz que casou com a irmã dele, que é da família Guerreiro, então já tem o missionário que casou com alguém da família Guerreiro também, que também já é missionário que é irmão dele, enfim, então tá todo mundo ainda em família, convivemos nessa mesma família, tanto é que dentro da escola a gente ainda vê ainda muitos alunos nesse cunho familiar, a maioria predomina ainda.

Adicionadas aos extensos e intensos laços familiares em Paricatuba, as relações de vizinhanças na vila são fortalecidas também em razão das

irmandades advindas pelos vínculos de fé, construídos e consolidados nas igrejas, que motivam algumas horas de conversa em frente às residências e a brincadeira das crianças.

Observamos em Paricatuba, nos dias da semana, um hábito comum entre os mais velhos, principalmente dos homens, que se sentam à beira do barranco, em frente ao rio, e colocam a conversa em dia, longamente, sem se preocupar com o tempo.

A tranquilidade da vila gera em alguns moradores o sentimento de afeição e acolhimento pelo lugar; nas conversas com os trabalhadores da saúde que vivem na comunidade, escutamos declarações que exprimem esse apego:

E gosto do lugar também, eu gosto do ambiente em que eu vivo. Eu vim de Manaus, vai fazer 21 anos que eu moro aqui, então eu gosto daqui do local, conheço a maioria das pessoas, quando eu vou para Manaus, que eu tenho filhos, dá 3 dias, 4 dias, eu quero vim me embora! Não ... eu quero vim embora para o meu reduto, que lá é melhor, mais calmo. Aqui [Manaus] tem muito barulho, muita zuada, e lá não, então eu gosto do lugar aonde eu moro, gosto das pessoas e gosto do meu trabalho, eu gosto daquilo que eu faço.

As falas revelam também certo saudosismo de um passado, do que foi a comunidade de Paricatuba, antes da abertura da estrada e da ponte sobre o rio Negro; momento em que o rio era a único caminho de acesso a vila, o mundo tinha matizes diferentes, por meio da chegada e saída dos barcos, o padrão de tempo era outro, a vida tinha outra dinâmica e códigos, e assim acontecia

A única saída daqui era de barco, e quem quisesse ir para Manaus já sabia os dias que eles iam descendo, ficavam aí na frente do rio com uma camisa branca, eu lembro muito bem, pela madrugada e ficava fazendo aceno, que era para o comandante ver e parar.

As memórias do passado justificam o tempo presente, a todo momento, no discurso dos interlocutores da pesquisa, em especial, dos moradores mais antigos da comunidade, que somente conseguem explicar o hoje recorrendo às lembranças mais remotas.

Então, para entender a organização social da vila, é necessário considerar o cotidiano dessa gente pacata, que ocorre a partir do lugar, dos tempos presente e passado, e movimenta as relações dos sujeitos sociais; que compreende vivências, natureza, trabalho, potencialidades, mecanismos de superação, resistências e conflitos.

Mas o ritmo de vida e a tranquilidade em Paricatuba vêm, ao longo dos anos, sofrendo transformações, principalmente, em razão das interferências externas. O sistema econômico atual promove e exige reformulações na organização social da comunidade, e os habitantes buscam lidar com essas requisições.

A pesquisa de campo, por meio das observações e do registro das falas dos moradores interlocutores do estudo, auxiliado pela bibliografia (outros estudos) já existente sobre a localidade, indicam as mudanças promovidas na dinâmica do modo de vida e das relações sociais na comunidade (trabalho, segurança, religiosidade, infraestrutura de serviços, como escola e saúde, e outros).

Tal fato nos leva a analisar as alterações em curso dos processos culturais que alavancam e especificam o modo de vida rural amazônico, aproximando as comunidades de outros patamares e referências identitárias, cada vez mais associados ao sistema hegemônico das grandes cidades.

Em Paricatuba, a reconfiguração de parte do modo de vida comunitário pode ser percebida, de modo mais evidente, a partir da crescente substituição das antigas e tradicionais formas de trabalho características dos pequenos núcleos sociais amazônicos, baseadas, sobretudo, nas atividades de agricultura e pesca para fins de subsistência⁵¹.

Sobre as relações de trabalho vigentes na comunidade, a pesquisa de campo permitiu identificar que, desde a sua origem, os moradores passaram por diferentes ciclos no desenvolvimento de suas atividades produtivas. Inicialmente, os habitantes retiram seu sustento, a partir do trabalho como quebradores de

⁵¹ A respeito das atividades produtivas de subsistência do povo amazônico, Wagley (1988, p. 83) explica: “[...] grande parte dessa gente provê a sua subsistência com uma agricultura primitiva ou, mais propriamente, lavoura, com a caça e a pesca, com a extração dos produtos naturais da floresta ou com um pouco de tudo isso”.

pedras levadas para comercializar na cidade de Manaus; em seguida, começaram a se dedicar ao cultivo da agricultura para consumo e venda, assim como à prática do extrativismo (pesca/caça). Conforme afirma o interlocutor:

[...] antigamente era o trabalho da comunidade, das pessoas daqui era quebrar pedra para vender em Manaus, [...] eles ficavam mais para cima, encontravam, eles cavavam, faziam uma escavação encontravam as pedras que eles quebravam e vendiam, isso em Manaus, de barco. [...] depois daí veio a agricultura, trabalho que foi na época que papai começou a trabalhar como delegado sindical, tem pouco agricultor (agora), trabalho com pescador tem mais, que ficou o ramo de pesca, que é o que mais tem na comunidade [...] caçar, que também é uma das coisas que ainda fazem na comunidade, uma cultura ainda.

Na atualidade, emergem novas formas de trabalho que dinamizam o processo econômico na vila, e evidenciam as estratégias de sobrevivência adotadas pela população. O rio, que antes servia como meio de sustento das famílias por meio da pesca, hoje tem contribuído mais para estimular o turismo local, como espaço de lazer promovido pela praia, do que para deixar mais farta a mesa do morador local e/ou incrementar a renda mensal por meio da venda de parte da produção.

Atualmente, a atividade da pesca ainda se constitui como principal meio de sobrevivência (ganho financeiro) para pequena parcela de pescadores artesanais na comunidade. Segundo alguns moradores, em menor escala, e que, nos períodos em que determinados espécies de pescados estão em tempo de desova (reprodução), são proibidos de pescar e recebem do governo o seguro defeso.

Com isso, as relações produtivas/econômicas reformulam-se, e também se constroem novas referências simbólicas/culturais, visto que a redução do plantio/pesca impõe o dever de instituir novas estratégias de trabalho que possibilitem a aquisição de recursos financeiros para a compra dos produtos necessários à alimentação da família nas pequenas vendas da vila.

Desse modo, a organização social de Paricatuba percebida por meio do cotidiano, demonstra que a comunidade tem buscado ressignificar as bases de uso dos meios e recursos naturais disponíveis na região, instituindo e criando

novas alternativas/estratégias que possibilitem a permanência e subsistência das famílias do vilarejo.

Isto é, na medida em que os projetos do poder público impõem uma transformação na dinâmica da vida local, os moradores buscam criar, como respostas de resistência/adaptação aos novos tempos, outros meios que possibilitem a obtenção de renda para o sustento das famílias, por meio do incremento ao comércio e turismo local (visitação às ruínas, a pequena venda de artesanatos, as barraquinhas na praia, e outros).

A disseminação da lógica de mercado expressa na necessidade contínua de modificação/substituição dos processos econômicos e produtivos, por meio da contínua exploração dos recursos da natureza com outras finalidades que não mais a subsistência e/ou pequena produção familiar, manifesta a tendência de reduzir os conteúdos socioculturais (conhecimentos, simbolismo, saberes e habilidades) em especial, dos povos amazônicos.

Na vila, o uso das tecnologias apropriadas, pelos comunitários, está sendo modificado pela venda da força de trabalho em troca de ganhos monetários e o recebimento dos benefícios da assistência e previdência social, principalmente, pensões, aposentadorias, bolsa família e seguro defeso.

No vilarejo, o regime das águas amazônicas define expressamente os caminhos que o turismo deve tomar, pois imprime o tempo da cheia e seca; o primeiro, não possui tantos atrativos aos turistas e os leva a outros lugares próximos e mais adequados para o banho de rio; já a seca, no denominado período de verão amazônico, é a época em que surgem as pontas de praias, espaços ideais e seguros para o lazer no local, temporada que pode ser chamada de “alta estação” do turismo no núcleo comunitário.

Podemos assim verificar que os condicionantes da natureza, com seus eventos próprios da Amazônia, sempre interferem no contexto e modo de vida da população local, mesmo que os sujeitos sociais modifiquem e encontrem novas formas de trabalho e processos econômicos, precisam submeter-se aos desígnios do ambiente natural que institui o tempo para tudo.

Isso revela as resistências e permanências que o homem precisa considerar perante o mundo natural, uma vez que o tempo da natureza não é o

tempo cronometrado do relógio que orienta o ritmo na capital, e, ainda, mesmo que o homem conquiste o domínio da natureza, por meio da técnica, a natureza insiste em se sobrepor, advertência já instituída por Engels (2004, p. 28-29), ao afirmar:

O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho. Contudo, não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias, a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras consequências dessas vitórias são as previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevistas e que, com frequência, anulam as primeiras.

E assim, conferimos, em Paricatuba, que, com a cheia dos rios, que afugenta os turistas do local, vem à tona novamente a tranquilidade do mundo rural, que configura a essência do lugar. O que demonstra a natureza estabelecendo suas regras.

Com a pesquisa, verificamos que a comunidade já possuiu uma Cooperativa de Acolhimento ao turista (Coopatur) responsável pela recepção aos turistas. Tiveram também o Centro Receptivo Fluvial Turístico de Iranduba/AM de Paricatuba (CRFT), cuja sede era um flutuante que foi entregue pela Amazontur. Aconteceram também alguns cursos e treinamento para atender aos visitantes, e ainda foi construída uma pousada comunitária⁵²; entretanto, atualmente nenhum desses empreendimentos está em funcionamento.

Conforme reclamação dos moradores, os projetos não tiveram êxito, em virtude de a comunidade não ter mais apoio do poder público, que deu a estrutura e deixou para os comunitários administrá-la, mas faltaram experiência e um bom relacionamento entre eles para fazer avançar os empreendimentos. Sobre esse período, Simonetti e Silva, G. T. (2013, p. 23) contam

⁵²Disponível, inclusive com fotos, na página do Facebook Conheça Paricatuba: <<https://www.facebook.com/conhecaparicatuba/>>. Acesso em: 15 out. 2017

Na Vila de Paricatuba há uma diversidade de projetos em andamento, a maioria está voltada para a qualificação profissional, parte deles é de responsabilidade do poder público municipal e estadual. O interesse pelos investimentos nos mais variados segmentos são direcionados pela lógica capitalista, gerando poucos benefícios sociais, como é o caso do porto que atualmente está em condições precárias, não foi concretizado porque depende da vontade política, segundo os moradores 'as coisas em Paricatuba só funcionam na base da política', ou seja, durante o período eleitoral.

No contexto atual, observamos um ordenamento do turismo que evolui a partir de iniciativa pontual e particular de alguns moradores, sobretudo dos comerciantes, e da atividade de alguns guias que recontam a história das ruínas do casarão, coordenada pelo presidente da comunidade. Assim, foi verificada a ausência do poder público e nenhuma perspectiva de estímulo e incremento nessa área.

O momento político, em níveis nacional e local, expressa a postura e opinião dos moradores de Paricatuba. Vivenciam um instante de descrença nas instituições, nos agentes políticos e, com isso, nas lideranças formais da vila, mas não deixam de reconhecer que somente a luta, união e participação podem levar ao exercício da cidadania e reclamação por seus direitos.

Atualmente, a comunidade conta apenas com a Associação dos Moradores de Paricatuba, como entidade representativa junto aos órgãos públicos, e também o principal campo de embate e conflitos, em que pese às relações das lideranças (informais), moradores e representantes do local (presidente da associação).

No campo das lutas coletivas, de acordo com relatos, a última reivindicação que os comunitários fizeram ao município de Iranduba, e obtiveram êxito, ocorreu em 2014, com o asfaltamento da estrada que dá acesso a vila.

A conquista foi alcançada depois de diversas solicitações encaminhadas à prefeitura, mas a pavimentação somente chegou à comunidade quando os moradores fizeram uma manifestação e fecharam a entrada do vilarejo. O sucesso conseguido com o asfaltamento da estrada, foi narrado por dois informantes da pesquisa.

A estrada foi aberta no terçado pelos comunitários, que fizeram tudo isso, né! Aí vai para prefeitura, na época o prefeito já mandou vir as máquinas, aí entrava carro ou mesmo a pé, aí depois foi melhorando, melhorando, aí depois ficou só na de barro, só que era assim: quando chovia a gente saía parecia era porco; quando tava verão, poeira. Aí, tanto que aqui na escola, com o acesso que tinha, dava muita criança doente, os adultos mesmo..., aí, de tanto a comunidade pedir, só promessa, promessa, até quando foi um dia, nós lutamos né! Fechamos lá fora, aí desde que houve isso aí, eles asfaltaram, aí sim, ficou beleza! (depoimento 1).

[...] o asfalto na comunidade, qual foi a importância de nós ficarmos unidos, para que o asfalto viesse para comunidade, quando todo mundo se uniu foram fazer as reivindicações, aconteceu! Em uma das vindas do seu... esqueço o nome dele, eu gravei ele, sei que era o secretário lá do governador, eu acabei gravando ele, no celular gravando, e ele disse que um mês depois, do dia que ele tava falando, ia entrar o asfalto na comunidade, e parece que eu tive a sorte e a infelicidade de ter gravado e depois, um mês depois, não aconteceu, e o pessoal lembraram, aí ele depois ele publicou e disse que ninguém tinha prova para isso, aí eu fui vendo, eu tenho a prova, aí o homem que tava com a gente, disse mostra aqui teu... você me autoriza? Pode ficar filho, é para ajudar a comunidade? Ele pegou e mostrou para ele. Rapaz ele veio brabo na comunidade, aí, só que a comunidade nesse dia se uniu para reivindicar as coisas que ele havia prometido e aí o governador não teve saída, e aconteceu o asfalto na comunidade (depoimento 2).

A história da abertura e conquista do asfalto no vilarejo (Fig. 44) foi mencionada em diferentes depoimentos coletados com a pesquisa, o que simboliza a importância desse benefício obtido por meio da ação coletiva dos moradores junto ao poder público, e que somente chegou ao local após três anos da inauguração da ponte Jornalista Phelippe Daou.

Figura 44 Asfaltamento da estrada que dá acesso à Vila de Paricatuba



Disponível em:

<<https://www.facebook.com/conhecaparicatuba/photos/pcb.671328659624288/671325806291240/?type=3&theater>>. Acesso em: 15 out. 2017.

No entanto, apesar do orgulho pela aquisição do asfalto, atualmente, existe um consenso de que os moradores estão desacreditados na associação e na liderança. Mas os relatos também indicam que, a população está deixando “baixar a poeira”, isto é, acalmar a situação, em razão dos últimos escândalos emergentes no cenário político local, para reativar as reivindicações no alcance de benefícios, como creche e posto policial.

Todos os depoimentos no decorrer da pesquisa acenaram para a perspectiva de que a principal problemática para o alcance de outros bens e serviços sociais em Paricatuba, hoje, está relacionada à questão política, caracterizada pelo contexto de desavenças e fragmentação entre os comunitários, e isso gera a não participação⁵³ deles nos projetos em comum e processos decisórios da comunidade.

Várias considerações foram feitas, a respeito da representatividade, como a desunião da população em torno das metas e objetivos comuns; o protagonismo social; e a perspectiva de futuro, em que pesem as novas conquistas, mediante esse quadro:

⁵³ Participação entendida a partir da noção de “participação plena” ou “participação cidadã”, que corresponde a “um processo capaz de gerar uma nova dinâmica de organização social, fomentando a intervenção da população nas políticas públicas” (LEROY; SOARES apud STEINBRENNER, 2007, p.293).

[...] então Paricatuba ficou, tá nessa situação, mas hoje eu vejo Paricatuba parado, hoje eu não vejo o poder público nos ajudar, hoje eu não tenho representante [...] sem ajuda de poder público, a gente não tem como ter crescimento, a comunidade crítica, a maioria deles, alguns querem, mas não sei por que eles não chegam para sentar com um projeto, ou então trabalharmos alguma coisa, mas mais para críticas mesmo (depoimento 1).

A comunidade não consegue, só que a comunidade assim é tão... não sei, não sei se são leigos, não sei o que é, mas não conseguem (avançar)... (depoimento 2).

Eles poderiam reivindicar mais, eu acho, para as autoridades lá, né! Porque nós, como funcionários, nós não podemos abrir a boca e gritar né! Que é arriscado! Mas eles como usuários eles podem reivindicar melhorias para, porque eles sabem do nosso trabalho aqui, como é que a gente trabalha, só que a comunidade, ela é muito parada, tá tudo bom! Tu vê como tá nossa comunidade? Eu vejo comunidade por aí tão bonitinha, limpinha, direitinha, organizada e a nossa entra ano e sai ano nessa mesmice, por que não gritam, reivindicam, o asfalto só saiu porque parece que eles acordaram e fizeram uma manifestação lá fora, foi como o prefeito, parece que acordou e fez, mas só até ali (depoimento 3).

Apesar do difícil processo de organização política por que passa o vilarejo, alguns dirigentes, tanto da igreja, quanto da área da educação, acreditam que falta a Paricatuba uma “liderança forte e correta”, para promover o diálogo entre os comunitários, visto que, segundo os gestores, falta conversa e convite, porque nos episódios em que a população foi chamada a participar e se responsabilizar, eles responderam aos apelos, como no caso do asfaltamento da estrada, da construção da unidade escolar e das festividades no local.

Os servidores da educação atribuem aos comunitários, isto é, aos pais dos(as) alunos(as), todas as melhorias na infraestrutura e benefícios adquiridos para o andamento das atividades escolares, e, segundo a diretora, nos momentos em que necessitam da participação para as ações coletivas, e existe uma organização, eles atendem aos pedidos.

[...] se precisar, eles vêm, só que a gente quase assim, quase não chama, por quê? Se nós conseguimos, eu até falei lá, se nós conseguíssemos material, os pais dizem logo: se tu conseguir eu vou lá, eles entram com a mão de obra, entendeu? Então, eu acho assim, que, da parte deles, eu acho que eles não deixam a desejar porque tudo aquilo que a gente precisa, eles estão presentes e eles nunca

dizem não. Se tivessem um mutirão de pintura da escola? Eles vêm, olha até aqui ao redor, logo quando iniciou as aulas, estava tudo, então o pai veio comigo e disse: “a senhora consegue gasolina e eu que limpo” e é assim, parceria. Eles são bem parceiros, eles.

As lideranças religiosas compartilham do mesmo pensamento no que se refere à participação dos comunitários, muito embora expliquem que o caminho de auxílio que a população oferta às igrejas, seja por meio do dízimo, eles são fieis, e cumprem todos os compromissos firmados com a igreja, inclusive no momento em que realizam os festivais com músicas *gospel* na comunidade (Fig. 45).

Por meio da observação participante no cotidiano do vilarejo, estivemos em momentos de preparação de festividades das igrejas; assim, verificamos, a alegria, o envolvimento e empenho na organização e realização do evento, bem como a expectativa e participação dos comunitários. Importante destacar, também, que as festas são consideradas importantes e raros instantes de lazer na vila.

Figura 45-Preparação de festividade gospel em Paricatuba



Fonte: Elane Silva, 2017.

Quando acionados e estimulados à participação pelas instituições que compõem a base da organização social da comunidade, a população, portanto, consegue realizar a interlocução com seus líderes, e com certa facilidade desenvolver as práticas coletivas.

Almeida (2006, p. 25), ao destacar o poder de mobilização social e política desses grupos sociais, acredita que eles “[...] incorporam as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização⁵⁴”.

Importante abordar que a constância de chegada e saída de moradores em Paricatuba, a determinada “população flutuante”, pode ser considerada um fator que interfere significativamente no processo de articulação e mobilização da comunidade, comprometendo o aspecto identitário no vilarejo.

Nesse instante, fica evidente que a noção de pertencimento e da identidade, uma vez que, aliada aos conhecimentos e saberes, serve de mecanismo de empoderamento e protagonismo social para superação dos obstáculos, que traz consigo o empenho de torná-lo espaço de posicionamento, participação, organização e reivindicação coletiva para acesso a bens e serviços sociais.

Vale destacar que os níveis de mobilização social alcançadas pelos grupos sociais rurais, de acordo com as dinâmicas de suas organizações sociais, geram avanços ou atrasos no processo de transformação social, assim, cabe também a observação da tendência a prevalência da diversidade e da não homogeneização dos núcleos coletivos e, fundamentalmente, do *devir* histórico (SILVA, E., 2007).

O momento histórico vivenciado na comunidade indica que, até o direito à representatividade legítima, está sendo questionado; o que nos leva a refletir que o modelo capitalista neoliberal pode conseguir a desarticulação social até nos pequenos recantos amazônicos, longe dos centros urbanos.

Tais prerrogativas levam-nos à compreensão da existência de uma organização social articulada aos interesses internos, que se desenvolve em torno de estratégias e práticas coletivas, criativas e eficientes, que os

⁵⁴ Segundo o autor, este conceito “refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias [...] São estas referidas unidades que, nos desdobramentos de suas ações reivindicativas, possibilitaram a consolidação de movimentos sociais [...]” (ALMEIDA, 2006, p. 25).

comunitários/lideranças das instituições utilizam para a manutenção e o funcionamento dos serviços.

Vimos que, atualmente, uma rede de ações é colocada em prática para solucionar questões do dia a dia, urgentes e necessárias para que a comunidade continue em andamento, expressando, assim, sua organização social.

Mesmo o momento vivido, de tensão dos agentes sociais, advindo das relações de poder, do conflito de representatividade e certa desesperança no futuro, não podemos omitir a reflexão sobre as expressões da questão social que a comunidade tem absorvido depois da construção da ponte sobre o rio Negro, como problemáticas que necessitam de tratamento e parceria entre a população e o poder público.

Observamos que a inquietação mostra-se pertinente, na medida em que são clarificadas, nos discursos dos moradores, a alteração da tranquilidade e paz no cotidiano do local; as situações que foram objetivadas pelo considerável aumento da violência na comunidade, reconhecidas como questão de segurança pública e que a população deve ter seu direito assegurado.

O vilarejo vem passando por situações de violência antes nunca vistas e isso tem alterado o ritmo de vida dos moradores, em razão da crescente sensação de insegurança vivenciada pela população local. O incômodo pela atual conjuntura, foi emitido nos depoimentos:

[...] hoje aquela tranquilidade que antes tinha na nossa comunidade nós não temos mais, é roubos e acontecem aí diariamente, a senhora não pode tá andando à noite [...] esse ano já estão voltando de novo os banhistas, mas ano passado eles saíram daqui porque o pessoal deixava o carro ali, o pessoal já iam lá e abriam o carro roubavam e iam embora. Roubaram uma senhora aqui no prédio, ela usando o telefone, o cara veio pegou o telefone dela [...] não era gente daqui, então já se prevalece dessa situação, porque o acesso fica mais fácil [...] essa mesma semana roubaram aqui um 30, assim que chamam, um motor Yamaha de 30 de um rapaz aqui, a polícia veio encontrou aqui mesmo na comunidade, infelizmente, uma das pessoas envolvida tão dentro da comunidade, que tá até fugida também, e tá por aí. Então, isso tem acontecido com frequência, a merendeira daqui da escola, estava telefonando, acho que faz uns 3 meses atrás, ali em frente da casa dela, e simplesmente parou um motoqueiro pegou o telefone dela essa noite e foi embora, um rapaz também que é ex-aluno da escola estava andando por ali, ele vinha, ou ele ia, não lembro, caçar [...] e o cara passou pegou a arma dele e foi se embora também. (depoimento 1).

[...] Com o advento da ponte veio, migrou muita gente para cá, e nessa migração veio muita coisa boa, mas veio muita coisa ruim, principalmente a questão das drogas, alunos daqui, alunos novos, já tivemos até um problema que eles estavam querendo usar aqui dentro da escola, dentro do banheiro, foi preciso a gente está conversando (depoimento 2).

Quando estava todo mundo bem. Eles estavam construindo um posto policial aqui do lado do correiozinho, porque foram na prefeitura e a prefeitura disse que se eles derem o prédio, se entrarem com o prédio, a gente coloca a polícia lá. Aí acabou o dinheiro, não conseguiram fazer o prédio e aí ficou. Aí a gente não tem policiamento. Agora deu uma parada, mais entrava motoqueiro direto para roubar. Eu morro de medo de ficar aqui sozinha e entrar alguém [...] (depoimento 3).

Conforme pode ser percebido, em Paricatuba, a violência veio manifestada sob forma de furtos, roubos, e uso de entorpecentes, e o lugar acabou por se tornar refúgio para alguns infratores, de acordo com os moradores, desde a abertura da ponte. O frequente e maior trânsito de pessoas desconhecidas no local expuseram a comunidade a uma série de problemáticas e perigos.

A nova conjuntura vivida na comunidade somente reafirma a perspectiva de que as populações rurais amazônicas têm cautela e respeito quanto aos mistérios vindos da natureza, mas mostram receio e temor dos perigos advindos “de fora”, externos aos núcleos comunitários, ou seja, das pessoas estranhas que chegam ao local, da violência gerada, e dos riscos a que estão submetidas as suas famílias, e outros.

No que pese aos benefícios e às problemáticas que iriam recair sobre as comunidades de Iranduba, após a construção da ponte, foram percebidos diversos depoimentos de moradores que retrataram as esperanças e expectativas que construíram em relação à melhoria na qualidade de vida da população, sobretudo em razão do potencial turístico da vila.

Eu pensei que, quando a ponte saísse, aqui Paricatuba, vai ficar um brinco (arrumado), engano! No tempo do gasoduto, que o gasoduto entrou, deixou verba, foi pelo ralo, não acabou passando, mas eles vieram aqui, ainda passaram por aqui fizeram um banheiro, bem ali, banheiro comunitário, que até já se acabou o banheiro para lá [...]

As inquietações e os questionamentos direcionados ao poder público e às empresas envolvidas na construção da ponte surgiam da constatação de que as comunidades e o próprio município tinham demandas sociais, econômicas e ambientais mais urgentes para serem cuidadas, antes de um empreendimento de expansão urbana.

Na atual conjuntura, a população de Paricatuba está em processo de assimilação do conjunto de avanços e retrocessos produzidos com o advento da ponte. Diante dessa avalanche de acontecimentos, antes nunca vista no local, verifica-se uma dinâmica social de gente simples, lutando para manter seu cotidiano simples e pacato, e que faz da religião um escudo de resistência e persistência para enfrentar os desafios impostos pela vida.

A dimensão religiosa na vila explica muito a respeito da organização social em Paricatuba. Verificamos como um fator que desenha diferentes contornos à vida comunitária local, quanto a outros núcleos rurais amazônicos mais longínquos, em que a catequização por meio do catolicismo prevaleceu e determinou a religiosidade na região.

Em Paricatuba, foi enfatizado, inclusive, mais de uma vez, por meio dos depoimentos, a convivência respeitosa e harmoniosa entre as diferentes denominações, não sendo apontados conflitos entre elas. A esse respeito, um líder informal de uma igreja, destaca:

A gente convive aqui de forma harmoniosa, as atividades feita pelas denominações, quando a gente é convidado, a gente vai participar com eles também juntos, agora esse mês, agora de julho, nós temos o festival que a gente faz da nossa igreja, que a gente chama de Aviva Paricatuba, né! E aí nos tamos fazendo aqui no campo de futebol [...] e com isso a gente tem outros festivais que eles fazem e a gente vai justamente acompanhá-los [...] quanto à forma de convívio, no momento, é em paz, graças a Deus, nessa situação nunca houve briga, eu nunca presenciei uma briga de pastores, por disputa [...] Até porque a gente tem pregado é o que nós desejamos, é que todos estejam servindo a Deus, fazendo e procurando uma igreja, e servindo a Deus de forma que é correto, que é bíblico fazer.

Os argumentos externalizam uma suposta harmonia entre as igrejas, pautadas na crença e fé em Deus, tendo em vista que todos vivem com um único

objetivo que é “ganhar vidas para Jesus” e tirar um número maior de pessoas dos caminhos da perdição, segundo os depoimentos.

A força da religiosidade, em Paricatuba, fica evidente nos discursos dos entrevistados da pesquisa que, com frequência, recorrem e atribuem a Deus, quando explicam sobre suas dificuldades, seus desafios, anseios, suas vitórias, alegrias, entre outras manifestações. Conforme pode ser percebido nos seguintes relatos:

[...] Das pessoas que eu tomo conta né! Eu gosto, às vezes a gente fica assim triste por causa do salário, né! Mas Deus proverá um dia, de tocar no coração desse povo. Porque, assim, em Manaus, pelo que eu sei, eles, os agentes de saúde, eles são remunerados e eles ainda fazem greve né [...] nós não, nós é só o nosso salário e pronto, mas eu sou feliz por isso, graças a Deus, que é de onde eu me visto, me calço, me sustento, né! E eu gosto do que eu faço, eu gosto do trabalho que eu faço [...] (depoimento 1).

[...] Graças a Deus, consegue, quanto a isso, as pessoas são muito fieis, eles entenderam que é algo que é bíblico é Deus, que não tem nada a ver aquele negócio de chegar e dizer que nós estamos sustentando pastor. Ah, então as pessoas entenderam, com isso, entenderam que é prosperidade, [...] sabe o que é dizimar, para não está sobre maldição na sua própria casa, na sua própria família (depoimento 2).

A partir dos ditames religiosos, podemos identificar uma comunidade que tem firmado seu crescimento com forte fundamento nos princípios protestantes, com códigos morais permeados pela fé cristã, que direciona e conduz a vida da maioria dos moradores da vila, constituindo, então, “um convívio social evangélico”.

E, atualmente, são esses ensinamentos e códigos normativos, de posturas e preceitos contidos na bíblia sagrada, que, segundo alguns depoimentos, devem reger a vida dos indivíduos e assim devem portar-se em sociedade.

Apesar de nem todos os comunitários de Paricatuba seguirem o protestantismo como base religiosa, podemos verificar que é essa moral cristã que está determinando a mudança de alguns códigos de conduta na

comunidade, e isso fez com que a população local revisse algumas normas de comportamento coletivo.

Um exemplo muito claro das alterações de conduta no ambiente coletivo, proporcionado pelos preceitos religiosos na vida comunitária, acontece na festa da escola; segundo informantes, a festividade foi apropriando-se das regras das celebrações que as igrejas realizam, para conseguir contar com a participação de todos. Conforme depoimentos,

[...] só que a gente não faz aquela festa assim, a gente já faz misturado, que aqui tem muito evangélico, né! Aí a gente já faz mais diferenciada, a gente não trabalha com bebida, trabalha com comida, refrigerante e as guloseimas só, aí a parte que a gente faz, né! Tira as nossas rainhas para arrecadar dinheiro, é assim! É uma mistura, agrada a gregos e troianos (depoimento 1).

Falando nisso, também existe a influência da participação dos professores, que são evangélicos, né! Não consigo fazer um arraial assim, por exemplo, como escola, com a educação escolar laica, né! Às vezes, os professores ficaram meio, os professores evangélicos vão fazer isso? (depoimento 2).

Conforme as indicações dos informantes, observamos que a comunidade adaptou uma nova estrutura para o ordenamento dos eventos coletivos, com bases no respeito e na atenção aos princípios e valores evangélicos, aos quais a maioria dos moradores da vila é adepta, na atualidade.

Em contraponto, foi identificado, por parte de alguns educadores, a tensão em proporcionar a efetivação de uma educação laica em um núcleo comunitário em que prevalece a fé protestante, em que algumas condições propostas pelas igrejas são sempre colocadas à frente das obrigações escolares, por parte dos alunos.

[...] prevalece na escola o evangélico, né! Célula, eu à noite, eu vou dizer que eu às vezes me sinto, eu, como professora, aluno chega comigo e diz: “Professora, hoje tem célula, hoje eu vou precisar chegar um pouquinho mais tarde, eu venho depois da célula”, ou “professora, hoje não posso vir porque eu...”, Infelizmente, eu, como professora, vejo isso, assim, nesse caso de não conseguir diferenciar, né! Colocar: olha, não, igreja. Tudo bem, mas eu tenho meu compromisso, né! Eu preciso saber distinguir, a diferença entre a minha fé, a minha... meu segmento, porque eu não posso abonar

a falta dele naquele dia, o conhecimento que ele ia adquirir naquele dia, naquele horário que ele perdeu, durante a tarde não, mas à noite, à noite é mais forte, porque a célula é só à noite.

O fato expressa a intervenção das igrejas na vida e organização comunitária, em Paricatuba, visto que a igreja tem como prerrogativa, que uma de suas principais funções, sempre será orientar a conduta dos fiéis e o ambiente que os envolve, tendo como fundamento o que preconizam os mandamentos de Deus.

No plano comunitário, a liderança de uma das igrejas protestantes informou que seus membros fazem a parte deles, no que se refere ao auxílio à coletividade. Isto é, a igreja tem dado sua contribuição ao desenvolvimento da vila e seus comunitários.

[...] no aspecto educação, o quê que a gente faz? Justamente os ensinamentos, crianças, nós temos uma escola dominical para criança, então, nós vamos está ajudando a essa criança, na igreja, eles vão para lá, dia de sábado, eles reúnem, as professoras fazem seus ensinamentos bíblico, é, obviamente, mas também dá os seus pareceres quanto ao comportamento, toda aquela educação básica que deve acontecer, que tem que vir de casa para poder chegar à escola, então o papel social da igreja sempre tem, porque nós temos o diácono para ver essas situações. E quando alguém está precisando de alguma coisa com relação à saúde, alguém ficou doente, não tem ambulância aqui, um exemplo, e quando procura ajuda da gente, procura ajuda do pastor, ou se a gente não tem o pastor, pega o dinheiro e manda alugar um transporte e faz com que essa pessoa chegue até um hospital bem próximo, assim como vão atrás da gente para fazer isso, aí a gente faz esse serviço social cooperando com a comunidade nesse sentido.

Então, como podemos notar, os preceitos religiosos são usados para a disseminação dos valores e moral na comunidade, e o auxílio nas necessidades básicas de seus fiéis são os instrumentos que as igrejas utilizam para participar e intervir nas questões sociais e políticas na vila.

Na comunidade, as igrejas também têm influenciado, entre outros fatores, no processo de escolha das lideranças formais, uma vez que os dois últimos presidentes da Associação de Paricatuba são membros de congregações evangélicas locais.

A capacidade religiosa da igreja protestante na vila faz com que alguns informantes atribuam a tranquilidade e boa convivência entre os moradores ao contexto de fé que permeia o núcleo comunitário. Por isso, acreditam que as mazelas que ainda persistem na comunidade acontecem em razão da não adesão de todos os habitantes da vila, a religião evangélica.

Portanto, não se pode negar que a vida religiosa continua imprimindo o ordenamento social nos territórios rurais amazônicos, se antes o catolicismo figurava como direcionador dos princípios e condutas, hoje, o protestantismo realiza esse papel, mas a religiosidade, ainda se firma como um importante agente de organização comunitária.

Podemos, assim, examinar, em Paricatuba, um ritmo de vida pautado nas nuances da ruralidade, no qual o tempo parece andar mais devagar, mas o som da campainha na escola e o fluxo de entrada e saída de carros trazendo os visitantes, deixa evidente o advento do modo de vida urbano.

A conjuntura vivida revela o momento de transição pelo qual passa a vila, e nessa dinâmica cotidiana que desvela a organização social e política local, os comunitários buscam instituir mecanismos e estratégias de gestão comunitária dos serviços e equipamentos sociais existentes.

Posto que, em seu cotidiano, sofrem os impactos e influxos (malefícios e benefícios) advindos do movimento de expansão e dominação capitalista, que em sua tendência à homogeneização, subjuga diferentes culturas e modo de viver aos preceitos da sociedade do consumo.

Assim, viver a ruralidade, em Paricatuba, é se movimentar a partir das articulações e dinâmicas que foram discutidas nesse mosaico de experiências e vivências dos sujeitos sociais do local, que se concebe a partir das presenças e ausências, dos alcances e perdas, da mobilidade e paralisação, do social e econômico, e todos seus contrários possíveis. Portanto, é isso tudo que subsidia as conversas dos mais velhos da comunidade, nos finais de tarde, à beira do barranco, olhando o rio.

4.3 O Grande Conflito Investigativo

O histórico processo de conquista e reconquista da região amazônica descortina populações com modos de vidas específicos, que estabelecem relações sociais entre si e com a natureza, e, a partir disso, instituem significados, representações e símbolos, demarcando a cultura regional.

No século XXI, o estágio atual do sistema econômico capitalista conduziu a Amazônia a aplicar modelos expansionistas e de desenvolvimento, ainda baseado em métodos do século passado, por meio da implantação de grandes projetos rodoviários, hidrelétricos e outros, com grande potencial gerador de impactos negativos sobre a região.

Nesse contexto enquadramos a construção da ponte sobre o rio Negro, no município de Iranduba, estado do Amazonas, e as suas consequências no modo de vida dos pequenos grupos sociais que vivem no meio rural da região.

A tese buscou investigar, por intermédio do cotidiano da população da Vila de Paricatuba, com ênfase nas condições de acesso à saúde e educação; a existência dos traços culturais, utilizados pelos povos da Amazônia, que servem de resistência à violência dos avanços dos projetos capitalistas que incidem e interferem no modo de vida das sociedades rurais.

O decorrer da investigação, apresentou certa alteração no pensamento inicial da formulação da tese, visto que foi observada uma comunidade que está em pleno processo de mudança, e isso, pode gerar uma ressignificação em suas bases sociais, culturais, políticas e econômicas principalmente em razão efeitos advindos da edificação da ponte sobre o Rio Negro, da instituição da região metropolitana, dentre outros fatores.

Nasce daí o desafio de desvelar uma tese viva, expressa nas velozes mudanças cotidianas experienciadas pelos atores sociais, promotores da organização social em Paricatuba, que vivem um processo particular e que se distancia, em grandes medidas, das configurações genuínas que em geral caracterizam as comunidades rurais amazônicas.

Emerge, também, o desafio de decifrar as falas que se contradizem, das desconexões e dos conflitos de opiniões e pareceres, do confronto de interesses,

dos diferentes campos de visão e pontos de vista. A busca por compreender o momento em que as falas são encontradas, e no instante em que se desassociam.

Entendendo como Martins (2014, p. 127), que as desafiantes narrativas quando articuladas “[...] Um título, uma frase, não constitui, simplesmente, uma junção de palavras. As palavras têm sentido, têm data, têm história, também quando reunidas na harmonia de seus desencontros”.

Por isso, no decorrer da pesquisa, tivemos os depoimentos narrativos que trouxeram as construções, desconstruções e reconstruções da fala do outro no mesmo depoimento; do relato individual que se tornou grupal, mesmo quando o objetivo não seria a coparticipação. Enfim, desse conjugado e suas contradições, foi que se situou o resultado da pesquisa.

Não podemos deixar de lembrar, a reorganização dos sujeitos investigados em torno da pesquisa de campo na Amazônia. Historicamente, as comunidades das zonas rurais, nacional e regionalmente, recebem a visita de pesquisadores com o intuito de desenvolver estudos nos diferentes territórios de vivências.

Tradicionalmente, também, esses sujeitos adentram nos espaços coletivos; coletam as informações para a realização das pesquisas; terminam seus trabalhos e não retornam mais aos núcleos comunitários, por diversos motivos (custo financeiro, distância, desinteresse e etc.). Deixam, assim, as populações sem nenhuma informação sobre os dados que foram repassados e o destino da investigação.

O que denota total desrespeito e nenhuma consideração para com os sujeitos da pesquisa, que, comumente, recebem muito bem “os de fora”, visto que mantêm a tradição de serem bastante acolhedores.

Essa realidade presume o cansaço da população em apenas contribuir com a pesquisa, e não receber nenhuma contrapartida em troca. Em Paricatuba, ouvimos a reclamação “[...] é tanta gente *que vem aqui saber das histórias, depois vão embora e não voltam nunca mais*”. A visão expressa pelo morador, deve ser um pilar que contribui na mudança da postura dos comunitários na

relação pesquisador e pesquisado, que desde o início já preconiza a negociação da recompensa.

Isso significa a manifesta relação comercial que se instaurou no campo de pesquisa e no instante da coleta de dados, visto que foi necessário, algumas vezes, realizar o pagamento para conseguir entrevistar alguns sujeitos importantes e influentes na comunidade.

Outro fator a ser considerado, é que o auxílio de custo recebido por alguns agentes sociais, para prestar os depoimentos, tem característica de trabalho, e, assim, deve gerar renda, porque acontecem em territórios marcados pela escassez de postos de trabalho e pelo desemprego.

Esse cenário repercute diretamente no acolhimento que a comunidade tem ofertado aos investigadores que se propõem a estudar a realidade dos grupos sociais da zona rural na Amazônia. A recepção não é mais sempre amistosa; existe certo receio e as relações necessitam de maior tempo para firmar a confiança.

Não cabe aqui fazer juízo de valores e nem generalizações, quanto a algumas relações que se firmam em torno das entrevistas no lócus da pesquisa e recepção dos comunitários “aos de fora”, porém, cabe a reflexão que essas práticas devem ser compreendidas como procedimentos atuais, ativos e legitimados, em alguns espaços amazônicos.

Na vila de Paricatuba, em razão dos conflitos relacionados à representatividade, verificamos também a problemática de não ter acesso a determinadas lideranças formais da comunidade, posto que não se dispuseram a conversar, sob diversas alegações, principalmente, por falta de tempo.

E, assim, quando conseguimos dialogar com algumas lideranças, a conduta foi não discutir muito sobre as questões políticas existentes na comunidade, alegando afastamento e desconhecimento dos assuntos relacionados à associação de moradores.

O delineamento dos eventos que afetam a comunidade de Paricatuba, e seu momento de desarticulação social para aquisição de bens e serviços sociais, justifica certo desconforto dos moradores em contar sobre a dinâmica da comunidade. Eles também não estavam dispostos a travar debates sobre as

lideranças do local, ficando evidente que os representantes com maior prestígio e reconhecimento, na vila, encontram-se nas igrejas.

Por esse e outros motivos, fomos sendo levados, como uma avalanche, pelos acontecimentos do tempo presente, e foi isso que conduziu os procedimentos da pesquisa e orientou a leitura daquela específica realidade amazônica.

Quando verificamos o processo de desenvolvimento a que foi exposto Iranduba e outros municípios do Amazonas, com a construção dos referidos empreendimentos, esse movimento nos dirigiu à importante consideração sobre a dinâmica do tempo histórico, que define a cada dia novos fatos e que repercute, diretamente, no rumo da vida dos sujeitos e nos espaços coletivos.

No nível macro, a velocidade dos fatos e as crises econômica e política que vive o Brasil na atualidade, nas diferentes instâncias governamentais, em que são assistidos escândalos de corrupção todos os dias e o mau emprego do dinheiro público, investido nas grandes obras de infraestrutura, dentre tantos outros casos de enriquecimento ilícito, incluindo as construções aqui citadas.

Todos os episódios deixaram bem claro a pertinente questão da influência direta e rápida dos eventos globais e nacionais nos âmbitos regional e local, como acontece na Vila de Paricatuba, onde observamos, no período de desenvolvimento da tese, que as ventiladas “crises econômica e política” estavam constantemente nas falas de todos os entrevistados da pesquisa.

No plano local, o processo de instabilidades econômica e política, no Amazonas e na cidade de Iranduba, teve como impacto a escassez e demora nos repasses dos recursos financeiros destinados às políticas de saúde e educação, nas áreas urbanas e rurais.

Diante desse quadro, as consequências foram diversas, como nas mudanças constantes e repentinas de gestores, posto que na Prefeitura de Iranduba, em quatro anos, ocorreu a troca de três prefeitos e passaram pela Secretaria de Saúde, cinco secretários. Na Vila, mudaram os diretores da UBS e da escola, assim como foi identificado que faltam medicamentos, transporte, combustível, materiais de limpeza, e outros, nos estabelecimentos públicos.

A rapidez dos eventos do tempo vivido e a relação entre o global e o local configuram também um enorme desafio para fazer a leitura da trama do cotidiano em qualquer território, bem como realizar as devidas articulações existentes; no entrelaçamento das diferentes esferas da vida social em pequenas comunidades rurais.

Então, entendendo o movimento do tempo, verificamos que a vila de Paricatuba é afetada pelos mesmos processos econômicos do século passado, produzido pelo grande capital, e que reverbera fortemente na organização do cotidiano das sociedades rurais, alterando processos culturais que marcam o modo de vida das populações amazônicas.

4.4 Resistência dos Traços Culturais

Recorrendo a Ignacy Sachs (2008), encontramos, em Paricatuba, uma unidade no diverso populacional amazônico, que vai se organizando com vistas aos incessantes apelos do tempo presente, das configurações econômicas e políticas, nos níveis nacional e local.

A população amazônica e sua multiplicidade de expressões ensina que existe o lugar em que o tempo da natureza ainda comanda e promove a vivência coletiva, preservando de modo mais intenso os traços socioculturais da região. Assim como há cenários rurais que estão sendo, cada vez mais, influenciados e regidos pelos processos econômicos e numa velocidade que surpreende até mesmo os próprios sujeitos que vivenciam os acontecimentos.

Na busca de referências culturais, encontramos uma Amazônia da inconstância, das mudanças repentinas que não permitem projetos de longo prazo, em razão das súbitas e frequentes mutações, e sua população vivendo em meio às transições.

Encontramos um núcleo social amazônico, que, conforme Sousa Santos (2013), chama de uma identificação em curso, em razão de confrontos, aquisições e cisões de seus processos culturais, frente à acelerada sociedade do capital.

Com a experiência da Vila de Paricatuba, não podemos negar que, apesar das transformações produzidas pela cultura hegemônica do capital, na

Amazônia, os elementos da natureza ainda tomam conta e direcionam, em muitos aspectos, a vivência cotidiana dos grupos sociais na região.

A compreensão da relação homem-natureza se constitui como um elemento importante para o desvelamento da cultura amazônica (a identificação do caboclo com o rio, o conhecimento e respeito aos seus ciclos, dentre outros), que não pode ser ignorada, apesar das transformações e impactos que o sistema econômico atual, pode inferir em especial nas pequenas sociedades rurais.

Mas alguns códigos e conteúdos, que são próprios da identidade regional, vêm sofrendo alterações, como acontece com a referente figura da parteira. As nobres mulheres, que tinham habilidade para realizar os partos.

Em Paricatuba, a parteira não possui mais a representatividade e função comuns nas comunidades rurais. A obstetriz, que atendia às mulheres em trabalho de parto, na vila, hoje está idosa e não traz mais nenhuma criança ao mundo.

Conforme já foi exposto no estudo, na comunidade, atualmente, todos os partos ocorrem nas maternidades, em Manaus, ou no Hospital Hilda Freire, em Iranduba. Concluímos, então, que os moradores não recorrem mais às práticas tradicionais do nascimento dos filhos em casa. Conforme depoimento:

A comunidade tinha parteira, mas agora elas penduraram a chuteira [...] geralmente as mulheres preferem ir para o Iranduba ou para Manaus. Tem umas, é poucas, que têm aqui, têm em casa, é difícil é difícil. Já se programam, porque elas mesmo fazem o pré-natal aqui, aí já sabem o período que elas vão ter e já se preparam para aquele dia, aí vão para Manaus ou vão para o Iranduba.

Assim, verificamos em Paricatuba que, como mudaram os meios de acesso ao sistema de saúde, são alterados também os métodos de realização dos partos entre as grávidas da comunidade.

Outra figura emblemática, no âmbito rural da vida amazônica, a rezadeira, personagem que tinha a função de curar os diferentes males por meio de rezas e uso de plantas medicinais, hoje, não foi mais identificada sua atuação na comunidade de Paricatuba.

[...] tem pessoas que pegam desmitidura, que eu conheço uma senhora, ali perto, que eu me machuquei, ela pega. [...] agora assim rezador não, é difícil, logo que eu cheguei, tinha uns dois mais já faleceram, geralmente são mais antigos. Mas tem quem pegue desmitidura, mas são das igrejas evangélicas.

Segundo informantes, na vila, quando tem alguém doente e que precisa do auxílio espiritual, os moradores recorrem à igreja, para o pastor orar na pessoa e, assim, melhorar seu estado de saúde.

As ações coletivas, que ocorrem sob forma de ajuda mútua/cooperação, foram observadas em Paricatuba, nas igrejas, com motivações religiosas, mas verificamos sua ocorrência, também, na escola, quando a direção solicita auxílio dos pais dos alunos para realizar alguma atividade, visando melhorias ao núcleo escolar.

Podemos, então, entender a reconfiguração das práticas coletivas, e a preservação desse código identitário da região, gerador de articulações sociais. Wagley (1988, p. 219) já mostrava a fé como um aliado das ações em prol do bem comum, ao afirmar que “essa homogeneidade na fé religiosa é um importante fator para a solidariedade e união dos indivíduos de todas as raças e classes sociais”.

Contudo, neste momento histórico, as práticas coletivas estão sendo utilizadas nos pequenos grupos de convivência (igreja, escola, pescaria e outros), em virtude do cenário político conflituoso vivenciado na comunidade.

Já os mitos e lendas, conteúdos célebres da cultura cabocla, que se personificam por meio dos mistérios da natureza, não surgiram nos depoimentos dos interlocutores, o que pode indicar, que talvez, não se realimentam nessa parte da floresta amazônica, contudo, não há elementos suficientes para ratificar essa afirmativa.

Mas não se pode negar a força dos mitos amazônicos e da influência deles no mundo rural da região; e amparada nessa perspectiva, Ranciaro (2004, p. 198) declara:

A mitologia dos povos primitivos traduz sempre a existência de uma realidade que é preservada e passada às demais gerações. [...] A

impressão que se tem é a de que, do ponto de vista da mitologia, a ótica do caboclo segue histórica e lendariamente o estatuto dos povos indígenas.

Então, esses códigos culturais na região, que transitam entre o real e abstrato, direciona a vivência na floresta e deve habitar o ambiente natural de Paricatuba; contudo, as histórias mais contadas fazem parte do ideário que envolve o prédio que abrigou o antigo leprosário, e revelam uma comunidade criando, recriando e decifrando outras fábulas amazônicas, além das já existentes.

A configuração da dinâmica de vida em Paricatuba também faz parte do mosaico amazônico, dos agrupamentos rurais que construíram um modo de vida em torno da natureza, que atualmente vai se reformulando, a partir de diferentes arranjos e implica transições e permanências em seus processos culturais, sociais, ambientais, econômico e políticos.

O vilarejo de Paricatuba delineia uma organização social que possuem algumas especificidades, a exemplo de dispor de serviços públicos de saúde e educação; ramal de acesso asfaltado; disposição da comunidade em ruas (quadras) que mais se assemelham a configuração de bairros no contexto urbano; os serviços comerciais disponíveis, dentre outros.

Configurações incomuns a grande parte dos pequenos núcleos comunitários na região, sobretudo, aqueles mais distantes das metrópoles, e assim vai transitando entre o rural e o urbano, embora com feições eminentemente amazônicas.

Apesar do inegável processo de transição que caracteriza a Vila de Paricatuba, as referências socioculturais da região não se dissolvem facilmente. Os costumes e as tradições sobrevivem no cotidiano dos moradores, e isso auxilia em seu processo de organização social.

Por isso, podemos constatar que o povoado de Paricatuba não perdeu os hábitos da cultura local, como as atividades coletivas de ajuda mútua/cooperação; as habilidades e os saberes provenientes do regime das águas, por meio da pesca e extração; a coleta de fruto e frutas da floresta; a dieta alimentar baseada nos peixes dos rios; a farinha na mesa para refeição; as

curas pelas plantas medicinais, como legado geracional; o cultivo de plantas e a criação de animais nos quintais; as relações de parentesco e vizinhança; o uso da rede e da canoa; e tantos outros.

Logo, sobre a Vila de Paricatuba, enquanto identidade em curso, podemos pactuar com Sousa Santos (2013, p. 167) na afirmativa: “Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação”.

Encontramos, assim, uma Amazônia com padrões e contornos de organização social própria, aplicando sua marca no mosaico populacional da região. A singularidade do povoado advém de sua própria origem, uma vila que nasce a partir de exigências externas, já sob os desígnios do capital, impulsionado pela opulência da cidade de Manaus, no estado do Amazonas, no século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tensão em produzir estudos sobre populações rurais amazônicas paira num decisivo contrassenso: pensar um território extremamente rico, valioso e diverso, que abriga em sua extensão, habitantes, culturas e modos de vida distintos, mas, que em grande medida vivenciam situações próximas de pobreza, exclusão e carência, em se tratando das condições materiais de existência.

Considerada a complexa problemática, temos, então, o desafio de analisar o cotidiano para o acesso à saúde e educação, numa comunidade rural que vem sentindo intensamente os efeitos das investidas do modelo econômico em vigor, por intermédio dos megaprojetos de infraestrutura promovidos pelo capital.

Na Amazônia, há décadas, grandes empreendimentos econômicos vêm sendo concretizados visando assegurar a expansão e submissão da região aos interesses do grande capital, alterando profundamente o modo de vida das populações locais, em especial, aquelas que vivem em pequenas comunidades mais afastados dos centros urbanos.

Na contemporaneidade, a leitura sobre a Amazônia exige a compreensão das populações locais, a partir da singularidade de seu modo de vida, que traduz o cenário cultural da região. Assim, os grandes investimentos capitalistas, que afetam o cotidiano dos grupos sociais rurais, favorecem o ingresso de hábitos e valores da sociedade do consumo.

Ao trilhar os caminhos amazônicos, tendo como solo a cidade de Iranduba, no Amazonas, cuja chegada acontece pela monumental ponte Jornalista Philippe Daou, empreendimento efetivado há seis anos, e que se destaca pela suntuosidade e custo financeiro alto, são recorrentes as indagações sobre a justificativa da obra, mesmo tendo se tornado o corredor de ligação da cidade de Manaus a Iranduba, e outros municípios do estado.

O vilarejo de Paricatuba, como locus do estudo, tem configuração de comunidade rural; possui como administrador dos ordenamentos territorial e político, a Prefeitura do Iranduba, gestora e promotora das políticas públicas destinadas aos cidadãos de direitos, nas áreas urbanas e rurais do município.

Nesse contexto, encontramos o homem simples amazônico e sua sociabilidade, que cotidianamente produz e reproduz seu modo de vida, conforme afirma Martins (2011, p. 10)

[...] o herói deste enredo é o homem comum, fragmentado, divorciado de si mesmo e de sua obra, mas obstinado no seu propósito de mudar a vida, de fazer História, ainda que pelos tortuosos caminhos de sua alienação e de seus desencontros, os difíceis caminhos cotidianos da vida.

O povoado é famoso por abrigar as ruínas do primeiro leprosário do Amazonas, e a visita acontece principalmente nos fins de semana e no período de verão amazônico, quando se formam as praias, as chuvas são mais escassas e o lugar fica propício para o banho de rio.

A história da comunidade e seus atrativos de natureza amazônica conferem ao povoado um grande potencial para o turismo, atividade econômica que oscila entre ciclos de entrada e saída de apoio e investimento do poder público. E, mesmo assim, ocorre, por parte dos moradores, uma estruturação em torno dos serviços para atendimento dos visitantes, ainda que seja de modo deficitário.

Em Paricatuba, encontramos uma organização social que se instaura cotidianamente, a partir da escola e UBS, estabelecimentos públicos de execução das políticas sociais de saúde e educação. Mas tem no cultivo da fé protestante a orientação de condutas e do comportamento coletivo.

A concretização da ponte Jornalista Phelippe Daou, promotora de aproximação e mobilidade entre as populações na região, trouxe o agravamento das expressões da questão social na localidade. Diante disso, verificamos um ordenamento social que busca resolver as problemáticas da comunidade à medida que acontecem.

A superação das dificuldades cotidianas foi notada por meio das estratégias com bases socioculturais estabelecidas para manter em funcionamento as instituições locais, o que mostra o forte potencial de articulação dos moradores quando orientados por suas lideranças.

Então, Paricatuba possui uma organização social específica e pronta para responder às adversidades, com uma população que tem capacidade política de participação, a partir das necessidades imediatas e que possui lideranças informais (também são moradores) com poder de estruturar o tecido social da vila.

A falta de alguns equipamentos e serviços sociais essenciais, como a construção da quadra poliesportiva, que já tem três anos, para viabilizar o lazer na comunidade, expressam a necessidade de participação política dos moradores para unir forças e reivindicar da Prefeitura de Iranduba o término da obra.

Entretanto, existem polos de divergências quanto à condução e aos métodos tomados pela liderança legítima da comunidade, tornando complexo o diálogo e a participação dos moradores nos processos decisórios e os rumos que o vilarejo deve tomar coletivamente.

O desafio atual, em Paricatuba, instaura-se no reencontro com um ordenamento político/legítimo, para retomar as lutas em prol do bem comum, realimentar seus vínculos de comunicação e potencial de cobrança de seus direitos de cidadania.

O histórico do vilarejo, os contextos político e econômico que se expressam como cenário perfeito para os grandes projetos capitalistas, adicionam os ingredientes para as tramas cotidianas que envolvem os moradores de Paricatuba, e isso imprime as marcas das mudanças nos desenhos socioculturais instituídos no local.

E, assim, o movimento dos conteúdos culturais existente no vilarejo, hoje, cruza hábitos e ritos adquiridos na sociedade de consumo e os fortes matizes culturais da regionalidade cabocla. Nesse caminho, a cultura hegemônica do capital vem ganhando chão, mas a natureza amazônica e seus significados não permitem que seus fundamentos baseado em valores, costumes e conhecimentos tradicionais, sejam substituídos e/ou totalmente perdidos.

As relações de produção e reprodução sociais, junto ao ambiente natural, fundam a organização social de Paricatuba, e expressam suas configurações atuais que se pautam nas seguintes referências:

- a) Ao longo das décadas, vem absorvendo os resultados do avanço dos processos econômicos capitalistas, e sua visibilidade territorial apresenta a comunidade como potencial polo turístico no Amazonas.
- b) Possui diferentes ciclos econômicos em suas atividades produtivas, sendo a agricultura e a pesca, processos produtivos tradicionais, que atualmente, não figuram mais como os principais ofícios da economia local.
- c) O ordenamento coletivo funciona a partir do comando das lideranças locais, quando solicitados no interior das instituições como a escola e a igreja.
- d) Estabelecem estratégias diversas, “dando um jeito” e “se virando nos trinta” para fazer funcionar as instituições públicas necessárias para o funcionamento do núcleo comunitário.
- e) Os atores sociais possuem capacidade e habilidade de criação e superação das dificuldades, apresentadas no cotidiano para manutenção dos serviços essenciais na vila.
- f) Tem poder de protagonismo da sua história quando são conduzidos por seus representantes, assim como ocorre nas igrejas protestantes da comunidade.
- g) Tem forte influência das igrejas protestantes que conduzem a fé da maior parcela da população do vilarejo.
- h) Mantém relação conflituosa com a liderança legal da comunidade, o que influi decididamente nos processos de participação e mobilização social, comprometendo a aquisição de bens e serviços sociais.
- i) Atualmente, os comunitários têm sentimento de que as más relações políticas comprometem significativamente as articulações com vistas às ações coletivas e ao bem comum.
- j) A dificuldade no ordenamento político na comunidade nasce também da transição frequente da entrada e saída de moradores, o que dificulta o sentimento de pertencimento e apego ao local.

- k) Vivenciam uma conjuntura de relativa apatia, de conformismo e de espera sobre os rumos no que se refere as questões políticas (local/regional).
- l) Vem passando por momento de confronto entre processos culturais, uma vez que tem adquirido códigos, hábitos e costumes da sociedade capitalista e mudado alguns conteúdos e aspectos da cultura cabocla da região, que tem fundamento nos conhecimentos, saberes, habilidades, tradições e mitos locais.
- m) A dinâmica dos processos socioculturais de vivência, confronto e enfrentamento, resultam em resistência aos avanços do capitalismo.

A organização social articulada pelos moradores de Paricatuba, sintetiza a competência e potência existente na operacionalização da comunidade, e suas instituições, proporcionando o aumento de seu protagonismo social em direção aos obstáculos cotidianos.

Em contrapartida, a eficiente gestão comunitária que compensa a ineficiente administração das políticas públicas, contribui na redução do papel do poder público em face das questões sociais vivenciadas no vilarejo.

Importante lembrar que, ao exaltarmos a experiência do modo de vida rural, em Paricatuba, não estamos aqui, promovendo um saudosismo obscuro, e muito menos enaltecendo as dificuldades a que são submetidos esses agentes sociais, pelo ordenamento capitalista; ao contrário, a busca é por valorizar a gestão comunitária, para que seja utilizada a serviço dos habitantes, no alcance de direitos e qualidade de vida.

Reconhecer as potencialidades existentes no interior desses núcleos comunitários não significa, também, a saída para todos os problemas por eles vivenciados, mas pode ser o caminho do respeito às especificidades do modo de vida das sociedades locais. Nesse sentido, recorrer aos postulados de Koga (2011, p. 17), é fundamental:

Este voltar-se para a cultura local não significa a crença de que somente a solidariedade comunitária seria potencialmente capaz no enfrentamento às situações de exclusão social vividas pelos seus moradores, mas significa justamente o reconhecimento pelo Estado das particularidades enraizadas na própria sociedade brasileira, que precisam ser consideradas no processo de desenvolvimento.

Contudo, entendendo o movimento do tempo, a presente tese teve por pretensão lançar luz a um contexto de organização social pertencente ao mosaico amazônico, e em constante mudança. Daí o convite, e os caminhos trilhados que acenam para diferentes possibilidades de outros estudos, em tempos históricos distintos, que contribuam na coleção de produções intelectuais sobre a regional.

Neste sentido, que a discussão desta tese se firme como registro efetivo e afetivo, e que sirva de instrumento de reflexão aos comunitários e aos profissionais que com eles venham a trabalhar, do tamanho do potencial de organização que eles possuem, e, por outro lado, para que a administração pública identifique o distanciamento e descumprimento de seus deveres para com os cidadãos de direitos que vivem nos núcleos comunitários amazônicos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006. 140p. Coleção Tradição & Ordenamento Jurídico, v. 2.
- BATISTA, Djalma. **Amazônia – cultura e sociedade.** Organização de Tenório Telles. Manaus: Valer, 2006.
- _____. **O complexo da Amazônia:** Análise do processo de desenvolvimento. Manaus: Valer, Edua e Inpa, 2007.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social:** fundamentos e história. 8. ed., São Paulo: Cortez, 2011. Biblioteca Básica do Serviço Social.
- _____. **Política social no capitalismo tardio.** São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica/Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Série E. Legislação em Saúde.
- _____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: Conass, 2011. Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 4.
- BULCÃO, Ana Nery Vieira; RABELO, Eliza Maria de Castro, et al. **O modo e as condições de vida de uma comunidade Amazônica:** Estudo de caso sobre a comunidade sobre a vila de Paricatuba-AM. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Uninorte, Manaus, 2017.
- CHAUÍ, Marilena. **Contra a servidão voluntária.** Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- _____. **Conformismo e resistência.** Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues. **De “cativo” a “liberto”** – o processo de constituição sócio-histórica do seringueiro no Amazonas. Manaus: Valer, 2011.

COSTA, Hideraldo. **Cultura, trabalho e luta social na Amazônia**: discurso dos viajantes – século 19. Manaus: Valer e Fapeam, 2013.

DAMATTA, Roberto. Você tem cultura? In: _____. (Org.). **Explorações**: ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto** – Manaus 1890-1920. Manaus: Valer, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, USP, 2001.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FONSECA, Ozório J. M. **Pensando a Amazônia**. Manaus: Valer, 2011.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2012.

FREITAS, Marcílio de. Nuanças das sustentabilidades: visões fantásticas da Amazônia. In: _____. et al. (Org.). **A ilusão da sustentabilidade**. Manaus: EDUA, UEA, Edições Governo do Estado, 2003.

FREITAS, Marcílio de. Einstein e a Amazônia – diálogos com a estética da vida. In: _____. et al. **Diálogos com a Amazônia**. Manaus: Valer, 2010.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: SILVEIRA, Isolda Maciel; D'INCAO Maria Angela. **Amazônia e a crise da modernização**. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA-UFPA), Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

HURTIENNE, Thomas. O que significa a Amazônia para a sociedade global? In: SILVEIRA, Isolda Maciel; D'INCAO Maria Angela. **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Instituto de Ciências Sociais Aplicada (ICSA-UFPA), Museu Paraense Emilio Goeldi, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 26. ed., São Paulo, Cortez; Celats, 2009.

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão pública de serviços sociais**. Curitiba: Ibpx, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura – um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental, produtividade ecotecnológica e manejo integrado de recursos. In: _____. (Org.). **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Furb, 2000.

_____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente: Fapesp, 1998. Coleção Estudos, 157.

MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana**: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIRELLES FILHO, João Carlos. **Livro de ouro da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

MORIN, Edgar. Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs). **Faces do trópico úmido**: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA-Naea, 1997.

NUNES, Paulo André. Gringos 'amazônicos'. **Jornal Acrítica**, Manaus, p. BV1, 14 jan. 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. A reconquista da Amazônia. In: SILVEIRA, Isolda Maciel; D'INCAO Maria Angela. **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA-UFPA), Museu Paraense Emilio Goeldi, 2009.

PINHEIRO, Wallace Meirelles. **Políticas públicas e sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: Valer, 2012.

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. **Andirá**: memórias do cotidiano e representações sociais. Manaus: Edua, 2004. Série Amazônia: A Terra e o Homem.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. **O planejado e o vivido**: o reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal do Paranapanema. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DA CIDADE UNIVERSITÁRIA. Manaus: Universidade Estadual do Amazonas (UEA), 2012.

RODRIGUES, Marcelo da Silveira, et al. **Iranduba**: características socioambientais de um município em transformação. Manaus: Fundação Vitória Amazônica (FVA), 2014. Série Documentos Técnicos FVA, 2.

ROSA, Guimarães João. **Grande sertão**: veredas. 1. ed., v. II. Biblioteca Luso-Brasileira. Série Brasileira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SÁ, Maria Elvira Rocha; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Acumulação de capital e cidades na Amazônia: produção de riquezas de direitos sociais. In: GOMES, Vera Lúcia Batista, et al. (Org.). **O avesso dos direitos**: Amazônia e nordeste em questão. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2013.

SCOTT, Parry; ZARUR, George. (Org.). **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

SILVA, Elane Cristina Lima da. **A dinâmica das relações comunitárias na Amazônia**: estudo de caso das formas de ajuda mútua praticada pelas populações ribeirinhas no município de Tabatinga/AM. 2007. Dissertação (Mestrado) – Ufam, Manaus, 2007.

SILVA, Glaubécia Teixeira de. **Percepções socioespaciais e de turismo em Paricatuba-Iranduba-Amazonas**. Dissertação (Mestrado)- Ufam, Manaus, 2008.

SILVA, Heloísa Helena Corrêa da. **Expressões da assistência social no Médio Juruá-Amazonas**. Manaus: EDUA, 2012.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O paiz do Amazonas**. Manaus: Valer. Governo do Estado do Amazonas, UniNorte, 2004.

SODRÉ, Flavius Raymundo Arruda **Os impactos da corrupção no desenvolvimento humano, desigualdade de renda e pobreza dos municípios brasileiros**. Dissertação (Mestrado)- UFPE, Recife, 2014.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

STEINBRENNER, Rosane, HURTIENNE, Thomas et al. Participação e Comunicação: Dilemas e Desafios ao desenvolvimento. CASTRO, Edna, HURTIENNE, Thomas et al (Org.). **Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais**. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A assistência social na Amazônia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 56, São Paulo: Cortez, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2010.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2009.

WAGLEY, CHARLES. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

YAZBEK, Carmelita. Desafios profissionais do serviço social no Brasil. In: KARSCH, Ursula M. (Org.). **Estudos do serviço social**: Brasil Portugal. São Paulo: Educ, 2005, v.II, p.11-24.

Sites consultados

Disponível em: <<http://www.mundodaimpermeabilizacao.blospot.com>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18825-um-quarto-da-populacao-vive-com-menos-de-r-387-por-mes.html>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/image/2010/5/mapa_amazonia.jpg>. Acesso em: 12 out. 2015.

Disponível em: <<http://www.menos1lixo.com.br/cronica-a-verdade-sobre-a-amazonia-so-leia-se-voce-tiver-coragem/>>. Acesso em: 12 out. 2015.

Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/ignacy-sachs-propoe-outra-amazonia>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18825-um-quarto-da-populacao-vive-com-menos-de-r-387-por-mes.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Disponível em: <<http://www.ife.com.br/site/representantes/index.asp?uf=AM>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Disponível em: <www.blogdosarafa.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/iranduba/historico>>

Disponível em: <<http://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/acusado-de-corrupcao-prefeito-de-iranduba-se-entrega-ao-mpe-e-populacao-comemora-sua-prisao>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

Disponível em: <<http://www.redenoticia.com.br/noticia/2009/lula-inaugura-gasoduto-coari-manaus/18271>>. Acesso em: 3 out. 2015.

Disponível em: <http://www.ipaam.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/RIMA_Jurua-Urucu.pdf>. Acesso em: 3 out. 2015.

Disponível em: <<http://www.portalamazonia.com.br/editoria/cidades/primeira-etapa-da-cidade-universitaria-beneficiara-4-mil-alunos-no-amazonas/>>. Acesso em: 2 out. 2015.

Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1528971>>. Acesso em: 2 out. 2015.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/02/ponte-rio-negro-ganha-nome-do-jornalista-phelippe-daou-em-manaus.html>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

Disponível em: <<https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/leprosariadeparicatuba-site?e=20666132/36624978>>. Acessado em 15 de maio de 2017.

Disponível em: <<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/3cb85/>>. Acesso em: 5 maio 2016.

Disponível em: <<http://noamazonaseassim.com.br/ruinas-de-paricatuba/>>. Acesso em: 5 maio 2016.

Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-3.0826775,-60.2345441,42.59396675a,1054.82903576d,35y,0h,0t,0r>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

Disponível em: <<http://www.emtempo.com.br/paricatuba-um-lugar-cheio-de-historias-e-emocoes/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/search/top/?q=amazo%20aventura%20turismo%20e%20evento>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/direito-facil/furto-e-roubo>>. Acesso em: 15 set. 2017.

Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-entre-jovens-no-brasil-tem-maior-taxa-em-27-anos-diz-oit,70002091029>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/7103>>. Acesso em 15 set. 2017.

Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/conhecaparicatuba/posts/?ref=page_internal>. Acesso em: 10 out. 2017.

Disponível em: <<https://duvidas.dicio.com.br /dindin/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

Disponível em: <<https://portal.inss.gov.br/informacoes/seguro-desemprego-do-pescador-artesanal/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/12/21/ex-governador-do-amazonas-e-presos-na-operacao-estado-de-emergencia/>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/conhecaparicatuba/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/conhecaparicatuba/photospcb.671328659624288/671325806291240/?type=3&theater>>. Acesso em: 15 out. 2017.

Disponível em: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/tmello.html>> Acesso em: 15 jan. 2018.

Disponível em:<<<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/gasodutos/urucu-coari-manaus.htm>>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ANEXO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, Elane Cristina Lima da Silva, doutoranda no Programa de Pós Graduação do Serviço Social, PUC SP, venho por meio desta, convidá-la (o) a participar, como voluntária (o), da pesquisa de doutorado intitulada: “Cotidiano e Cultura: Dinâmica da Organização Social na Vila de Paricatuba no Amazonas”.

O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se concordar em participar basta preencher os seus dados e assinar a declaração.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o nome e telefone da pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas sobre a pesquisa e sobre a sua participação.

NOME/TEMA DA PESQUISA: “Cotidiano e Cultura: Dinâmica da Organização Social na Vila de Paricatuba no Amazonas”.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL : Elane Cristina Lima da Silva

TELEFONE: (92) 9 9105 2176

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA PUC SP: (11) 3670 8466

Rua Ministro de Godoi, 969 – sala 63C

e-mail: cometica@pucsp.br

O principal objetivo deste estudo consiste em analisar as relações comunitárias dos grupos sociais rurais na Vila de Paricatuba, no Amazonas, a partir da organização social para acesso a bens e serviços sociais existentes na Vila; identificando os principais mecanismos e estratégias de organização social para alcance de saúde e educação; verificando as estratégias socioculturais que

permeiam a organização social dos moradores; examinando e dando visibilidade ao cotidiano dos grupos sociais do vilarejo.

A pesquisa será de natureza qualitativa, pois pretende ter acesso a interações, vivências, experiências e documentos em seu contexto natural e de uma forma que dê espaço às suas particularidades, expressando a organização social dos moradores da Vila de Paricatuba/AM, em sua vivência cotidiana e as estratégias socioculturais que permeiam esse modo de vida.

Objetivando a aproximação com a realidade vivenciada e com os fazeres e saberes da experiência, o procedimento do estudo consistirá em entrevista, que nos ajudará a explorar o tema, na aproximação da realidade dos moradores e seu cotidiano. Estas entrevistas serão abertas, porém terão algumas questões geradoras.

Inicialmente serão esclarecidos os objetivos da pesquisa e coletadas algumas informações sobre o cotidiano das comunidades, como: o acesso a saúde e educação, potencialidades e dificuldades vivenciadas. As informações obtidas na entrevista contribuirão para melhor compreensão da temática.

Os procedimentos do estudo não são invasivos, física ou psicologicamente e em qualquer etapa do estudo você terá direito a esclarecer dúvidas com a profissional responsável pela pesquisa.

Fica garantida a retirada de termo de consentimento livre sem qualquer penalidade; da mesma forma é garantido o direito de confidencialidade e sigilo de identidade.

Estou suficientemente informada (o) a respeito da pesquisa “A organização social da Vila de Paricatuba/AM em sua vivência cotidiana” e comuniquei à pesquisadora Elane Cristina Lima da Silva minha decisão em participar desta pesquisa. Ficaram claros os objetivos do estudo, os procedimentos que serão realizados, a forma da coleta de dados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Está claro que minha participação é isenta de despesas e, assim, concordo voluntariamente em participar.

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a participação nesta pesquisa.

Manaus _____, _____ de 2017.

Responsável pela pesquisa: Elane Cristina Lima da Silva

CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____

RG: _____, CPF: _____,

declaro que li as informações contidas nesse documento, que fui devidamente informada (o) pela pesquisadora Elane Cristina Lima da Silva acerca do estudo. Ficaram claros os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade. Ficou claro também, que minha participação é isenta de despesas e, assim, concordo voluntariamente em participar.

Ficou esclarecido também que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso conduza a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Manaus _____, _____ de 2017.

Nome da (o) entrevistada (o): _____